

Organização:
Hikaro Kayo de Brito Nunes
Wagner da Silva Dias



GEOGRAFIA, ENSINO, NATUREZA E OUTRAS EXPRESSÕES:

diálogos para pensar-fazer o “Médio Solimões”



editora
itacaiúnas



GEODIP
Laboratório de Geomorfologia
e Dinâmica da Paisagem

Hikaro Kayo de Brito Nunes
Wagner da Silva Dias
Organizadores

**GEOGRAFIA, ENSINO, NATUREZA E
OUTRAS EXPRESSÕES:**
diálogos para pensar-fazer o “Médio Solimões”

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua – PA
2025

©2025 por Hikaro Kayo de Brito Nunes e Wagner da Silva Dias (Org.)

© 2025 por diversos autores

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editoração eletrônica/ diagramação: Walter Rodrigues

Projeto de capa: desenvolvida pelos organizadores

Revisão: dos autores e organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G345 Geografia, ensino, natureza e outras expressões: diálogos para pensar-fazer o “Médio Solimões” [recurso eletrônico] / vários autores; organizado por Hikaro Kayo de Brito Nunes e Wagner da Silva Dias. - Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2025.

121 p.: il.: PDF , 1,0 MB.

Inclui bibliografia e sumário.

ISBN: 978-85-9535-372-5 (Ebook)

DOI: 10.36599/itac-978-85-9535-372-5

1. Geografia. 2. Ensino de Geografia. 3. Natureza. 4. Cultura amazônica. 5. Médio Solimões. I. Título.

CDD 910

CDU 91

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia - Exploração e estudos geográficos: 910
2. Geografia - Estudos regionais e gerais: 91

E-book publicado no formato PDF (*Portable Document Format*). Utilize software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nessa obra.

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](#)

Esta obra foi publicada pela **Editora Itacaiúnas** em novembro de 2025.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

Capítulo 1 IDENTIDADES NEGRAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE GEOGRAFIA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO BAUANA (ALVARÃES/AMAZONAS)

Taline Carla Protásio Leandro e Hikaro Kayo de Brito Nunes

Capítulo 2 PERSPECTIVAS PARA A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wagner da Silva Dias e Augusto Monteiro Ozório

Capítulo 3 REPRESENTAÇÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DO ESTUDO DO MEIO EM TEFÉ (AMAZONAS): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO MÉDIO

Erika de Souza Castro; Hikaro Kayo de Brito Nunes e Wagner da Silva Dias

Capítulo 4 GEOMORFOLOGIA FLUVIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DISCURSO ÉTNICO-RACIAL: HÁ ESPAÇO PARA APONTAMENTOS PROVOCATIVOS E TRANSVERSAIS?

Lucas da Silva Pessoa; Janderson Martins Suterio; Michel Hudson Gomes Moraes e Hikaro Kayo de Brito Nunes

Capítulo 5 DA ILHA PARA O “CONTINENTE”: O DIREITO AO LUGAR GEOGRÁFICO DO CATRAIEIRO NA TRAVESSIA PELAS ÁGUAS DO IGARAPÉ XIDARINI, EM TEFÉ, AMAZONAS

Mateus Feliciano da Luz e Sandra Freitas Santos

Capítulo 6 TRADIÇÃO, MODERNIDADE E PERIFERIZAÇÃO DA CULTURA AMAZÔNICA: A ANÁLISE DAS MORADIAS SOBRE PALAFITAS DA RUA OTAVIANO DE MELO, EM TEFÉ, AMAZONAS

Maria Glenda Araújo Ramiro e Sandra Freitas Santos

Capítulo 7 A INFLUÊNCIA DA DINÂMICA DA NATUREZA NA COMUNIDADE DO BOIADOR, FONTE BOA, AMAZONAS: UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA CAPACIDADE ADAPTATIVA DOS RIBEIRINHOS

Daiane Nunes Monteiro e Sandra Freitas Santos

ORGANIZADORES

AUTORES(AS)

APRESENTAÇÃO

O livro “Geografia, ensino, natureza e outras expressões: diálogos para pensar-fazer o Médio Solimões” é o segundo lançado pelo grupo de pesquisa Observatório de Geografia da Pan-Amazônia (PANGEO/CNPq). Em seus sete capítulos, o livro exprime a diversidade temática que marca a produção do PANGEO, cujos/as pesquisadores/as são oriundos/as do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO), ambos do curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Os capítulos tratam de identidades, ensino de Geografia, transversalidades, lugar, cultura amazônica e da influência da dinâmica da natureza. São diversos olhares, perspectivas e escalas de análise que fazem do livro uma oportunidade para aqueles que buscam compreender determinados aspectos do Médio Solimões, especialmente dos municípios de Alvarães, Fonte Boa e Tefé.

As complexidades temáticas abordadas podem ser referências para compreender as relações entre sociedade e natureza na região e dialogam diretamente com o escopo da ciência geográfica. Desta forma, o livro não reúne capítulos dispersos, mas traz testemunhos de realidades que se conectam em torno de uma Geografia amazônica.

A organização deste livro nos trouxe muita alegria, que agora compartilhamos com os leitores. Esperamos que as ideias apresentadas neste livro possam estimular debates e a produção de outros trabalhos acerca dos temas aqui desenvolvidos. Por fim, agradecemos a todos/as que tornaram viável a publicação desta obra, em especial aos autores e autoras que compartilharam saberes e experiências conosco.

Boa leitura!

Prof. Dr. Hikaro Kayo de Brito Nunes
Prof. Dr. Wagner da Silva Dias
Organizadores

PREFÁCIO

Sinto-me honrado em prefaciar o livro **Geografia, Ensino, Natureza e outras expressões: diálogos para pensar-fazer o “Médio Solimões”**. Faço-o na atitude de muita alegria e de uma forma bem especial, pois tive a oportunidade de conhecer Tefé e o Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O prefacista tem geralmente a posição de quem apresenta ou até introduz o assunto de uma obra. É sempre a postura de quem pode julgar a obra que está prefaciando e avalizá-la para o público a quem se destina.

O livro reúne artigos de docentes e discentes do Curso de Licenciatura em Geografia do CEST/UEA, sendo uma obra muito rica que busca explorar a complexidade e a riqueza cultural e natural dessa região singular da Amazônia e do Brasil. O livro propõe diálogos entre diferentes áreas da Geografia, promovendo uma compreensão integrada do Médio Solimões. Este livro promove uma reflexão crítica sobre as práticas do ensino de Geografia e as interações entre a natureza e as comunidades locais, permitindo que elas se tornem agentes ativos na preservação, conservação e valorização de seu próprio ambiente e cultura.

No primeiro capítulo, intitulado **Identidades Negras, Representações e Ensino de Geografia na Comunidade São Francisco do Bauana (Alvarães/Amazonas)**, Taline Carla Protásio Leandro e Hikaro Kayo de Brito Nunes discutem a importância da temática étnico-racial para o ensino de Geografia, uma vez que os conceitos de etnia e raça contribuem para que os estudantes possam entender melhor os próprios conceitos geográficos e as influências dos mesmos junto às relações sociais, ambientais e culturais. O artigo faz uma reflexão sobre a importância da preservação de questões identitárias e suas representações dentro do contexto escolar no ensino de Geografia na comunidade São Francisco do Bauana, localizada no município de Alvarães, estado do Amazonas. Os autores mostram que na comunidade de São Francisco do Bauana, as identidades negras são manifestadas através de práticas culturais, tradições e uma história de resistência e resiliência.

No segundo capítulo, **Perspectivas para a Alfabetização Cartográfica no Contexto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, Wagner da Silva Dias e Augusto Monteiro Ozório destacam a importância da alfabetização cartográfica e que esta é essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes do espaço em que vivem. Os autores destacam que o processo de alfabetização cartográfica permite o conhecimento dos códigos da linguagem cartográfica, proporcionando aos alunos bases sólidas para a percepção individual do espaço e um

ferramental prático para uso no cotidiano. Incorporar o ensino de cartografia nos anos iniciais do ensino fundamental é um passo importante para preparar as crianças para os desafios do mundo moderno.

No terceiro capítulo do livro, **Representações sobre a potencialidade do Estudo do Meio em Tefé (Amazonas): possibilidades para o Ensino Médio**, os autores fazem, na perspectiva do Estudo do Meio, uma análise sobre Tefé (Amazonas) no âmbito do ensino de Geografia. Procuraram investigar a prática docente e seu planejamento diante desta estratégia de ensino, que muito contribui para a abordagem dos conteúdos de Geografia no ensino básico. Erika de Souza Castro, Hikaro Kayo de Brito Nunes e Wagner da Silva Dias mostram que, apesar dos desafios a serem superados, o Estudo do Meio em Tefé apresenta vastas possibilidades para enriquecer o Ensino Médio, integrando conhecimento acadêmico com experiências práticas e culturais, pois esta prática oferece oportunidades únicas para desenvolver habilidades críticas e reflexivas, além de promover uma compreensão mais profunda das interações entre o homem e o meio ambiente.

O quarto capítulo, intitulado **Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e o Discurso Étnico-Racial: Há espaço para apontamentos provocativos e transversais?**, Lucas da Silva Pessoa, Janderson Martins Suterio, Michel Hudson Gomes Moraes e Hikaro Kayo de Brito Nunes se debruçam sobre a complexidade da temática e provocam os leitores a refletirem nesses três grandes temas que, para eles, juntos, possibilitam uma transversalidade necessária. Os autores concluem que a transversalidade é um caminho que pode ser trilhado para uma visão de totalidade tendo como recorte a Geomorfologia Fluvial, a Educação Ambiental e as Questões Étnico-Raciais, salientando particularidades de Tefé/Amazonas com ponto de partida a ótica geográfica. Essas interseções oferecem uma oportunidade única para criar apontamentos provocativos e transversais que desafiam o *status quo* e promovem uma sociedade mais justa e consciente.

O quinto capítulo, **Da Ilha para o “Continente”: o direito ao Lugar Geográfico do catraieiro na travessia pelas águas do Igarapé Xidarini, em Tefé, Amazonas**, Mateus Feliciano da Luz e Sandra Freitas Santos mostram que a travessia pelo Igarapé Xidarini, em Tefé, Amazonas, é uma prática cotidiana que envolve mais que o simples deslocamento físico. Ela carrega em si a história, a cultura e o sustento daqueles que trabalham como catraieiros, responsáveis por conduzir as embarcações que ligam a ilha ao “continente”.

Os autores relatam que o catraieiro é um agente fundamental na construção e ressignificação do lugar, conferindo significado e vitalidade a esse território de transição (tradição x modernidade). E, por isso, transforma-se em ameaça às investidas modernizantes do

município, que, na contramão, vem escolhendo contribuir com a desvalorização desta profissão com propostas estruturais que afetarão a manutenção desta atividade e da qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Xidarini. Ressaltam que a conectividade entre as localidades de Tefé dada pelos catraieiros contribui para criar um espaço de trocas e interações que possibilita a circulação de saberes, tradições e experiências, que fortalecem a identidade local, o sentimento de pertencimento dos habitantes a este ambiente e, conseqüentemente, favorece a preservação do meio ambiente.

O sexto capítulo, **Tradição, Modernidade e periferização da Cultura Amazônica: a análise das moradias sobre palafitas da Rua Otaviano de Melo, em Tefé, Amazonas**, Maria Glenda Araújo Ramiro e Sandra Freitas Santos ressaltam que a cultura amazônica é compreendida por sua interação direta com a natureza, sobretudo com os rios e as florestas, fontes de reprodução da vida dos povos originários e dos caboclos amazonenses. Por conseguinte, a modernidade vem hibridizando-se com a tradição e impondo aqueles que vivem neste ambiente um novo modo de viver, ou seja, um modo de vida que os afasta dos fundamentos originários apreendidos como herança geracional.

As autoras mostram que o ambiente em que esses moradores vivem representa a identidade amazônica, ou seja, o espaço de pertencimento a esse território. Afirmam que os povos das águas são referências das culturas, crenças e hábitos dos povos amazonenses, que, por sua vez, encontram nas margens de rios como Solimões, Juruá, Madeira e Negro espaços de morada. O artigo reafirma que valorizar a cultura local e promover o desenvolvimento sustentável, pode assegurar que as comunidades amazônicas, com destaque para os moradores da rua Otaviano de Melo em Tefé, prosperem em harmonia com seu ambiente natural e cultural. As autoras afirmam que a permanência versa pela facilidade de acesso ao centro comercial, aos espaços de trabalho, ao rio, lago e igarapé.

E, por fim, no sétimo capítulo, Daiane Nunes Monteiro e Sandra Freitas Santos trazem o texto intitulado **A influência da dinâmica da Natureza na Comunidade do Boiador, Fonte Boa, Amazonas: um estudo geográfico da capacidade adaptativa dos ribeirinhos**. A partir dessa temática, as autoras mostram que os ribeirinhos enfrentam cenários distintos ao longo do ano. Elas afirmam que os períodos de cheia e seca configuram realidades que exige daqueles que escolhem habitar as áreas de várzea a capacidade de adaptar-se a tais quadros, por isso, fazem o seguinte questionamento: Quais são as realidades vividas pelos ribeirinhos da Comunidade do Boiador no período de cheia e seca na várzea amazônica?

Para elas, a convivência com o meio natural para os povos tradicionais é uma prática de bases geracionais, sendo construída sob saberes compartilhados de geração para geração. As

autoras constataram que a relação comunidade do Boiador e Natureza é conflituosa devido as transformações do leito do rio Solimões, sobretudo no período de cheia, quando a presença do fenômeno das Terras Caídas impacta diretamente na permanência dos ribeirinhos nas margens do rio, forçando-os a se moverem para espaços mais seguros, porém, é um testemunho da resiliência humana frente aos desafios ambientais.

A leitura do livro proporcionará aos leitores uma nova compreensão do Médio Solimões. Penso que a obra seja um convite para que todos nós, enquanto sociedade, possamos pensar e agir de forma mais consciente em relação ao nosso entorno e às suas complexas interações. Através deste livro, os leitores se sentirão motivados a explorar e respeitar a riqueza natural e cultural do Médio Solimões, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Seja bem-vindo a esta jornada de descoberta e reflexão!

Prof. Dr. Artur Rosa Filho

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sendo, atualmente, Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos Socioambientais (LAPES) e Diretor do Instituto de Geociências (IGEO). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com Estágio Pós-doutoral pela Universidade de São Paulo (USP).

CAPÍTULO 1

IDENTIDADES NEGRAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE GEOGRAFIA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO BAUANA (ALVARÃES/AMAZONAS)

Taline Carla Protásio Leandro
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Hikaro Kayo de Brito Nunes
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a temática étnico-racial é importante para o ensino de Geografia uma vez que os conceitos de etnia e raça contribuem para que os estudantes possam entender melhor os próprios conceitos geográficos e as influências dos mesmos junto às relações sociais, ambientais e culturais. Outro fator importante é que principalmente nas duas últimas décadas várias discussões referentes às questões étnico-raciais no ensino de Geografia tiveram um avanço significativo dentro do contexto escolar, a exemplo das contribuições teóricas e analíticas de Santos (2019), Martins e Pureza (2020) e Souza e Machado (2021).

Tal posicionamento chama a atenção pelo simples fato de que antes esta temática era pouco debatida nos estudos geográficos – como refletido por Sousa e Oliveira Neto (2020) e Braga Junior (2022) – mesmo que a ciência geográfica tenha a possibilidade de oferecer ao estudante diversas possibilidades de relacionar a sua realidade a partir dos temas disponibilizado por esta, como campo, cidade, gênero, raça, etnia e sexualidade.

A própria miscigenação existente na formação do território brasileiro propõe a reflexão sobre o quão importante foi a contribuição dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil. A Geografia se consolida como um papel fundamental na vida do estudante, principalmente ao se considerar que esta ciência tem como objeto de estudo o espaço geográfico e tudo que está inserido neste – suas relações e elementos em diferentes dimensões, contextos e escalas – logo o objetivo do ensino de Geografia é fazer com que o estudante compreenda a relação entre sociedade e o meio em que está inserido.

Incorpora-se, na relação Ensino de Geografia e Questão Étnico-Racial, a Base Nacional Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2017, p. 15), que estabelece sobre a necessidade de elaboração de “propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais”; além

do Referencial Curricular Amazonense/RCA (AMAZONAS, 2019), que, por meio da temática Educação Inclusiva, propõe refletir sobre os desafios existentes de um lugar com diversidades em todos os sentidos. Ou seja, pelo fato de a região Norte ser propulsora da diversidade cultural.

Partindo de uma reflexão sobre a formação territorial e cultural brasileira (Moraes, 2001; Ribeiro, 2015; Specht, Rocha, 2022) percebe-se que as identidades étnico-raciais tiveram uma grande contribuição para o processo de formação brasileira, no entanto, ao longo dos séculos, essas identidades foram invisibilizadas e inviabilizadas, seja no acesso à informações e direitos, seja no processo discriminatório. Para Hall (1996, p. 70), “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos do interior dos discursos da cultura e da história”. Para este autor a identidade é uma característica particular de cada grupo representado pela sua crença, modo de vida e pelo costume a qual este pertence.

Com isso, a implementação da Lei 10.639/2003 estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional devem incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, houve significativa relevância no âmbito das conquistas dos movimentos negros pois esta é vista como uma política pública e um marco de grande importância. No contexto escolar o componente curricular de Geografia tem um papel importante no debate das relações étnico-raciais, pois como o intuito desta ciência geográfica é colaborar, refletir e analisar para a formação de cidadãos que saibam viver em coletividade, respeitando a diversidade que existe no Brasil e que saibam valorizar suas raízes identitárias.

O presente artigo aborda uma reflexão sobre a importância da preservação de questões identitárias e suas representações dentro do contexto escolar no ensino de Geografia na comunidade São Francisco do Bauana, localizada no município de Alvarães, estado do Amazonas. A referida comunidade está em processo de Titulação Quilombola, etapa posterior ao reconhecimento do território como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), por meio da Portaria nº 213, de 16 de agosto de 2024. Estudos sobre a área já ocorrem, como Oliveira e Matta (2021) e Auanário (2023).

Na sociedade contemporânea as relações étnico-raciais podem ser entendidas como as formas e a maneira nas quais são estabelecidas as relações entre as diversas identidades culturais que compõem o quadro da população, neste caso a brasileira. Neste campo analítico inserem-se, como exemplo, os territórios quilombolas (já reconhecidos ou em processo de reconhecimento) como locais de resistências e de preservação de culturas e identidades, baseada na ancestralidade. Face o exposto, este estudo tem como objetivo compreender o papel do ensino de Geografia na discussão sobre representações e identidades negras em um espaço formal de ensino localizado na Comunidade São Francisco do Bauana (Alvarães/Amazonas).

ENSINO DE GEOGRAFIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS

A Geografia é a ciência que estuda as relações da formação da sociedade humana e a relação desta com a natureza por meio da leitura do espaço geográfico, contudo, o ensino desta ciência possibilita que os alunos compreendam a sua realidade de uma forma mais perceptível e integrada. Assim sendo, a Geografia é indispensável para a formação de cidadãos conscientes, participativos e críticos com relação às problemáticas existentes na sua realidade.

O conhecimento geográfico abre ao jovem a possibilidade de pensar o ser humano por inteiro em sua dimensão humana e social, aberto ao imprevisto, aberto ao novo com força ou poder para residir e intervir na sociedade da qual este é participante (Pontuschka, 1998). Mas para que o aluno se torne um cidadão consciente é imprescindível que a educação proporcione uma acessibilidade de inclusão buscando sanar o impacto de divergências que diferem da sua identidade cultural. Ao servir para conhecer o mundo e indicar onde você se encontra, a Geografia Escolar se encaixa como parte essencial do conhecimento geográfico e tem um papel fundamental na formação de cidadãos, visando que a compreensão socioespacial ocorre por meio dos conceitos geográficos que são trabalhados para potencializar o raciocínio espacial.

Partindo disso, o significado de ensinar Geografia está pautado nos fundamentos teóricos e metodológicos da ciência geográfica, que visa não somente buscar maneiras de se trabalhar com os conteúdos geográficos nos diferentes contextos escolares. Um outro ponto importante é que os professores de Geografia devem possibilitar aos estudantes a análise espacial a partir da própria realidade, como provoca Cavalcanti (2010, p. 7) de que “ensinar geografia é ensinar por meio de temas e conteúdos um modo de pensar geograficamente/espacialmente o mundo”.

As múltiplas possibilidades de compreender o mundo é perceber que a educação se faz presente sob diferentes realidades e que as práticas ofertadas pelo ensino de Geografia devem acontecer em espaços diversos, tais como territórios quilombolas, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas. Todavia, vários problemas dificultam o processo de reconhecimento identitário, o que acaba sendo corroborado pela discrepância da sociedade. No entanto, é por meio do contexto geográfico que se busca discutir e agregar o reconhecimento das identidades negras, tendo em vista a extrema importância nas múltiplas configurações do Brasil.

Dentro do espaço escolar formal as discussões a respeito das espacialidades étnico-raciais auxiliam os estudantes no entendimento sobre a formação do território brasileiro, visando trabalhar no ambiente escolar as questões econômicas e políticas, além das estruturas

sociais que fazem parte do espaço geográfico, sendo papel do professor colaborar com o resgate da pluralidade de identidades negras nas escolas.

A identidade pode ser entendida por um conjunto de caracteres que podem servir para diferenciar um indivíduo perante os seus semelhantes, ou seja, compreende-se que a identidade é uma metamorfose, estando em constante transformação, o que ocasiona uma série de informações que são adquiridas ao longo do tempo (Silva, 2017).

Falar especificamente da identidade negra pode parecer algo distinto em termos de conceituação, porém a forma com que ela se aplica dentro da sociedade é onde nota-se uma grande diferenciação. A identidade negra como uma construção política, tendo em vista que se auto afirmar como tal, no Brasil, não se limita apenas a cor da pele, mas, também, ao fazer isto, se assume uma postura política perante a sociedade, já que o indivíduo com uma identidade afirmada se torna alguém que desafia os padrões impostos (Gomes, 2002).

Autoafirmar-se como negro é estar de bem com a própria identidade. A autoafirmação proporciona à pessoa negra um novo olhar que alicerça a sua valorização como seres integrantes de uma sociedade. Ao relacionar a identidade negra com a autoafirmação percebe-se que existe um grande entrave cultural que retrai o povo afrodescendente e desta forma faz com que os integrantes deste grupo tenham dificuldade de assumir sua própria descendência. Moura (1988, p. 41) explica essa situação ao afirmar que “[...] a elite de poder, que autodefine como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro”.

Nessa abordagem, entende-se que a representação da superioridade étnica imposta na formação da sociedade se constrói a partir da valorização da cor branca e a desvalorização da negra, o que acaba impossibilitando a sua autoafirmação. No entanto, a representatividade atuante nos sistemas de representação oferece suporte para a constituição tanto da subjetividade quanto da identidade e corroboram em um debate sobre as diferenças.

Essas diferenças almejam uma luta antirracista, ainda que exista entre os brancos aliados, precisa se fortalecer dentro de um sistema estético da pretitude, sendo “fundamental que enxerguemos a estética como um dos pilares do processo de empoderamento” (Berth, 2020, p. 129). Para a autora é através da estética da pretitude que haverá um maior empoderamento nas lutas antirracista.

Segundo Silva (2014, p. 58) “[...] a asserção do negro não só perante a população branca, mas que se forneçam modelos positivos ao negro, para que este possa liberta-se da baixa autoestima que frequentemente o vitima, como resultado das opiniões dos brancos”. O autor destaca o quanto é importante ampliar a quantidade de negras e negros representados/as nas

linhas de frente para que crianças e adolescentes possam construir suas representações tendo em vista como referências os sujeitos que retratam seus marcadores identitários.

Por conta de uma complexidade na aplicação da Lei quanto à sua interpretação, torna-se comum no ambiente escolar encontrar profissionais que não estão capacitados para adequar-se às novas exigências curriculares (Ribeiro; Sousa; Silva, 2020; Valente; Dantas, 2021). Um outro fator que não pode ficar despercebido é o material didático que muitas vezes se encontram desatualizados para se trabalhar com a temática, dificultando a prática docente, bem como alguns livros didáticos que apresentam visões estereotipadas e preconceituosas sobre os negros, interferindo na construção de uma educação antirracista (Santos, 2011).

Para Hardt e Negri (2004, p. 424) “o poder do povo negro de se reapropriar do controle sobre o espaço e, assim, desenhar uma nova cartografia” a partir de suas lutas e resistências, destaca-se um fenômeno social que modifica o mapa do escravismo ocasionado pela nova forma de pensar e revelar que o corpo e a mente dos negros e negras não foram desterritorializados, todavia os diversos mecanismos de luta e organização constituem os marcos dos protagonismo e da resistência negra diante das condições de exclusão da sociedade ao longo do seu percurso histórico.

Diante do contexto, a “identidade cultural” torna-se um marco de afirmação política nas comunidades quilombolas que se encontram em processo de negociação com o poder público. Esses processos de caráter identitário são pautados na questão do reconhecimento das comunidades e passam a ter um papel de fundamental importância na compreensão das lutas sociais que se distribuem pelo território.

Em algumas comunidades quilombolas o processo de recuperação de identidades ocorre por meios de narrativas das histórias orais compartilhadas entre as famílias, que passam de geração para geração sobre as suas origens e experiência, sendo fundamental ressaltar que muitas vezes essas histórias podem trazer lembranças que remetem a uma memória de cativeiro. Silva (2016) chama a atenção para a ausência de registros historiográficos.

Para Bauman (2005, p. 17-18), existem uma flexibilidade e anulabilidade em relação à consciência sobre o pertencimento e identidade, pois um povo pode decidir de acordo com suas trajetórias, modo de agir, “assim como sua determinação frente a isso são fatores decisivos tanto para o pertencimento quanto para a identidade”. Para as comunidades remanescentes de quilombola a dinâmica conceitual e a amplitude acerca do termo negro e quilombola parecem dois termos distintos, porém, na compreensão deste não se torna algo simples, a compreensão destes dois termos diante da conjuntura de uma comunidade remanescente de quilombola com

relação a concepção sobre a questão da identidade étnica faz-se necessário uma separação entre os conceitos de raça e etnia.

Com a redefinição do conceito de etnia, existem interpretações que alertam para a questão de estar lidando com identidades e territórios étnicos sob a ótica de estratégias contingentes, de diferentes tipos de acordos ou contratos que os chamados quilombolas têm firmado (Farias Júnior, 2011). Contextualiza-se desta forma que há um acordo implícito sobre as formas de uso dos recursos utilizados por estes que aparecem na definição da região desta terra. Pode-se dizer que existe um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros, o que permite uma alusão a uma determinada ancestralidade.

As características biologicamente herdadas não definem prontamente a identidade do indivíduo ou a de sua coletividade, mas sim o pertencimento à aspectos culturais que foram unificadas nacionalmente e que assim causaram desvinculação das identidades no âmbito local. Gomes (2011) ressalta que a população não possui o fenótipo negro, com exceção de alguns moradores, podendo perceber que em algumas comunidades ocorre essa defasagem de fenótipo negro, porém sua identidade é definida por outras características.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os materiais utilizados neste estudo foram o levantamento bibliográfico, a elaboração do questionário semiestruturado para a coleta de informações e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico teve como finalidade auxiliar através de documentos referente à temática pesquisada.

Para o alcance do objetivo proposto foi realizada pesquisa de campo com aplicação de questionários junto a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II de um espaço formal (através de Carta de Apresentação) de ensino na Comunidade São Francisco do Bauana, baseando metodologicamente em Gil (2011) e Marconi e Lakatos (2017), sobre a importância dos questionários. O questionário aos estudantes do ensino fundamental II possuía dezesseis perguntas (sendo 10 objetivas). A coleta de informações ocorreu no dia 4 de dezembro de 2023, antecedido pela socialização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos pais/responsáveis pelos estudantes.

A pesquisa de campo é um dos momentos mais ricos e mais importante para a coleta de dados e informações, pois é na ida a campo que é possível ter um contato mais amplo com a área, processo ou fenômeno que será estudada e é através da observação que o pesquisador investiga o mundo real e ao mesmo tempo tenta compreendê-lo e interpretá-lo (Minayo, 2006).

Ressaltando ainda que esta pesquisa é de cunho qualitativo baseado na técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2011, p. 47) que destaca a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de “análise de comunicações, que visa obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção variáveis inferidas desta mensagem”.

De acordo com a autora, pode-se compreender que esta técnica é uma conjuntura de instrumentos metodológicos, que tem como objetivo analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não verbais, através de uma sistematização de métodos empregados em uma análise de dados. Diante desse aporte metodológico a técnica de pesquisas de análise de conteúdo de Bardin (2011) se estrutura três fases: Pré-análise (leitura, descrição dos conteúdos e formulação de indicadores), Exploração do Material (categorização) e Tratamento dos resultados (inferências e interpretação).

Contudo, a pesquisa só poderá ser validada se os resultados tiverem coerência interna e sistemática entre essas fases estabelecidas, propondo-se assim ter um rigor na organização da investigação para evitar inibir a ambiguidade e se constituir como uma premissa fundante. Durante o processo desta pesquisa, a pré-análise é uma das peças fundamentais pois é a primeira etapa da organização da análise de conteúdo, é através desta que o pesquisador (a) começa a organizar o material que irá ser útil à pesquisa. É nesta fase que o pesquisador irá sistematizar as suas ideias preliminares por meio de leitura, escolha de documentos, reformulação de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, ou seja, a organização destes aportes é que irão dar o direcionamento na preparação do material como um todo.

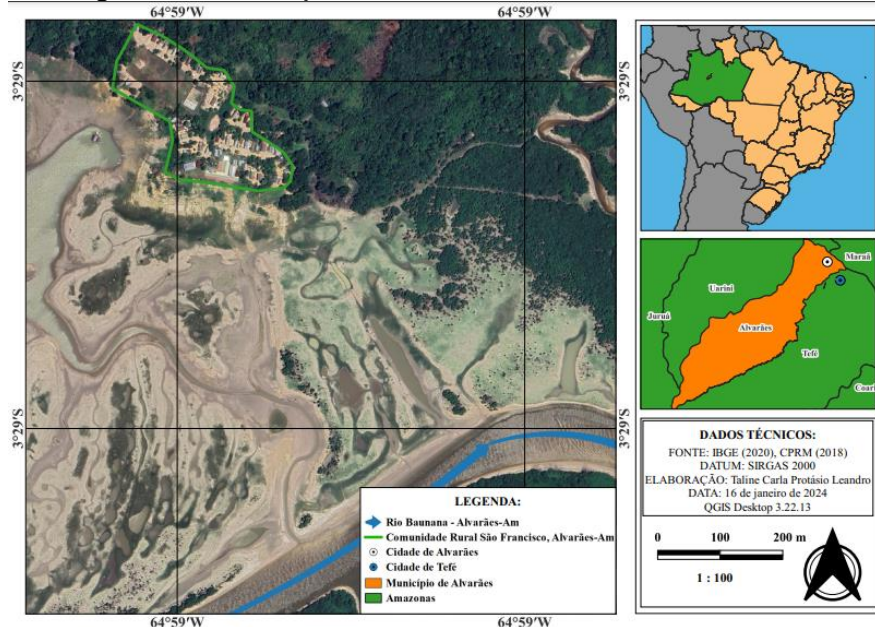
A fase de exploração do material tem por finalidade a categorização ou codificação no estudo, ou seja, nessa fase o pesquisador irá fazer uma abordagem mais profunda através da descrição analítica orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos que deram embasamento no estudo. O tratamento dos resultados, inferência e interpretação, é a última fase, sendo destinada à busca de significação das mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações dos comunitários, além de leituras de atas no Livro de Atas da Comunidade, a comunidade São Francisco do Bauana (figura 1) trata-se de uma comunidade de povo negro, fundada em 21 de dezembro de 1975 pelo senhor Francisco Lopes da Costa (advindo do Ceará no período do Ciclo da Borracha) conhecido como “Chico Preto”

e demais comunitários que ali se estabeleceram. Ressalta-se que esta comunidade faz parte do entorno da Floresta Nacional (FLONA) de Tefé e que o seu território está em processo de definição para se tornar um Território de Uso Comum (TUC).

Figura 1 – Localização da comunidade São Francisco do Bauana



Organização: os autores (2024).

A comunidade está localizada à margem esquerda do rio Bauana, possui um total de 146 habitantes distribuídos em 37 famílias. Dessas 37 famílias, cinco são compostas pelas filhas de seu “Chico Preto” e os demais são netos e netas que ali constituíram seu lar. Alguns moradores da comunidade se consideram descendentes de quilombolas em razão de seu fundador.

A comunidade recebeu o nome de “São Francisco” em homenagem ao nome do primeiro morador, sendo que nos dias atuais a comunidade conta com uma diversidade cultural de identidades, envolvendo festividades. A religião que prevalece na comunidade é a católica e a igreja obteve o nome de São Tomé por ser o padroeiro dos agricultores, no entanto estes também celebram o Divino Espírito Santo e Santa Luzia. Destaca-se que desde a fundação da comunidade, o festejo de São Tomé tornou-se uma tradição no interior, no entanto houve mudança com relação a realização da festa pois antes era realizada no mês de dezembro e nos dias atuais passou a ser realizada no mês de julho.

O referido estudo pautou-se na disciplina de Geografia levando em consideração as turmas de 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental da comunidade São Francisco do Bauana, e, mediante a formalização, o questionário semiestruturado foi aplicado no espaço formal aos

sujeitos respondentes que tinham idade entre 11 e 16 anos. Tendo resposta na quantidade de 33 sujeitos, sendo 17 do gênero masculino e 16 do gênero feminino, 24% com idade entre 15 a 16 anos, 36% com idade entre 11 a 12 anos e 40% com idade entre 13 a 14 anos.

No que se refere à raça, 77% dos alunos responderam que se consideram pardos, enquanto 10% responderam que são pretos, 11% responderam indígenas e 2% alunos responderam que são brancos. Quanto ao local de residência, 64% residem na comunidade São Francisco do Bauana e 36% são residentes de outras comunidades próximas.

De acordo com as respostas obtidas, foi possível identificar que um dos problemas enfrentados pelo espaço formal que não se difere de outros é com relação a idade dos alunos, podendo analisar que cerca de 24% desses alunos não correspondem a série/ano indicada, ou seja, esses alunos estão com uma idade superior a série/ano adequada para este grupo. Vale lembrar que em alguns casos a idade é um fator que colabora para o abandono escolar.

A observação seguinte está relacionada basicamente à questão do transporte fluvial dos alunos, pois como alguns não são residentes da comunidade São Francisco, estes utilizam a catraia (embarcação de pequenas dimensões, geralmente com um motor “rabeta” e conduzida por uma pessoa, o catraieiro) para se locomoverem até a comunidade, torna-se um pouco preocupante por conta da sazonalidade relacionada à dinâmica dos rios. Durante a pesquisa de campo, por exemplo, o estado do Amazonas estava diariamente no noticiário a julgar pelo seu período de seca (Adjuto, 2023; Radler; Witoto, 2023; Silva, 2024), e, houve a possibilidade de presenciar a chegadas dos estudantes. O que antes os mesmos caminhavam aproximadamente 30m entre o rio e a escola, durante este período o percurso chegou a superar 600m. Este é um desafio bem comum nas comunidades ribeirinhas da região, porém a estiagem severa extrapolou superou a problemática dos anos anteriores.

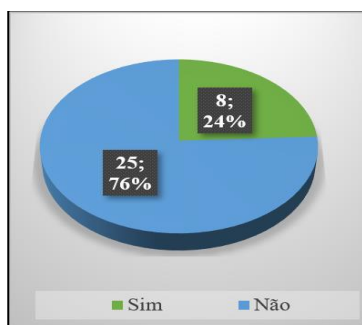
Em relação à análise do conteúdo as seguintes respostas foram obtidas quando os estudantes foram indagados sobre o que eles aprendem nas aulas de Geografia: Sociedade, Solo, Mapa, Território, Estado, Espaço, Países, Planeta Terra e Formação do Mundo. Nota-se que há um conhecimento dos temas trabalhados durante as aulas, porém, quando a questão é voltada ao tema exposto (identidade negra) não houve tanta relevância nas respostas, o que causou um pouco de impacto, contudo foi realizada uma análise minuciosa. Chama bastante atenção que durante o ano letivo não foram apresentados conteúdos que trabalhem com as “questões étnico-raciais”, “racismo”, “discriminação racial” e “população negra”.

Em que pese a representação discente sobre a avaliação da aprendizagem em Geografia, destacaram respostas como “importante”, “sim”, “bom”, “interessante”, “legal”, “chata” e “muito boa”. Ao fazer análise destas respostas, pôde-se transcrever os temas geográficos

abordados durante as aulas de Geografia, mas em nenhum momento obteve-se um dos conceitos que estivesse atribuído a este estudo, contudo um fator bem relevante foi a avaliação dos discentes sobre a avaliação da aprendizagem em Geografia.

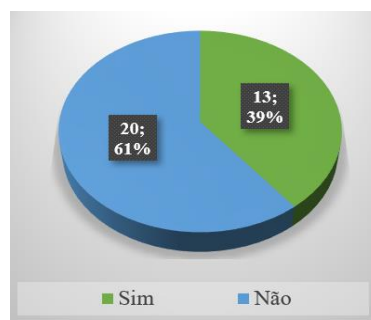
Quando perguntados se já haviam passado por algum preconceito racial cerca de 24% responderam que sim e 76% responderam que não (figura 2), ao passo que todos os estudantes afirmaram não ter participado de evento sobre a questão étnico-racial. De igual maneira, ao serem questionados sobre a diversidade étnico-racial em sala de aula (figura 3), 39% dos alunos conseguem identificar a diversidade dentro da sala de aula e cerca de 61% não conseguem identificar, além do fato de 76% dos estudantes nunca terem participado de projetos que valorize a identidade/representatividade negra (figura 4).

Figura 2 – Representação discente em relação à condição de vítima de preconceito racial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Figura 3 – Representação discente em relação à diversidade étnico-racial em sala de aula



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Figura 4 – Representação discente em relação à participação em projeto sobre identidade negra



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Considerando as respostas dos gráficos torna-se preocupante pois há uma lei que implementa a discussão para trabalhar com conteúdo que retratam a história e cultura africana e é surpreendente as respostas obtidas quanto a este contexto. Um outro ponto em questão refere-se a questão do preconceito racial, pois é inadmissível que em pleno século XXI ocorra uma situação desta. Lembrando que é através do ensino que o estudante conseguirá romper barreiras para lidar com diversas situações.

Quando perguntado aos sujeitos o que eles entendem por: identidade negra, etnia, raça, comunidade, quilombo e geografia e questão étnico-racial, nesta análise configuram-se respostas sem êxito pois cerca de 70% dos alunos não conseguiram responder esta questão. Avalia-se desta maneira que há uma grande lacuna no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que acaba dificultando suas interpretações quantos aos conceitos, tendo como destaque os termos representados pelos estudantes sobre identidade negra, etnia, raça, comunidade,

quilombo e Geografia e questão étnico-racial: “lugar”, “cor de pele”, “alegre”, “resistência”, “pessoas negras”, “trabalhador”, “força”, “legal”, pessoas que se ajudam”, “união”, “forte”, “especial”, “orgulho”, “agrupamento”, “conhecimento” e “educação”.

Durante a aplicação do questionário foram notadas algumas dificuldades dos estudantes em interpretar a questão e assemelhar as respostas aos próprios conceitos. Contudo, após auxílio, os estudantes responderam, o que chama atenção por parte do espaço formal. É amplamente importante destacar que o papel do professor é despertar o interesse dos estudantes no seu desenvolvimento quanto ao conhecimento para que este possa atuar como protagonista da sua realidade perante o espaço formal e a sociedade, porém quando não há uma transposição desse conhecimento adequado, os estudantes não conseguem estabelecer relação com determinado conteúdo.

Visando obter uma maior interpretação do tema que estava sendo trabalhado foram utilizadas imagens para que os alunos pudessem identificar os que elas representavam para eles. No quadro 1 algumas das percepções interpretadas pelos estudantes através das imagens.

Quadro 1 – Representação imagética por parte dos estudantes

IMAGENS	REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA (Respostas)
Imagem 1  Fonte: https://www.em.com.br/app/coronistas/arthur-bugre/2021/12/31/noticia-arthur-bugre.1333385/representatividade-importa.shtml	<i>Para mim essa imagem representa no meu ponto de vista nove pessoas de diferentes raças que estão se respeitando.</i>
	<i>Alguns indígenas, pardos e negros que não parecem ligar para o preconceito e estão sempre juntos que nem família.</i>
	<i>Representa diferenças de raças.</i>
	<i>Representam as pessoas pretas e negras.</i>
	<i>Uma família de negros.</i>
	<i>Representa a humanidade junta sem preconceitos com pessoas negras.</i>
	<i>Representa a união de cada uma pessoa.</i>
	<i>É uma família reunida e feliz.</i>
	<i>Representa que a mesma raça não tem diferença.</i>
	<i>Pessoas em Harmonia.</i>
	<i>Essa imagem representa uma família reunida.</i>
	<i>Os povos negros.</i>
Imagem 2	<i>Luta e resistência.</i>
	<i>Essa imagem significa força.</i>
	<i>Força</i>
	<i>A vitória da liberdade</i>
	<i>Mãos ao alto representa votos iguais.</i>
	<i>Luta de cada uma pessoa.</i>
	<i>A união de todos faz a força.</i>

 Fonte: https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/especializadas/dia-da-consciencia-negra-pcgo-reafirma-seu-compromisso-no-combate-aos-crimes-raciais/	<i>Isso significa força.</i> <i>Representa a força das pessoas negras para combater o racismo.</i> <i>Essas mãos fechadas significam força de uma raça negra.</i>
Imagem 3  Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/924577/dicionario-iphan-do-patrimonio-cultural-o-que-e-um-quilombo	<i>Uma senhora que está trabalhando.</i> <i>Uma comunidade indígena</i> <i>O trabalho de uma pessoa negra.</i> <i>Representa uma comunidade negra,</i> <i>Representa as pessoas trabalhadoras.</i> <i>Uma Mulher que vive em uma casa de barro.</i> <i>Muito trabalho e muita dificuldade.</i> <i>É uma pessoa que trabalha muito.</i>
Imagem 4  Fonte: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33599/1/Tese%20Raylene%20DEFINITIVA%20PDF.pdf	<i>Comunidade São Francisco</i> <i>Representa uma comunidade muito linda e unida.</i> <i>A comunidade São Francisco na cheia.</i> <i>É a minha comunidade um lugar muito especial para mim.</i> <i>É a imagem da comunidade onde eu moro.</i> <i>É uma paisagem que minha visão sempre vai enxergar só que agora eu não estou vendo esse rio por causa da seca.</i> <i>Essa imagem representa a nossa comunidade onde nós moramos é uma comunidade limpa, saudável e alegre.</i> <i>Essa imagem representa a nossa comunidade onde as pessoas moram.</i>
Imagem 5 	<i>Essa imagem representa os santos importantes para a comunidade.</i> <i>Essa imagem representa os santos porque eles são importantes e também são padroeiros.</i> <i>Santa Luzia e São Tomé.</i> <i>A igreja católica da comunidade São Francisco do Bauana.</i> <i>É a imagem de São Tomé e é uma igreja católica.</i> <i>Os padroeiros da comunidade São Francisco do Bauana</i> <i>É a nossa igreja católica e representa a nossa crença.</i>

Fonte: http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/4654/1/Das%20mem%C3%B3rias%20e%20hist%C3%B3rias%20de%20agricultores%20da%20comunidade%20S%C3%A3o%20Francisco%20do%20Bauana%20processo%20de%20resist%C3%A2ncias%20%C2%82%20lutadas%20e%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20identit%C3%A1rias.pdf	<i>É a minha igreja católica que representa a nossa crença.</i>
---	---

Organização: os autores (2024).

Conforme o agrupamento das categorias iniciais pode-se fazer a consolidação de nove categorias intermediárias de acordo com as respostas dos sujeitos, desta forma esse agrupamento de informações nos auxiliará na interpretação do conceito e inferência deste conteúdo. Na Imagem 1, os alunos compreendem o conceito de diferenças entre pessoas de acordo com a raça, mas ao mesmo tempo vivem em união e sem preconceito. Pôde relacionar as seguintes informações através de respostas que nessa percepção, os estudantes entendem que o conceito de raça se atribui a um número de pessoas, que, juntas, vivem em união e esse fortalecimento favorece para que consigam lutar contra o preconceito. A partir da segunda respostas os alunos associam que o conceito de raça se atribui a humanidade vivendo juntas sem preconceitos com pessoas negras.

Na Imagem 2 a interpretação dos alunos nesta imagem se dá levando em consideração ao gesto da mão na qual eles relacionam isto com força, resistência e luta do povo negro por meio das seguintes respostas: “representa a força das pessoas negras para combater o racismo” e “Essas mãos fechadas significam força de uma raça negra”. Na Imagem 3 a categoria abordada vem descrita na interpretação dos alunos como a dificuldade dos trabalhadores negros e sua condição de moradia analisa-se a seguinte resposta o trabalho de uma pessoa negra que vive em uma casa de barro.

Na Imagem 4 o conceito de comunidade se destaca por ser um local de felicidade, união, linda, especial, está é a percepção dos alunos quanto ao seu local de naturalização como exemplo temos as seguintes respostas: “é a minha comunidade um lugar muito especial para mim” e “é a nossa comunidade onde nós moramos é uma comunidade limpa, saudável e alegre”. Já na Imagem 5 os Santos padroeiros da comunidade São Francisco, o conceito se consolida pela crença que existe na comunidade tais respostas são utilizadas para essa comparação: essa imagem representa os santos porque eles são importantes e também são padroeiros é a minha igreja católica que representa a nossa crença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a representação dentro do espaço formal se torna uma peça chave nas discussões dos debates étnico-raciais, tendo em vista proporcionar estratégia valiosa para

favorecer o enfrentamento do racismo e apoiar a construção identitária positiva de crianças e adolescentes negras e negros. A reflexão deste trabalho destaca a importância e o papel do ensino de geografia dentro do contexto formal, pois essa exerce no processo de ensino aprendizagem, na formação da cidadania e da criticidade, isso reflete a compreensão e a apreensão do conhecimento em relação aos eventos sociais, sendo de fundamental importância para uma visão de mundo realista e uma compreensão mais profunda da própria realidade.

Contudo quando o ensino de geografia não está atribuído de uma forma perspicaz no cotidiano há divergências entre a perspectiva de representação (aluno) versus representação (docente), visa desta maneira compreender que tais posicionamentos quanto ao espaço formal não está sendo explícito de maneira abrangente que possam auxiliar os alunos proporcionando com o ensino de geografia uma educação inclusiva e promovendo a compreensão profunda das dinâmicas sociais presentes na comunidade. Deste modo, este trabalho espera contribuir de uma forma crítica, quanto a forma de pensar e trabalhar os conteúdos pautados nas identidades negras dentro do contexto escolar, pois a dificuldade de interpretação dos alunos quanto aos conteúdos fica visível, diante da realidade.

REFERÊNCIAS

- ADJUTO, Graça. **Seca no Amazonas afeta mais de 630 mil pessoas**. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/seca-no-amazonas-afeta-mais-de-630-mil-pessoas>> Acesso em 20 de abr. de 2024.
- AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense**, 2019. Disponível em: <http://www.cee.am.gov.br/?page_id=902> Acesso em 25 de nov. de 2023.
- AUANÁRIO, Daniel Nascimento. **Das Memórias e Histórias de Agricultores da Comunidade São Francisco do Bauana: Processos de Resistências, Lutas e Afirmação Identitária**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Amazonas. Tefé, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre conceito de cultura**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**: Jandaíra, São Paulo, 2020.
- BRAGA JUNIOR, Geraldo. Contribuições da geografia e das black geographies ao estudo histórico sobre educação tradicional africana, à luz da Lei Federal Nº 10.639/2003. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 11, n. 21, p. 333-356, 2022. <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/download/363/295>
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a>

[%20Lei%20no,%20C%20e%20dá%20outras%20providências>](#) Acesso em 30 de nov. de 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO-PERSPECTIVAS ATUAIS, 1. 2010, **Anais....** Belo Horizonte, 2010.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Quilombolas no Amazonas: do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOMES, Robeilton de Souza. Fuga, sublevação e conflitos: faces da resistência política na Amazônia colonial (sec. XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, **Anais...** São Paulo, 2011.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 69-75, 1996.

HARDT, Michael; NEGRI, Antoni. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acompanhamento dos processos de regularização quilombola**: 07.02.2024. Brasília: INCRA, 2024. Disponível:<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaoquilombola_07.02.2024.pdf> Acesso em 20 de abr. de 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Alan Bizerra; PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. O ensino de geografia e a relação étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p. 1-31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499440314>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, n. 2, p. 105-113, 2001. DOI: <https://doi.org/10.7147/GEO2.1145>

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Patrícia Tome de; MATTA, Betânia de Assis Reis. Territórios quilombolas no estado do Amazonas e os entraves para o reconhecimento da Comunidade de São Francisco do Bauana. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 18, p. 208-231, dez. 2022. <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2752/1476>.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Reflexos sobre a presença de Geografia no ensino médio. **Revista de Geografia e Ensino**, v. 7, n. 1, 1998.

RADLER, Juliana; WITOTO, Vanda. **2023: o ano em que a Amazônia secou**. 2023. Disponível em:<<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/2023-o-ano-em-que-amazonia-secou>> Acesso em 20 de abr. de 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Jakson dos Santos; SOUSA, Aldeanne Silva de; SILVA, Ronnie Cássio Coêlho. Da ausência na formação inicial ao chão da sala: as dificuldades enfrentadas pelos professores da educação básica em Caxias/MA na aplicabilidade da lei 10.639/2003 no ensino de História. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8812>

SANTOS, Maria Luiza Santos e. As relações étnico-raciais e o ensino de geografia. **Revista Amazônica Sobre Ensino de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 01-21, 2019. <https://publicacoes.ifpa.edu.br/index.php/raseng/article/view/15/0>

SANTOS, Renato Emerson do. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2011.1702>

SANTOS, Renato Emerson do. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, n. 34, 2010, p. 141-160. <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/315>

SILVA, Denise Almeida. De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. **Ilha do Desterro**, v. 67, p. 51-62, jul./dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2014n67p51>

SILVA, Júlio Cláudio da; ROCHA, João Marinho da. Das Memórias Negras na Amazônia: Resistência e Luta Quilombola no Andirá, Barreirinha-AM, Brasil. **Revista África(s)**, v. 3, n. 6, p. 131-143, 2016. <https://revistas.uneb.br/index.php/african/article/view/4055>

SILVA, Lucas Ribeiro da. Geografia e o Ensino das Relações Étnico – Raciais no Ensino Fundamental. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 11, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/rtg.v6n11p142-152>

SILVA, Tiago da Mota e. **Como evitar que a seca histórica na Amazônia se torne um 'novo normal'**. 2024. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2024/03/08/como-evitar-que-a-seca-historica-na-amazonia-se-torne-um-novo-normal.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20 de abr. de 2024.

SOUSA, Elson Mateus Monteiro; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. Geografia e povos indígenas no Brasil: uma análise a partir dos documentos normativos da educação escolar indígena. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 78, p. 78-92, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG217853035>.

SOUZA, Lorena Francisco de; MACHADO, Luiza Helena Barreira. Ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos na Educação Básica. **Signos Geográficos**, v. 3, p. 1-36, 2021. <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/71517>

SPECHT, Juliana dos Santos; ROCHA, Vera Cristina Scheller dos Santos. Diversidade cultural e a origem do povo brasileiro. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 35, p. 190-205, 2022. <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2362>

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. 1-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147327>

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS PARA A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wagner da Silva Dias
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Augusto Monteiro Ozório
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP

INTRODUÇÃO

O texto deste capítulo foi inspirado em nossas práticas em torno da alfabetização cartográfica, cuja temática tratamos em oficinas pedagógicas para formação continuada de professores/as que atuavam nos anos iniciais do ensino fundamental, realizadas ao longo da década de 2010 em municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Os tópicos comentados abaixo são fruto da nossa reflexão sobre as trocas realizadas nas oficinas e as devolutivas das atividades que propusemos. As atividades propostas nas oficinas foram executadas nas escolas pelos professores e os êxitos e dificuldades nos ajudaram a aperfeiçoar a abordagem sobre a alfabetização cartográfica.

Nestas oficinas, constatamos que é comum que professores/as dos anos iniciais, ao abordarem conteúdos da geografia, apresentem dificuldades para trabalhar com os conteúdos específicos da cartografia, deixando escapar uma grande oportunidade de proporcionar aos estudantes uma importante ferramenta que está diretamente relacionada ao processo de alfabetização.

Nem sempre os livros didáticos desta etapa de ensino fornecem subsídios para que o professor construa os entendimentos supracitados com seus estudantes. Em outros casos, apresentam soluções com pouca profundidade para o desenvolvimento de habilidades suficientes para construir e interagir com os mapas.

Da mesma forma, a formação inicial do docente nesta etapa do ensino básico nem sempre contempla com destaque a importância da geografia e da cartografia, em particular, nos anos iniciais e as vantagens de incorporar esta discussão para a construção do conhecimento com esta faixa etária. Estas e outras questões foram verbalizadas pelos professores/as em nossos encontros, apontando a necessidade da formação continuada específica para a alfabetização cartográfica.

Com o objetivo de fundamentar as ideias apresentadas neste texto, destacamos a importância da alfabetização cartográfica nos anos iniciais do ensino fundamental dentro de três dimensões:

- a) A dimensão da alfabetização;
- b) A dimensão da individualidade por meio da percepção de si mesmo no espaço;
- c) A dimensão da *práxis*, por meio do uso prático da cartografia como ferramenta de comunicação e para localização e deslocamento no espaço.

É dentro da perspectiva apontada nestas dimensões que organizamos as ideias para este capítulo. Em primeiro lugar, destacaremos a importância da alfabetização cartográfica. Depois, elencaremos os conceitos centrais e os elementos dos mapas para uma abordagem significativa. Por último, concluiremos pontuando a necessidade dos esforços para disseminar a prática da alfabetização cartográfica nos anos iniciais do ensino fundamental.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

Partimos do pressuposto que o ensino da cartografia nos anos iniciais esteja diretamente ligado ao processo de alfabetização, pois podemos atribuir à cartografia a noção de linguagem, uma vez que por meio dos mapas existe uma relação entre códigos que permitem uma comunicação, tal como ocorre com o exercício da linguagem verbal, musical, corporal, entre outras.

Richter (2017), ao abordar a linguagem cartográfica no ensino de geografia, destaca o processo histórico da cartografia, os processos metodológicos para o ensino da cartografia e a valorização deste tema na formação do professor. Acerca da associação entre cartografia e linguagem, o autor afirma:

Reconhecer o mapa como linguagem não está relacionado apenas a um destaque na escrita, um complemento nominal, mas se constitui em uma abordagem diferente e, principalmente, ao próprio contexto da Cartografia a partir da sua identidade. Ou seja, quando nomeamos o mapa como sendo um produto da linguagem significa que o entendemos como resultado de um processo social e cultural, portanto passível de transformação (Richter, 2017, p. 287).

Em outras palavras, podemos dizer que é necessário ensinar os códigos da cartografia para que as crianças aprendam a ler e a escrever por meio dos mapas, ou seja, por meio da linguagem cartográfica. Isto significa que não inseri-los nos códigos específicos da cartografia é permitir que sejam analfabetos nessa linguagem. De acordo com Castellar (2000, p. 30):

A Geografia, como área do conhecimento escolar, deve ser compreendida nas séries iniciais fazendo parte do processo de alfabetização, porque é importante para a leitura de mundo. Aliás, em função da formação inicial dos professores das séries iniciais, muitos não sabem por que é importante alfabetizar a criança em Geografia.

Além disso, destacamos que durante o processo de alfabetização cartográfica, que permitirá conhecer os códigos da linguagem cartográfica, proporcionaremos aos alunos bases sólidas para a percepção individual do espaço e um ferramental prático para uso no cotidiano. Reconhecer a importância dos conceitos relacionados ao tema é fundamental para pensar as práticas e o desenvolvimento de atividades com os estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora a importância de ensinar elementos de cartografia nos anos iniciais, sobretudo através da unidade temática “formas de representação e pensamento espacial”, que acompanhará a Geografia escolar ao longo de todo o ensino fundamental. Além disso, sabemos que os mapas estarão presentes nas outras unidades temáticas (o sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, mundo do trabalho, natureza, ambientes e qualidade de vida).

Apesar das críticas recebidas pela BNCC a respeito de sua concepção e implementação, Dapper (2021, p. 97) comenta que “observa-se que a Cartografia Escolar obteve um grande progresso com a elaboração da BNCC”. De acordo com o autor,

Esse espaço que foi conquistado e ampliado visualiza-se no documento com um objeto de conhecimento próprio da cartografia que perpassa todos os anos do Ensino Fundamental e da inclusão dos conceitos de pensamento espacial e de raciocínio geográfico que valorizam as formas de representação espacial. Cabe ressaltar, que essa ascensão da Cartografia Escolar neste território de disputas que é o currículo escolar, ocorreu devido às pesquisas realizadas desde o final da década de 1970 que buscaram evidenciar a importância da alfabetização e do letramento na linguagem cartográfica (Dapper, 2021, p. 97).

Apresentamos no Quadro 1 todas as correspondências sobre este tema na BNCC para os anos iniciais, constantes na unidade temática “formas de representação e pensamento espacial”. Nota-se que a abordagem dos elementos da cartografia não se destina a serem trabalhados em apenas um dos anos, mas se constituem num processo nos anos iniciais e ao longo de todo o ensino fundamental.

Quadro 1 – Objetos de conhecimento e habilidades da unidade temática formas de representação e pensamento espacial

Ano	Objetos de conhecimento	Habilidades
1º	Pontos de referência	Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.
		Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.
2º	Localização, orientação e representação espacial	Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.
		Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).
		Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola
3º	Representações cartográficas	Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.
		Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas.
4º	Sistema de orientação	Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.
	Elementos constitutivos dos mapas	Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.
5º	Mapas e imagens de satélite	Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.
	Representação das cidades e do espaço urbano	Estabelecer conexões e hierarquias entre diferentes cidades, utilizando mapas temáticos e representações gráficas.

Fonte: Brasil (2017, p. 368-377).

Não temos a pretensão de esgotar o tema com os tópicos apresentados no Quadro 1. Eles foram reunidos neste capítulo para dar uma dimensão geral daquilo que é indicado pela BNCC como “aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes [...] têm direito” (Brasil, 2018, p. 5) no que se refere, neste caso, ao ensino de cartografia nos anos iniciais.

OS CONCEITOS CENTRAIS PARA O ENSINO DE CARTOGRAFIA E OS ELEMENTOS DO MAPA

Antes de tudo, é preciso compreender que o alfabeto cartográfico é composto por três elementos: ponto, linha e área (Simielli, 2008). No Quadro 2, detalharemos cada um deles.

Quadro 2 – Elementos do alfabeto cartográfico

Componente	Uso
Ponto	“[...] os pontos geralmente são empregados nos documentos cartográficos para representar cidades, capitais de estados e outros elementos pontuais que sejam significativos para o objetivo específico do produto cartográfico” (Dapper, 2021, p. 63).
Linha	“[...] é utilizada pela cartografia como um recurso gráfico para representar os fenômenos lineares ou contínuos presentes na paisagem: ruas, avenidas, rodovias, ferrovias e rios, além da delimitação de limites político-administrativos, limites de propriedade, fluxos, curvas de nível, [...]” (Dapper, 2021, p. 63-64).
Área	“[...] usada para retratar a largura e o comprimento do espaço representado por texturas ou cores” (Dapper, 2021, p. 64).

Fonte: Dapper (2021). Organizado pelo autor.

Também é importante se apropriar da noção de alguns conceitos centrais que estão associados com o processo de ensino e aprendizagem da alfabetização cartográfica para os anos iniciais. Na Figura 1, apresentamos o fluxograma da alfabetização cartográfica evidenciando a importância do alfabeto cartográfico e dos conceitos centrais.

Figura 1 – Fluxograma da alfabetização cartográfica.



Fonte: Simielli (2014).

Considerando o fluxograma da Figura 1, “entendemos que o aluno é alfabetizado cartograficamente quando ele aprende a visualizar os objetos a partir da visão vertical e, com isso, compreendendo como transformar esses objetos tridimensionais em uma imagem

bidimensional” (Risette, 2018, p. 21). Apresentaremos abaixo as noções de cada conceito central para a realização da alfabetização cartográfica:

- a) Visão frontal, vertical e oblíqua;
- b) Lateralidade;
- c) Ponto de referência;
- d) Orientação;
- e) Escala;
- f) Legenda dos mapas.

Iniciando pela letra a) da lista acima, afirmamos que ao realizar atividades para distinguir as visões frontal, vertical e oblíqua, é importante destacar que todo mapa é concebido de acordo com a visão vertical. Cotidianamente, convivemos com a visão frontal, observando os objetos no mesmo plano, tridimensionalmente.

A passagem da visão frontal, tridimensional, para visão vertical, bidimensional, é onde reside a primeira etapa para a alfabetização cartográfica, junto com a apropriação do alfabeto cartográfico, de acordo com a Figura 1.

Elaborar uma representação de acordo com a visão vertical exige uma abstração maior por parte do aluno, fazendo com que ele se aproxime do ponto de vista utilizado para a elaboração do mapa, conforme já observamos.

Quanto à noção de lateralidade, ela se refere às noções de direita, esquerda, frente, atrás, em cima e em baixo. É pela lateralidade que damos início a percepção da localização do próprio corpo e dos demais objetos, e assim dar início ao processo de representação do espaço. Na medida em que representamos a localização dos objetos no espaço, por exemplo, numa folha de sulfite, nós já começamos a construir os mapas.

Além disso, o desenvolvimento das noções de lateralidade passa pela importância de se proporcionar à criança a possibilidade de perceber a relação do próprio corpo com o espaço em que está inserido. Segundo Silva (2005),

O domínio da própria lateralidade é de fundamental importância para a Geografia e Cartografia, pois é a partir do corpo da criança, da sua própria lateralidade, que se inicia o processo da alfabetização cartográfica. Será por meio deste processo que ela poderá desenvolver as noções cada vez mais abstratas da leitura e análise das representações gráficas (SILVA, 2005, p. 155).

Portanto, podemos perceber que o desenvolvimento das noções de lateralidade relaciona-se a dimensão da individualidade por meio da percepção de si mesmo no espaço, e

assim, podemos dizer que não só podem, como devem ser desenvolvidas com as crianças de menor idade, antes mesmo de aprenderem a ler e escrever.

Para fazer com que conceitos sejam aprendidos por crianças que ainda não aprenderam a ler e escrever, a noção de lateralidade deve ser desenvolvida por meio de brincadeiras, jogos e danças que transformem os conceitos citados em movimentos, a exemplo da obra de Silva (2005). Ou seja, para uma criança, os conceitos de direita e esquerda, frente e atrás, por exemplo, devem ser aprendidos e internalizados por meio de movimentos realizados com o próprio corpo. Isso fará com que esses conceitos sejam internalizados, compreendidos e se transformem em representação com o processo de alfabetização dessas crianças.

O mesmo pode-se dizer em relação ao conceito de ponto de referência, tanto em relação ao processo da alfabetização cartográfica como também em relação à construção da individualidade, uma vez que também cumpre com um papel importante em relação ao reconhecimento dos outros indivíduos que compõem a sociedade. Também cumpre com um papel importante em relação ao amadurecimento intelectual e da sociabilização da criança no que se refere a percepção de que ela não é o centro do universo, mas que pertencente a um grupo.

Silva (2005, p. 137), apoiando-se nos estudos de Simielli (1997), aponta para a necessidade de entender como a criança pensa as noções espaciais para um efetivo processo de alfabetização cartográfica. Segundo a autora:

[...] a aprendizagem da lateralidade, das referências e da orientação espacial é necessária para que a criança se desenvolva, durante sua permanência na escola, a habilidade de saber localizar-se e localizar pessoas, objetos, fenômenos e outros lugares, como também utilizar os diversos referenciais de orientação espacial.

Sobre as noções de orientação, elas se referem às direções marcadas pelos pontos cardeais, colaterais e subcolaterais e estão diretamente relacionadas a noção de ponto de referência. A compreensão destas noções é fundamental para a realização da leitura dos mapas e, portanto, é um elemento que deve ser ensinado para garantir a compreensão da linguagem cartográfica.

É por meio da noção de orientação que é possível comunicar, a partir de um ponto de referência, a direção de qualquer ponto ou fenômeno representado nos mapas e permite ainda que o mapa possa ser utilizado como um instrumento prático para pequenos e grandes deslocamentos, relacionando-se com a dimensão da *práxis*, por meio do uso prático da

cartografia como ferramenta para localização e deslocamento no espaço, citado no início deste capítulo.

Aqui a bússola se torna um instrumento essencial para o trabalho em sala de aula ou nas saídas de campo, inclusive pelos questionamentos levantados pelos alunos quanto aprendem a usar o instrumento, como por exemplo: “por que a agulha aponta sempre para o mesmo lugar?”. Esta dúvida corriqueira durante as atividades com bússolas, abre inúmeras possibilidades de discussão sobre orientação, magnetismo e campo magnético da Terra, polo norte geográfico e polo norte magnético, entre outras questões. Fonseca (2004, p. 62) destaca outras possibilidades de orientação, além da bússola, mas também bastante instigantes:

A orientação é concebida através dos pontos cardeais ou de objetos identificados no terreno. Para essa determinação se recorre a diversas formas de orientação entre elas o Sol, que é o astro que mais se presta para esta finalidade, principalmente por ser um astro visível diurnamente. Outros astros também servem de base para orientação e entre eles destacamos a Lua [...]. As estrelas, como é o caso da constelação do Cruzeiro do Sul que é a constelação mais brilhante entre as diversas próximas ao Pólo Sul e que é visível para os povos que habitam ao sul do Equador [...].

Explorar estas possibilidades de orientação no espaço, seja por meio de instrumentos, seja por meio dos astros, pode tornar a relação com os conteúdos mais interessante e curiosa. Assim, ajuda a compor o leque de informações necessárias para o uso da cartografia como ferramenta prática para se resolver questões simples, mas essenciais para o exercício da cidadania, tal como ter a autonomia de mais tarde e com mais idade, possa utilizar um mapa impresso ou em um aplicativo. É também por meio das noções de orientação que as noções de lateralidade e ponto de referência irão se tornar mais complexas.

Em outro conceito importante, a noção de escala se refere a representação proporcional de um objeto, ou um fenômeno, e por isso é tão importante para a cartografia. A representação do que se pretende comunicar passa necessariamente pela escolha da escala do mapa. A escala pode ser representada matematicamente e nos mapas pode ser lida por meio da escala gráfica ou numérica, que estabelece a relação de distância entre os lugares ou permite o cálculo de áreas. Nos anos iniciais, no entanto, a representação da sala de aula ou a construção do trajeto da casa até a escola em uma folha de papel já são exercícios importantes para construir a noção de escala, mesmo que a proporcionalidade do que é representado não seja totalmente respeitada.

Contudo, a construção da noção de escala ou a representação dos fenômenos nos mapas podem começar, por exemplo, com a elaboração de uma maquete da sala de aula ou da escola. Le Sann (2011) destaca a dimensão didática da maquete, que pode ser perdida quando se constitui numa atividade-fim ou quando o professor ou terceiros elaboram a atividade no lugar

do aluno. A autora destaca inúmeras possibilidades do trabalho com a maquete, mas dedica atenção especial à escala:

O domínio de diversas noções matemáticas é fundamental para representar fenômenos espaciais por meio da cartografia. A escala é uma aplicação matemática direta da regra de três. Todavia, deve-se lembrar que na escola é, basicamente, uma percepção de diferença de tamanhos. O entendimento da relação quantificada de proporção, entre o espaço real e sua representação numa folha de papel, é posterior a essa percepção e requer maior amadurecimento das noções matemáticas ao número e às quatro operações.

Para as crianças, trata-se de um desafio complexo e instigante, na medida em que se faz necessário reduzir os elementos reais e concretos em representações proporcionalmente coerentes e possíveis de serem colocados, por exemplo, numa folha de cartolina. A maquete, no processo de alfabetização cartográfica, deve ser compreendida como atividade-meio, pois a partir dela os alunos poderão fazer um mapa utilizando a visão vertical, que demandará a construção de uma legenda, como veremos abaixo.

A construção da legenda dos mapas, por sua vez, é o elemento que garante a leitura do fenômeno que está representado no mapa. Demanda, portanto, de uma abstração necessária para a realização da leitura e compreensão da linguagem cartográfica, uma vez que se trata diretamente da relação entre construção simbólica da representação e elemento representado. Martinelli (2005, p. 55) apresenta a importância da legenda da seguinte forma:

A representação do espaço envolve, [...], o desenvolvimento da capacidade de representar o conhecimento já construído em nível prático. É neste momento que entra em cena a função simbólica que, desde criança, em tenra idade, permite o uso de signos. Dá-se, assim, o início da construção da relação entre o significante (o que a criança desenha) e o significado do signo (o que a criança pensa). É a criação da legenda. Depois, aos poucos, passa a elaborar um sistema gráfico que lhe servirá para esboçar uma representação.

Assim, num mapa, a cor verde, por exemplo, pode significar vegetação, mas em outro pode significar partes mais baixas do relevo, e esta diferenciação deve ser corretamente compreendida pelo interlocutor. De acordo com Martinelli (2005), nos anos iniciais, a construção de um mapa da maquete da sala de aula ou do bairro pode ser uma atividade muito interessante para que haja uma demanda para se construir uma legenda, uma vez que os próprios alunos sentirão a necessidade de tornar legíveis os objetos representados.

Podemos tornar mais clara, desde muito cedo, a importância da legenda para a compreensão dos mapas e ainda contribuir para a construção de uma abstração necessária ao desenvolvimento intelectual das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização cartográfica, se associada aos espaços do aluno, pode contribuir significativamente para a compreensão e estudo do espaço vivido. Diversos conteúdos da geografia dependem do conhecimento das noções apresentadas neste texto e são peça chave para estabelecer uma relação do estudante com os lugares.

As orientações curriculares apontam para a relevância de abordar a cartografia, desde a alfabetização cartográfica até a construção e leitura autônoma dos mapas. Este entendimento aparece nos anos iniciais através das noções e conceitos básicos e, uma vez trabalhados em sala de aula, fornecerão subsídios para a continuidade dos estudos em outras etapas da vida escolar.

Vale dizer que estas foram algumas ideias levantadas para compreender os conceitos centrais para o desenvolvimento da alfabetização cartográfica, da construção da percepção de si mesmo no espaço e do uso prático da cartografia como ferramenta de comunicação e para localização e deslocamento no espaço. Cada conceito apresentado possui sua relevância neste processo e depende de atividades que possam garantir uma aprendizagem mais significativa e cativante

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- CASTELLAR, S. M. V. Alfabetização em Geografia. **Revista Espaço da Escola**. Ijuí: Editora Unijuí, ano X, número 37, pp. 29-46, 2000.
- DAPPER, V. R. M. **Os saberes e as práticas dos professores do ensino fundamental – anos iniciais sobre a alfabetização cartográfica para a implementação da BNCC no território brasileiro**. 2021. 174f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.
- FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima. **Orientação geográfica: uma proposta metodológica para o ensino da geografia na 5ª série**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- LE SANN, J. A geografia no ensino fundamental I: o papel da cartografia e das novas linguagens. In: CAVALCANTI, L. S.; BUENO, M. A.; SOUZA, V. C. (orgs). **Produção do conhecimento e pesquisa no ensino de geografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.
- MARTINELLI, M. O ensino da cartografia temática. In: CASTELLAR (org). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, pp. 51-65, 2005.
- RICHTER, D. A linguagem cartográfica no ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. 7(13), 2017, p. 277–300.
<https://doi.org/10.46789/edugeo.v7i13.511>.

RISETTE, M. C. U. Os indicadores da alfabetização cartográfica. Pensando convergências entre a cartografia escolar e o pensamento espacial. **Anekumene**, 16, p. 17–25. <https://doi.org/10.17227/Anekumene.2018.num16.12458>

SILVA, L. G. Jogos e situações-problema na construção das noções de lateralidade, referências e localização espacial. In: CASTELLAR, S. (org). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, pp. 137-156, 2005.

SIMIELLI, M. E. R. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. In: ALMEIDA, R. D. (org.). **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2014.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

SIMIELLI, M. E. R. **Cartografia e ensino, proposta e contraponto de uma obra didática**. 1997. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DO ESTUDO DO MEIO EM TEFÉ (AMAZONAS): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO MÉDIO

Erika de Souza Castro

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Hikaro Kayo de Brito Nunes

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Wagner da Silva Dias

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

Liberdade não é poder escolher entre preto e branco, mas sim abominar este tipo de propostas de escolha (Theodor Adorno).

O ensino de Geografia faz com que os educandos tenham uma visão mais ampla com relação à compreensão das relações da sociedade com a natureza e seus conceitos. O referido ensino se faz importante na formação social e crítica dos estudantes, pois é por meio dele que eles desenvolvem seu senso crítico e reflexivo, assim como conhecer seus direitos e deveres perante a sociedade. O estudo do meio (Andrade; Marcellino, 2013; Lopes, 2016) é uma prática pela qual estas premissas podem ser atingidas.

Este texto se justifica pela análise da viabilidade do estudo do meio em Tefé (Amazonas) no âmbito do ensino de Geografia. Procuramos investigar a prática docente e seu planejamento diante desta estratégia de ensino que em muito contribui para a abordagem dos conteúdos de Geografia no ensino básico. Importante salientar que muitas vezes o estudo do meio não é adotado pelo docente pois há dúvidas em relação a esta estratégia, como já problematizado por Geraldino (2010), Fernandes (2011), Nascimento (2017) e Aragão (2020).

Com isso, se faz constante a busca de como estimular os estudantes ou a busca de novas estratégias para abordar os conteúdos, fazendo com que os estudantes possam desenvolver novas práticas de ensino e aprendizagem. Diante disto, é possível compreender como a cidade está totalmente entrelaçada ao conhecimento e as práticas sociais e cotidianas, tendo em vista que cada cidade possui suas culturas, políticas, economias e diferentes tipos de relações sociais. Por isso é necessário que os professores compreendam que é por meio dos

espaços vivenciados e experimentados pelos alunos no dia a dia, que eles podem ter uma aprendizagem significativa, assim como conheçam lugares e façam com que eles construam seus conhecimentos (Carvalho Sobrinho, 2018; Nunes; Sousa; Viana, 2018; Dias, 2023).

Diante disso, alguns questionamentos fizeram parte da construção inicial da proposta deste estudo, salientando as possibilidades e dificuldades desta estratégia de ensino. As questões que nortearam nossa problemática foram: a) Por qual motivo essa atividade muitas vezes não faz parte do planejamento docente? b) Como essa metodologia se faz tão importante no desenvolvimento do aluno? c) O estudo do meio desenvolve senso crítico e reflexivo dos estudantes? d) Qual a percepção docente em relação ao estudo do meio no âmbito do ensino de Geografia?

Leva-se em consideração neste estudo que o objetivo geral foi analisar a representação de professoras de Geografia do ensino médio de escolas públicas da cidade de Tefé em relação às potencialidades, limitações e uso do estudo do meio como estratégia didática. E como objetivos específicos, listam-se: a) Verificar a experiência das professoras em relação ao uso do estudo do meio na cidade de Tefé (Amazonas), identificando espaços já utilizados e trabalhados *in loco*; b) discutir a relação do estudo do meio com o conteúdo abordado no ensino médio, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); c) sugerir, a partir do conteúdo da BNCC, locais de interesse em Tefé para a realização do estudo do meio, considerando objetivos e possibilidades analíticas.

METODOLOGIA

O método utilizado na pesquisa foi o Dedutivo, que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 91), “tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas” e que “as premissas sustentam de modo completo a conclusão”. Como afirmamos, nossa premissa diz que o estudo do meio é importante para a formação social e crítica dos estudantes e para a compreensão das relações da sociedade com a natureza.

Realizamos um levantamento bibliográfico e selecionamos autores que pudessem dialogar com os temas elencados e com a proposta que foi desenvolvida. Neste levantamento, buscamos os fundamentos do estudo do meio, bem como do tratamento das respostas dadas pelas professoras em relação aos locais com potencial para realização do estudo de meio no município de Tefé.

O questionário foi o principal instrumento para a obtenção de dados. Melo e Bianchi (2015, p. 43) afirmam que se deve dar atenção especial para a elaboração das perguntas, pois é

uma etapa importante para a obtenção “[...] de um questionário que cumpra seu papel na coleta de dados de maneira a revelar, da melhor forma possível, a realidade dos fatos ocorridos dentro do alvo do estudo proposto”.

O questionário foi elaborado com vinte perguntas, sendo cinco objetivas e as demais subjetivas. Para o questionário ser aplicado, foi necessário fazer a apresentação às professoras sobre todas as perguntas e o objetivo da pesquisa, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Carta de Apresentação. Ao todo foram aplicados cinco questionários em cinco escolas estaduais diferentes, tendo como público-alvo professoras de Geografia do ensino médio, identificadas como Professora “A”, Professora “B”, Professora “C”, Professora “D” e Professora “E”. Para chegarmos aos objetivos propostos, os dados obtidos foram organizados em tabelas, mapas (elaborados com o uso do programa QGis versão 3.10/A Coruña e do Google Earth) e nuvens de palavras (*wordclouds*), esta última por meio do site <https://www.wordclouds.com/>.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lopes e Pontuschka (2009, p. 1) destacam que

O estudo do meio pode ser compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professoras o contato direto com uma determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar.

Baseando-se nos autores anteriores, Silva (2018, p. 374) ainda destaca que

[...] essa atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos.

O estudo do meio como estratégia de ensino para a Geografia refere-se à construção de uma aprendizagem significativa, trazendo aos estudantes o contato direto com a realidade estudada, seja ela natural ou social e suas múltiplas dimensões (La Fuente, 2021). A referida estratégia de ensino acompanha a aprendizagem significativa, que busca analisar determinado conteúdo de forma prática, trazendo a realidade para próximo do contato com o público.

No que diz respeito à representação docente sobre o estudo do meio em Tefé, durante a pesquisa foram cinco escolas visitadas e cinco professoras entrevistadas. Cada participante

possui idades diferentes (duas entre 34 e 41 anos, uma com idade entre 42 e 49 anos e duas acima de 49 anos), todas graduadas com licenciatura em Geografia, em diferentes universidades, e com formação continuada, seja com Especialização seja com Mestrado em Geografia ou em Ensino de Geografia.

Em relação à individualidade de cada professora, importante salientar que apenas uma nasceu em Tefé; as professoras “A”, “B”, “C” e “D” se reconheceram como pardas, enquanto a professora “E” é indígena; a professora “A” iniciou a docência em 1993 e desde 2007 está na escola atual; a professora “B” iniciou a docência em 2012, mesmo ano que começou atuar nesta escola; a professora “C” iniciou a docência em 2000 e vinte anos depois começou sua atuação na escola atual; a professora “D” iniciou a docência em 2004 e, desde 2023, trabalha na escola atual; enquanto a professora “E” iniciou a docência em 2010 e desde 2021 atua na escola atual.

Ao analisar as respostas, observa-se que são docentes experientes, com vários anos de atuação em sala de aula. Todas as professoras responderam com facilidade cada pergunta pessoal, e, com isso, pôde-se conhecer mais sobre cada uma. Como a abordagem de que a Geografia vem se desenvolvendo cada vez mais na educação, tendo mais docentes capacitados para atuar dentro de sala, levando conhecimentos aos alunos e elevando mais seus níveis de experiência, sobretudo quando questionadas se tiveram estudo do meio na sua formação e principalmente quais são as suas percepções e representações sobre sua importância.

Foi registrado que as professoras tiveram respostas similares, sendo possível analisar que as mesmas enxergam o estudo do meio como uma metodologia de suma importância, podendo assim relacionar com a teoria e a prática. Foram mencionadas duas vezes o estudo do meio como estratégia de ensino, e, ainda nas respostas, observou-se que a estratégia permite um bom desenvolvimento dos estudantes, levando a analisar que as respostas potencializam a utilização desta estratégia didática.

Outras duas menções estão associadas à capacidade do estudo do meio de favorecer a relação com meio de vivência (entorno), pois faz com que o estudante entenda sua dimensão e diferentes aspectos da realidade. Estas menções vinculam-se com as possibilidades de estudo do meio em Tefé vivenciadas pelas professoras.

Ainda foi identificado que durante a formação professoral todas tiveram experiência de trabalho de campo (a exemplo do Lago do Catuá, rio Tefé, Barreira da Missão, Colônia Ventura e Estrada da EMADÉ), trazendo, assim, a importância na formação acadêmica. Todas reconhecem lugares na cidade com potencialidade para realizar o estudo do meio, levando em consideração a importância que este pode fazer parte de realização de atividades.

que todas responderam que o estudo do meio oportuniza essa contribuição para o ensino, ajudando que os alunos se desenvolvam positivamente, conheçam e saibam seus direitos e deveres como cidadãos. Algumas professoras responderam com “conscientização”, pois, para elas, através do estudo do meio, os alunos passam a se conscientizar com relação a limpeza das ruas, descarte irregular do lixo, degradação do solo e muitos outros.

Frisa-se que ao se tratar de representação docente (Alves-Mazzotti, 2007; Mendes, 2022), é necessário destacar que o papel do professor é essencial na vida de um estudante, pois é através dele que vários ensinamentos são passados, os quais vão servir para o resto de sua vida. Suas práticas docentes são essenciais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois um bom professor sempre é reconhecido por conta de sua metodologia, e isso nos faz pensar que uma boa metodologia é essencial para que este torne as aulas mais atrativas.

Ainda é possível observar respostas como “percepção”, pois a partir do estudo do meio os alunos passam a conhecer muitos lugares na cidade que estão passando por situações adversas. As professoras também responderam com “participativo”, tendo em vista que os alunos ficariam mais participativos durante as aulas e, com isso, expondo suas ideias com segurança; e, “conhecimento da realidade”, de modo que possibilita o conhecimento dos diversos espaços de vivência.

Estudo do Meio e locais de interesse em Tefé: uma síntese cartográfica e propositiva

Há muitos lugares com potencialidades de visita em que os docentes podem levantar para a realização de um estudo do meio em Tefé. A orla da cidade é um dos lugares citados pois é um lugar onde podem ser abordados diversos conteúdos de Geografia a serem discutidos no local, tais como lixo, urbanização e saneamento básico. Também há o Lago Tefé, que pode ser encarado como local para o entendimento e discussão de questões sobre hidrografia e poluição das águas, tendo em vista que é um dos problemas mais frequentes na cidade. De posse dessas considerações, os alunos desenvolvem pensamentos sobre conscientização, tendo assim uma noção de como a cidade enfrenta muitos problemas com relação às águas.

Vê-se que a cidade traz grande potencialidade no ensino de Geografia, com isso, a partir de leituras e compreensão geográfica crítica da cidade, entende-se várias dimensões que a cidade oferece ao processo de ensino e aprendizagem. É por meio dessas visões que os estudantes passam a conhecer mais seus lugares de vivência. No ensino de Geografia a cidade é vista por trazer diversos conhecimentos geográficos relacionando prática social e espacial no cotidiano da vida urbana, bem como relações e lugares. Para Castellar (2009, p. 105),

Estudar a cidade enquanto lugar de vivência exige conhecermos as histórias dos lugares, as condições em que se inserem, tanto do ponto de vista do quadro natural, quanto das condições sociais e políticas e das diferenciações culturais. Cada cidade apresenta marcas que lhe são características, mas cada cidade também responde a questões globais, externas a essa região, e que precisam ser consideradas tanto na perspectiva do global quanto na do local.

No período de estiagem, levando em consideração as condições hidrográficas, a praia da cidade se torna um lugar imenso, e, para as professoras, a praia é um local que pode ser visto com grande importância para o ensino de Geografia, pois podem ser analisados conteúdos sobre poluição das águas e acúmulo de lixo nas áreas de secas, entre outros temas.

Também foi citada a Comunidade das Missões, sendo um lugar onde o nível de interesse das professoras é bastante elevado, tendo em vista que o local faz parte do contexto histórico da formação da cidade. Para se dirigir até o local é necessário transporte fluvial. Outro local com potencialidade para realizar estudos do meio é o Seminário em Tefé, que fica localizado no centro da cidade. É uma construção histórica, sendo uma referência do ponto de vista histórico-patrimonial. Neste local é possível estudar a paisagem, o espaço urbano e aspectos da história da cidade.

Outro ponto é a Feira Municipal Eduardo Nunes de Sá, tendo uma estrutura moderna com vista panorâmica para o Lago Tefé. É um dos lugares de interesse pois é possível levar os alunos e analisar diversos aspectos relacionados à Geografia, como aspectos econômicos, comércio e fluxos de pessoas e mercadorias no local. O lixão da cidade também foi lembrado, localizado próximo da Estrada da Agrovila, com possibilidades de estudos sobre descarte do lixo e saneamento básico. Um dos principais pontos abordados pelas professoras foram as dificuldades encontradas ao se dirigir com os alunos nesse local, sendo eles o meio de transporte e a burocracia envolvida para a liberação dos alunos.

Frente a isto, considerando a visão das professoras, apresentamos no Quadro 1 as inúmeras possibilidades de lugares para realização do estudo do meio em Tefé, o que estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no tocante às competências e as possibilidades analíticas no âmbito da educação geográfica, sugere-se um conjunto de lugares passíveis de interpretação.

Quadro 1 – Locais e conteúdos passíveis de serem abordados

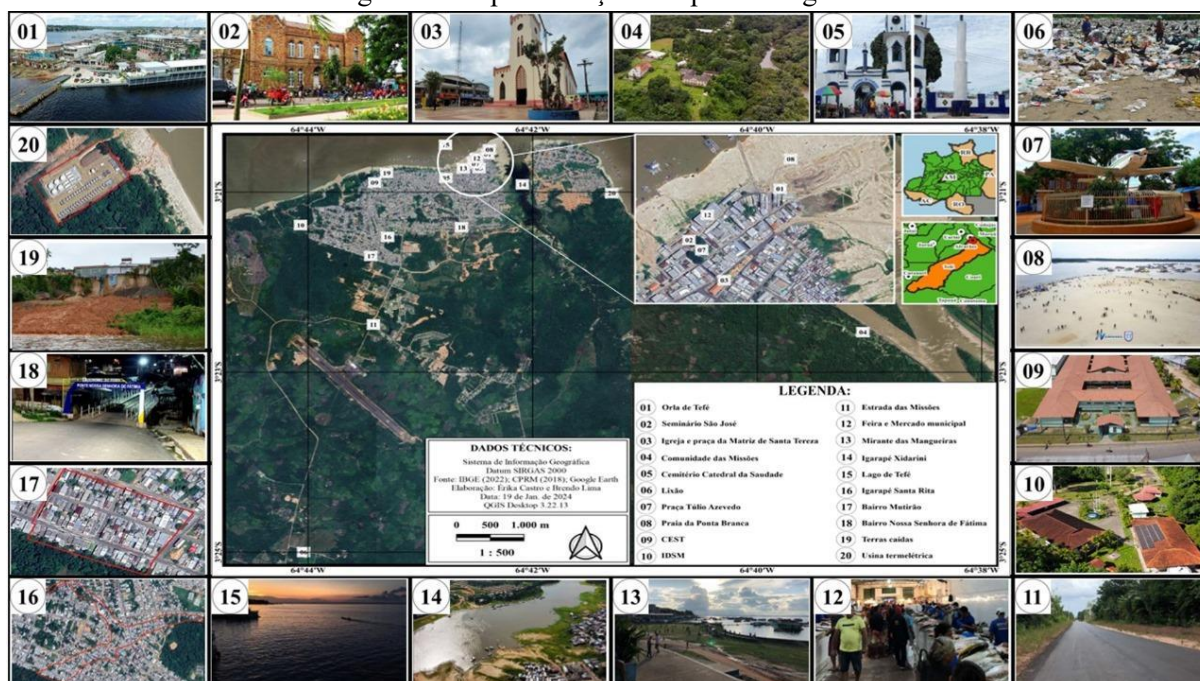
N.º	Locais	Conteúdos passíveis de serem abordados	Competências (BNCC)
1.	Orla de Tefé	Impactos socioambientais, espaço urbano, comércio e serviços	1 e 3
2.	Seminário São José	Espaço urbano, história da cidade e religião	1
3.	Igreja e praça da Matriz de Santa Tereza	Espaço urbano, história da cidade e religião, comércio e serviços	1, 2 e 4
4.	Comunidade das Missões	Hidrografia, cartografia, história da cidade, vegetação e religião	1 e 2
5.	Cemitério Catedral da Saudade	História e Cultura	1 e 3
6.	Lixão	Degradação do solo e impactos	1 e 3
7.	Praça Túlio Azevedo	Saneamento básico, espaço urbano, comércio e serviços	1, 2, 3 e 4
8.	Praia da Ponta Branca	Impactos socioambientais	1
9.	CEST	Formação profissional	1 e 6
10.	IDSM	Formação profissional e meio ambiente	1, 3 e 6
11.	Estrada das Missões	Urbanização, meio ambiente, agricultura e segregação socioespacial	1, 2 e 3
12.	Feira e Mercado municipal	Espaço urbano, comércio, serviços, impactos socioambientais	1, 2, 3 e 4
13.	Mirante das Mangueiras	Urbanização, impactos socioambientais e vegetação	1, 2 e 3
14.	Igarapé Xidarini	Impactos ambientais e urbanização	1
15.	Lago de Tefé	Impactos ambientais e urbanização	1 e 3
16.	Igarapé Santa Rita	Impactos ambientais, urbanização e segregação socioespacial	1 e 3
17.	Bairro Mutirão	Segregação socioespacial	1 e 2
18.	Bairro Nossa Senhora de Fátima	Segregação socioespacial	1 e 2
19.	Terras caídas	Impactos ambientais, meio ambiente e hidrografia	1 e 3
20.	Usina termelétrica	Indústria, serviços e energia	1 e 3
LEGENDA			
COMPETÊNCIAS (BNCC)		DESCRIÇÃO	
Competência 1		Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.	
Competência 2		Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.	
Competência 3		Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e	

	socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Competência 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
Competência 5	conhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Competência 6	Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: BRASIL (2018). Organizado pelos autores (2024).

Dos 20 locais de interesse (Figura 2) apontados no quadro anterior, chama atenção as potencialidades da Praça Túlio Azevedo e da Feira e Mercado Municipal, por apresentarem, na nossa interpretação, relação com quatro competências da BNCC, vinculados em grande parte aos seguintes conteúdos: saneamento básico, espaço urbano, comércio, serviços, impactos socioambientais. Outros, como o Seminário São José, a Praia da Ponta Branca e o Igarapé Xidarini, se relacionam diretamente com a competência 1, dialogando com as possibilidades de compreensão da inter-relação de múltiplos fatores.

Figura 2 – Espacialização dos pontos sugeridos



Fonte das Figuras: 1 – 15, 18 e 19 – Página Minha Tefé (facebook); 16, 17 e 20 – Google Earth.

Elaboração: organizado pelos autores (2024).

A prática do estudo do meio em alguns lugares na cidade se faz constante, mas são encontrados níveis maiores de dificuldades, como por exemplo, fazer estudos nos rios, estradas e lagos. As dificuldades se destacam pelo difícil acesso com embarcações e transporte coletivo, além da burocracia. Assim como nos bairros, alguns com altos e médios níveis de dificuldades, a julgar pelo fato de que muitas escolas não disponibilizam transporte coletivo, por isso se torna difícil o acesso a esses locais. Os níveis menores de dificuldades são encontrados nos locais como, a orla da cidade, monumentos históricos e a feira municipal que, apesar de terem o acesso mais fácil, deixam de ser visitados pela falta de recursos da escola por não disponibilizar transporte, assim como a falta de segurança da ida a esses locais, pois exige todo um cuidado com os alunos.

Pode-se observar que quando se utiliza a cidade como campo de estudo, por exemplo, há a necessidade de uma reflexão de que ela é vista como um objeto de reflexões, tendo em vista que muitas vezes para ter noção de espaço de um determinado lugar é preciso fazer uma análise detalhada daquele local e, assim, compreender as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. É a partir disto que a Geografia possibilita esta noção da complexidade do espaço geográfico e seus múltiplos raciocínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo, vemos que o estudo do meio no âmbito do ensino de Geografia sempre foi e continuará sendo um dos mais importantes no processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que tenhamos conhecimentos mais abrangentes da realidade, de modo que o aluno tenha mais noção sobre a totalidade do espaço e a dimensão sobre tudo que os cerca.

É necessário observar que o estudo do meio é uma estratégia utilizada nas aulas pelas professoras participantes desta pesquisa, possibilitando o trabalho com temas diversos e pode contribuir significativamente para o conhecimento dos alunos. Em relação às respostas das professoras, notou-se que em grande maioria destacam a importância do estudo do meio como metodologia que oportuniza o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e mais do que isso, estimulam leituras afins e noções de coletividade e participação, a exemplo da realização de debates como forma de deixar os estudantes serem cada vez mais ativos na sua educação e criticidade.

Através dele os alunos podem estudar, conhecer e analisar diversos lugares, tanto no entorno da instituição de ensino, como também em outros lugares da cidade, como os bairros, ruas, lagos, monumentos históricos, entre outros, e lugares da zona rural, favorecendo o

aumento de interesse dos estudantes pelos conteúdos da Geografia e por descobrir o próprio município.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 57, p. 579-594. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000400008>
- ANDRADE, André Benatti de; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O estudo do meio como metodologia de ensino: considerações sobre a possibilidade da aprendizagem por meio do lazer e do lúdico. **Licere**, v. 16, n. 4, p. 1-33, 2013.
- ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos Problemática socioambiental urbana e possibilidades de abordagem em sala de aula. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, v. 10, n. 20, p. 373–398. 2020. DOI: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i20.924>
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília, DF. MEC; CONSED; UNDIME, 2018.
- CARVALHO SOBRINHO, Hugo de. A cidade e o ensino de geografia: significação a partir das práticas espaciais cotidianas. **Itinerarius reflectionis**, v 14, n, 2, p.1-12, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v14i2.53675>
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Lugar de vivência: a cidade e a aprendizagem. In: GARRIDO, Marcelo. (Org.). **Reflexiones sobre el espacio em el mundo educativo**. Santiago: EdicionesUniversidad Academia de Humanismo Cristiano, p. 37-56.2009
- DIAS, Wagner da Silva. Ensino de Geografia na Praia da Ponta Branca, Tefé-AM: subsídios para a construção de um estudo de campo. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, p. 24779-24792, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv9n8-103>
- FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Estudo do meio e o ensino de geografia. **Revista Geográfica de América Central**, n. esp. EGAL, p. 1-19, 2011.
- GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. **O conceito de meio na Geografia**. 2010, 134f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LA FUENTE, Adriano Rodrigues de. Estudo do meio: uma proposta metodológica no ensino de Geografia. **Espaço em Revista**, v. 23, n. 1, p. 32-54, 2021.
- LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nicib. Estudo do meio: teoria e prática. Londrina, v. 18, 2009.
- LOPES, Maria Rita de Castro. Estudo do meio: um método ativo e interdisciplinar de aprendizagem. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5., Campinas, 2016. **Anais...** Campinas: AGB/Campinas, 2016.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MELO, Waisenhowerk Vieira de; BIANCHI, Cristina dos Santos. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 43-59, 2015.

MENDES, Mayara Corrêa da Silva. **Ser professor e atratividade pela carreira docente: representações sociais de estudantes concluintes do ensino médio.** 2022. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

NASCIMENTO, Luana Isis do. **O estudo do meio como metodologia para a construção do conceito do espaço geográfico no ensino médio.** 2017. 168f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

NUNES, Hikaro Kayo de Brito; SOUSA, Sara Raquel Cardoso Teixeira de; VIANA, Albert Isaac Gomes. Atividades de campo e formação de professores de geografia em uma universidade do Piauí. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 9, p. 1, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.26895/geosaberes.v9i19.660>

SILVA, Diogo Jordão. O estudo do meio como uma possibilidade metodológica no ensino de geografia: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 16, p. 372-390, 2018. DOI: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v8i16.516>

CAPÍTULO 4

GEOMORFOLOGIA FLUVIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DISCURSO ÉTNICO-RACIAL: HÁ ESPAÇO PARA APONTAMENTOS PROVOCATIVOS E TRANSVERSAIS?

Lucas da Silva Pessoa

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Janderson Martins Suterio

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Michel Hudson Gomes Moraes

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Hikaro Kayo de Brito Nunes

Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

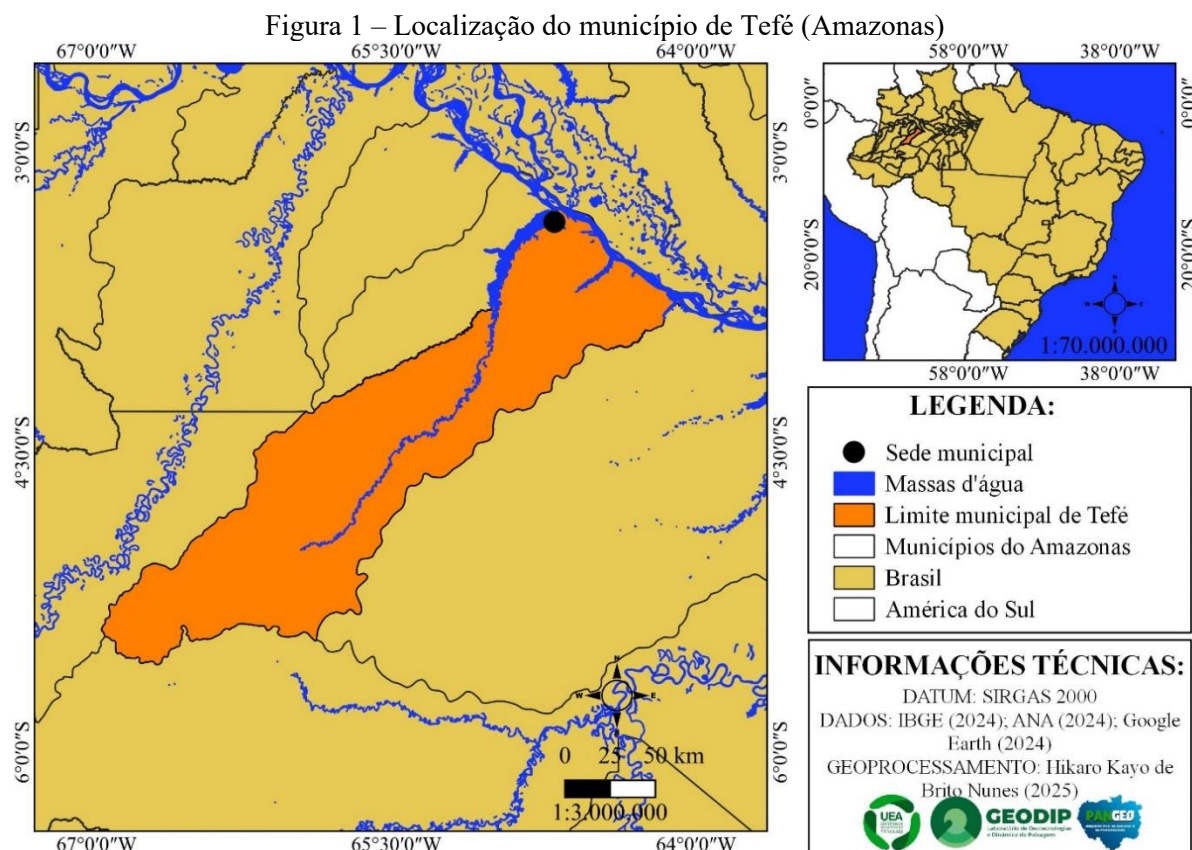
Ciente da complexidade do tema em que este estudo se debruça, sobretudo em virtude das correlações particulares, o mesmo surge, a partir de uma necessária provocação de um acompanhamento e delineamento teórico-analítico no bojo de três grandes temas (Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e Questão Étnico-Racial), que, juntos, possibilitam uma transversalidade necessária.

Diante disso, cenários analíticos transversais (Augé, 1975; Lanza et al., 2017; Morawska, 2021) emergem de uma necessidade cada vez mais crescente em torno de temas que, para muitos, possuem pouca relação, mesmo que seja uma abordagem potente em torno da integração de diferentes áreas, perspectivas ou temas com vistas a uma visão mais ampla.

A transdisciplinaridade apresenta diversas tendências. Uma primeira corrente faz dela um meio de integração sistemática dos conhecimentos tendo em vista a unidade da ciência. Outra corrente enfatiza a superação dos limites disciplinares pela reorganização das estruturas do conhecimento de um duplo ponto de vista. De um lado, recorrendo a sistemas gerais como o estruturalismo, a fenomenologia, o marxismo, a sociobiologia, a ciência política. De outro lado, recorrendo a referências “holistas” para reorganizar a estrutura dos conhecimentos, possibilitando integrar os campos materiais que as disciplinas estudam separadamente, como é o caso, por exemplo, da “biofísica”, que reúne a química física e a biologia molecular. Fala-se hoje de “ciência transdisciplinar” como uma forma colaborativa de “pesquisa transcendente”, que cria novos referenciais teóricos e metodológicos para definir e analisar os fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais,

institucionais em diversos campos sociais, por exemplo, no da saúde e do bem-estar (Jodelet, 2016, p. 1262).

É a partir dessa visão sobre transversalidade que este estudo se baseia. Associar Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e Questão Étnico-Racial a partir de uma visão geográfica é arriscado uma vez que sairá de uma visão “micro” para uma “macro”, além disso, posicionar a aplicabilidade dessa discussão transversal para o município de Tefé, localizado no estado do Amazonas (figura 1). A intencionalidade e complexidade deste estudo busca ainda contribuir com um aporte conceitual, teórico e analítico e juntar-se a outras contribuições, a exemplo de Rossato e Suertegaray (2014); Souza, Sanches e Castanheda (2015); Garnelo, Sampaio e Pontes (2019); Penalva e Penalva (2021) e Silva, Silva e Santos (2024).



Fonte: organizado pelos autores (2025).

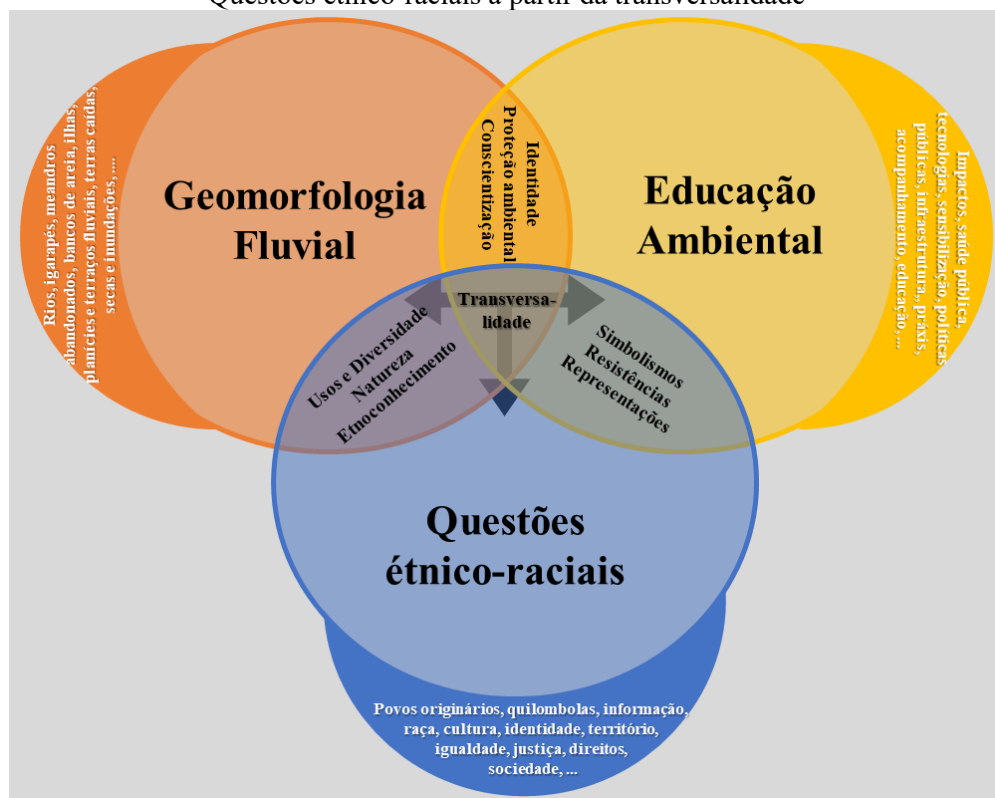
Tal construção busca um desempenho e possibilitar novos conhecimentos, sem, necessariamente, traçar uma linha cronológica dos eventos de gênese do conhecimento geográfico, mas sim examinar uma forma de compreender e explicar a realidade de uma “totalidade” (Fonseca; Caracristi, 2009; Oliveira Junior; Campos, 2015; Suertegaray, 2017; Rossi, 2020; Nunes; Amorim, 2021) de fenômenos sociais e naturais para o município supracitado. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo realizar, de maneira transversal,

uma discussão sobre Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e Questões étnico-raciais tendo como locus analítico o município de Tefé (Amazonas).

GEOMORFOLOGIA FLUVIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS

No bojo das discussões teóricas inerentes à Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e as Questões Étnico-Raciais, a sustentação epistemológica e filosófica é fundamental, particularmente ao se considerar uma série de apontamentos que reforçam a possibilidade de uma discussão transversal (figura 2).

Figura 2 – Esquema de esboço simplificado entre Geomorfologia Fluvial, Educação Ambiental e as Questões étnico-raciais a partir da transversalidade



Organização: os autores (2025).

Neste contexto, inicialmente, recorre-se a uma compreensão sobre a Geomorfologia Fluvial, apresentada como área do conhecimento que se dedica ao estudo da dinâmicas espaço-temporais em que os sistemas fluviais estão diretos ou indiretamente relacionados, compreendendo, desde a gênese até a transformação de paisagens fluviais (Christofoletti, 1981; Thorndycraft; Benito; Gregory, 2008; Stevaux e Latrubesse, 2017). Deste modo, a

Geomorfologia Fluvial cumpre uma importante função na análise dos cursos d'água em uma abordagem que vai além da Geografia, passando por áreas como Biologia, Geologia e Engenharias, que auxiliam consideravelmente no estudo do trabalho comandado pelos rios.

Os processos analisados dão-se de maneira distinta no relevo, em grande parte vinculado aos padrões de escoamento e o regime hidrológico que, somados aos aspectos geológicos, padrões de formas de relevo, biota, ocupação da terra, e outros, auxiliam na formação e transformação de feições como rios, igarapés, meandros, planícies e terraços fluviais, bancos de areia, episódios de inundação e seca e tantos outros que delineiam inclusive os aspectos de Geodiversidade (Silva, 2008; Amorim; Corrêa; Silva, 2016; Silva; Rabelo; Nunes, 2024).

As referidas feições fluviais são amplamente utilizadas de maneira distinta. No Amazonas, por exemplo, o comportamento meandrante de alguns rios dificulta a navegação fluvial, além de, com a existência de meandros abandonados, há a possibilidade de comunidades ribeirinhas, inclusive de povos originários, não terem um acesso “direto” aos rios, impactando consideravelmente nos seus modos de vida. Acrescenta-se ainda o processo das terras caídas, que, igualmente, traz transformações à paisagem e ao cotidiano de ribeirinhos, inclusive com riscos de perdas humanas e materiais.

Nos aspectos relacionados à questão étnico-racial, a discussão está diretamente relacionada a uma série de questionamentos que precisam se fixarem de maneira permanente. Como se configura a formação étnico-racial brasileira? Quais caminhos, desafios e limitações vinculadas à compreensão da realidade? De que forma os povos originários estão sendo representados culturalmente, politicamente e institucionalmente? A quem é importante inviabilizar e invisibilizar o acesso aos direitos aos povos originários e à população preta?

É uma luta antiga e constante na sociedade capitalista, que, dentre inúmeras características, se destacam a desigualdade social e a exploração do trabalho, em grande parte com a mesma cor e sexo. Ratts (2020, p. 14) destaca que a “[...] a resiliência dessas coletividades advém, em grande parte, da experiência de enfrentamentos dos processos de modernização, notoriamente violentos, portanto, eivados de colonialismo”. Santos (2018), Xakriabá (2020) e Pessoa, Alencar e Nunes (2025) coadunam e problematizam o exposto.

Conforme o Censo Demográfico Brasileiro de 2022 (IBGE, 2024), há, no Brasil, 1.694.836 indígenas autodeclarados, distribuídos em 305 etnias, equivalente a 0,83% da população total, com destaque para os estados de Roraima (14,12% da população) e Amazonas (7,74% da população). Ainda no mesmo Censo, 20,6 milhões de pessoas (10,2% da população) se consideram pretas, com destaque para a Bahia (22,38%) e o Rio de Janeiro (16,16%).

Poluição atmosférica, controle ambiental, qualidade do ar, desigualdade social e injustiça ambiental ajudam no entendimento de uma visão de totalidade (entender a complexidade nas diversas particularidades de uma realidade) tendo como elo a própria concepção de educação ambiental, como já verificado na figura 2.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Metodologicamente, este estudo está baseado em levantamentos teórico-conceituais, análise de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth para interpretação de feições associadas à geomorfologia fluvial, além de análise de três coleções de livros didáticos de Geografia. Para a análise de imagens de satélite, recorreu-se a recursos como computadores, imagens de satélite, dados primários e secundários, e programas, tais como o Google Earth Pro e o QGis para manipulação dos dados. A identificação, classificação e caracterização das feições foram baseadas em Magalhães Junior; Barros; Cota (2020) e Barros e Magalhães Junior (2020).

Já em relação à análise de livros didáticos de Geografia, foi elaborada uma planilha específica que contemplasse os seguintes pontos: Leitura e análise dos LD's identificados, considerando categorias como: Concepção de Geografia abordada; Relações étnico-raciais (ensino e interfaces no tangente à diversidade étnico-racial, políticas públicas, colonialidade); Racismo (temas trabalhados sobre que tenham por objetivo a sua denúncia ou superação); Escravidão (estudos, avanços ou controvérsias sobre a Escravidão), Negro (histórias, denúncias, revisões, avanços, visibilidade e invisibilidade do negro, africanos e afrodescendentes); e Indígenas (representação, história, cultura, narrativas, visibilidade invisibilidade). Leitura interpretativa, considerando: a) Correção Científica e Presença ou Ausência de Explicação dos Termos Desconhecidos; b) Adequação dos Conteúdos à Faixa Etária dos Estudantes; c) Adequação dos Conteúdos à Realidade Social, Geográfica e Econômica; d) Aprofundamento dos Conteúdos nos Livros, considerando os assuntos das séries anteriores; e) Qualidade das Ilustrações nos Livros Didáticos; e) Práticas sugeridas e atividades propostas.

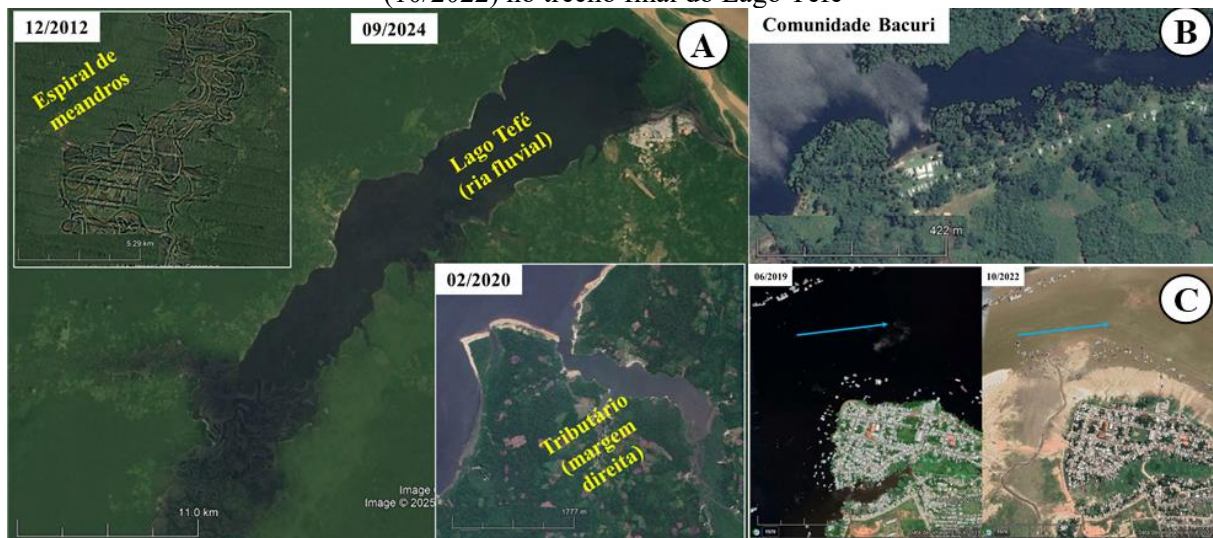
Os livros de Geografia adotados para análise prévia foram “Araribá Mais” (Dellore, 2018) e “Vontade de Saber” (Torrezani, 2018). A opção foi por trabalhar com obras do 7º ano do ensino fundamental, tendo em vista sua relação com os conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A análise foi baseada em Azambuja (2015); Tonini et al (2017); Kambeba (2018) e Pessoa, Alencar e Nunes (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Geodiversidade e a Geomorfologia Fluvial são elementos cruciais para a compreensão do meio físico e natural da região influenciada hidrograficamente pelo Rio Tefé. Essas características são fundamentais não apenas para entender a dinâmica do rio, mas também para o auxílio da promoção de uma Educação Ambiental integrada, sensibilizando os múltiplos atores envolvidos.

O Rio Tefé, com seu complexo sistema fluvial que inclui meandros, igarapés, meandros abandonados, extensas planícies e terraços fluviais, ria fluvial, inúmeros tributários, canais secundários e espirais de meandros, oferece um cenário dinâmico e rico em termos de Geodiversidade (figura 3A). A várzea, as terras caídas, as ilhas e as praias formam elementos essenciais da paisagem que podem ser explorados no âmbito da Educação Ambiental tanto junto às comunidades ribeirinhas (figura 3B) quanto para as pessoas que se vinculam à área por meio do lazer e do transporte fluvial, que em muito é impactado pela dinâmica de seca e de cheia (figura 3C), interferindo significativamente no balanço de matéria e energia e no cotidiano das comunidades ribeirinhas – como Tauary, Santo Antônio do Ipapucu e Nova Jerusalém – e também as indígenas ribeirinhas – como Patauá, Icanamã, Canata-Ayetu e Porto Praia.

Figura 3 – Características geomorfológicas. Em A, espiral de meandros (12/2012), exemplo de tributário (02/2020) e o Lago Tefé/ria fluvial (09/2024); em B, Comunidade Bacuri, localizada na margem direita do rio Tefé; e, em C, comparativo entre período de cheia (06/2019) e de estiagem (10/2022) no trecho final do Lago Tefé



Fonte: Google Earth (2012; 2019; 2020; 2022; 2024). Organização: os autores (2025).

A interação entre essas feições e as atividades humanas, como a pesca e a agricultura, torna evidente a necessidade de uma abordagem educativa que contemple tanto os aspectos

naturais quanto os sociais, bem como na discussão acerca da gênese e transformação da paisagem local, a exemplo das severas estiagens que ocorreram nos anos de 2023 e 2024. Essas variações afetam não apenas a morfologia do rio, mas também a vida das comunidades ribeirinhas.

Incorporar essa realidade à Educação Ambiental é crucial para promover um entendimento mais amplo e sustentável do ambiente, de modo que ao utilizar exemplos práticos, como a observação das mudanças na várzea e a formação de terras caídas, é possível sensibilizar os atores locais e promover uma educação que integre a ciência geográfica com a preservação ambiental, sobretudo ao se considerar que os aspectos vinculados à geomorfologia fluvial e Geodiversidade da área sofrem ameaças muitas vezes decorrentes de ação antrópica.

A realidade atual de urgência da discussão e ação referentes à compreensão dos aspectos da natureza, neste contexto de mudança e emergência climáticas, exige uma série de debates acerca da Educação Ambiental, principalmente em espaços não-formais, como forma de possibilitar maior acesso à comunidade, a exemplo das praias (costeiras e fluviais), ao se levar em consideração que estas são, locais ambientalmente vulneráveis, espaços coletivos, de múltiplos usos e de amplas capacidades interpretativas e reflexivas sobre a geodiversidade.

As praias fluviais urbanas, a exemplo da Ponta Branca, Juliana e Conchas em Tefé se formam durante os períodos de seca, geralmente entre os meses de agosto e novembro quando o nível do rio (que, na área, origina um lago configurado como uma ria fluvial) recua, expondo extensas áreas de sedimentos. Esses espaços se tornam propícios não apenas para o lazer (figuras 4A e 4B), mas também para a observação de processos físico-naturais associados ao transporte e deposição de sedimentos (figura 4C).

Figura 4 – Características gerais sobre as praias fluviais. Em A e B, atividades de lazer na Praia da Ponta Branca; e, em C, deposição de sedimentos utilizados para atracar embarcações



Fonte: TEFÉ (2024); Veiga (2025); Pesquisa direta (2025). Organização: os autores (2025).

Em anos de grandes estiagens (figura 5), como as de 2023 e 2024 (que alarmaram o mundo com a morte de centenas de animais), a extensão e a quantidade de sedimentos expostos aumentam consideravelmente, revelando uma dinâmica complexa que pode ser usada como um laboratório a céu aberto para a Educação Ambiental, na qual pode-se vincular com as mudanças nas praias durante o ciclo hidrológico, sendo essencial para entender o impacto das variações climáticas sobre os processos sedimentares. As praias urbanas de Tefé oferecem um importante recurso para a Educação Ambiental, permitindo que a comunidade local e visitantes observem diretamente os efeitos da erosão, transporte e deposição de sedimentos ao longo do ano.

Figura 5 – Notícia de jornal problematizando os impactos decorrentes da estiagem



Fonte: Bataier (2024). Organização: os autores (2025).

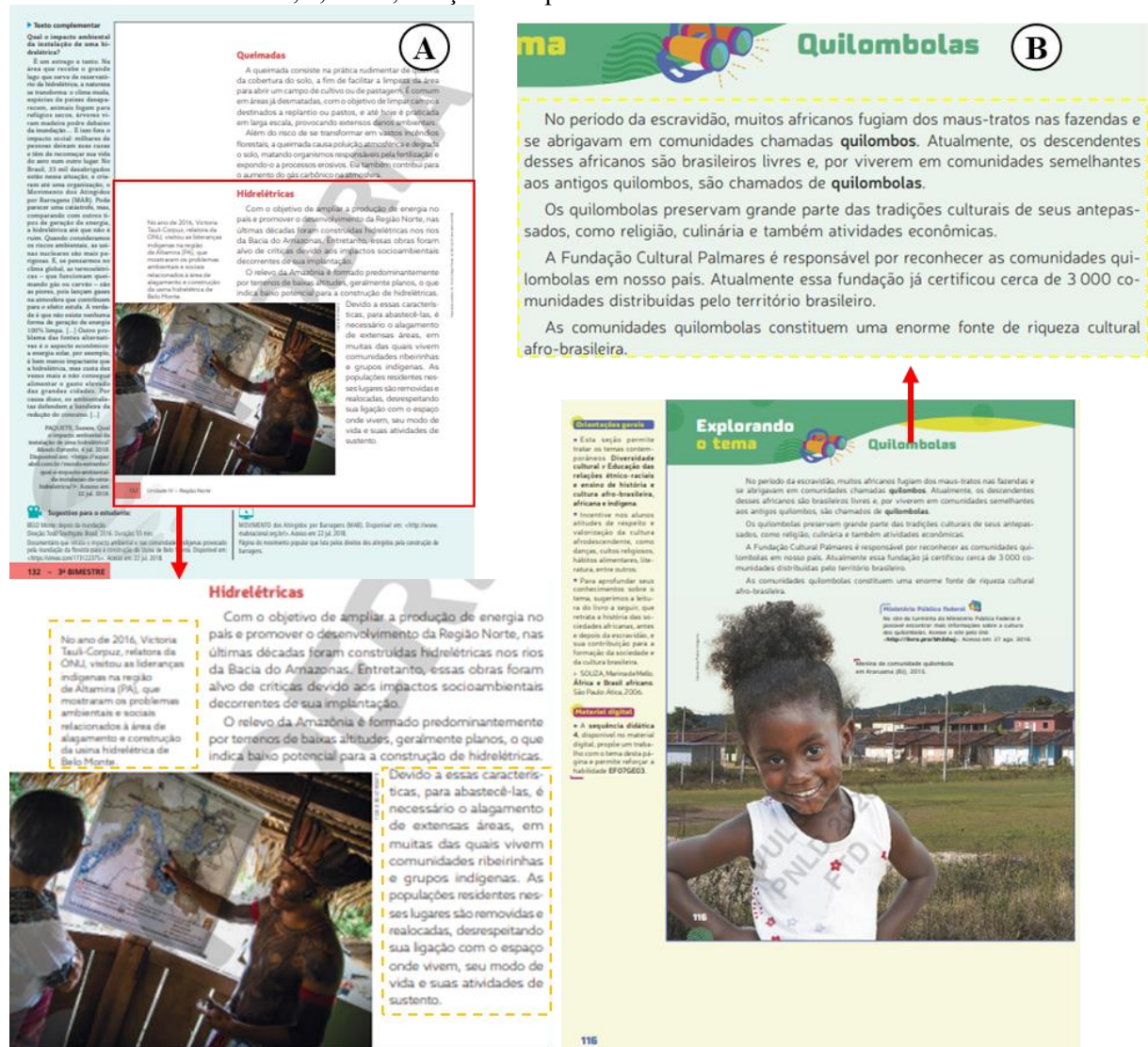
A integração das praias fluviais nos programas de educação ambiental pode promover uma maior conscientização sobre a conservação desses ecossistemas e o impacto das mudanças climáticas, com a instalação de placas e usos de carros de som, por exemplo, sobre a formação e características dos sedimentos para o alcance das pessoas que usam estes espaços principalmente para o lazer. Conhecimentos científico e empírico, podem, assim, serem atrelados de maneira significativa com o lazer da população, principalmente para o banho de rio e “soltar” pipas.

A importância de discutirmos a Educação Ambiental, articulando-a aos aspectos étnico-raciais, reside no reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e como estes se relacionam com o meio ambiente, além de entendermos como as práticas não sustentáveis e o uso exagerado e incorreto dos recursos são prejudiciais para as populações.

Sendo assim, os livros didáticos de Geografia associam a Educação Ambiental e a questão étnico-racial na medida em que essa primeira promove a conscientização e o conhecimento sobre questões ambientais com o objetivo de fomentar atitudes e

comportamentos sustentáveis, buscando capacitar os indivíduos a entenderem melhor os impactos que suas ações têm sobre o meio ambiente e a importância de preservá-lo para as futuras gerações, enquanto a segunda surge como exemplo de uso dos recursos naturais sem grande perturbação no meio ambiente, a exemplo dos indígenas (figura 6A) e dos quilombolas (figura 6B).

Figura 6 – Representações étnico-raciais. Em A, relação entre os povos originários e a discussão ambiental; e, em B, relação dos quilombolas com a discussão ambiental

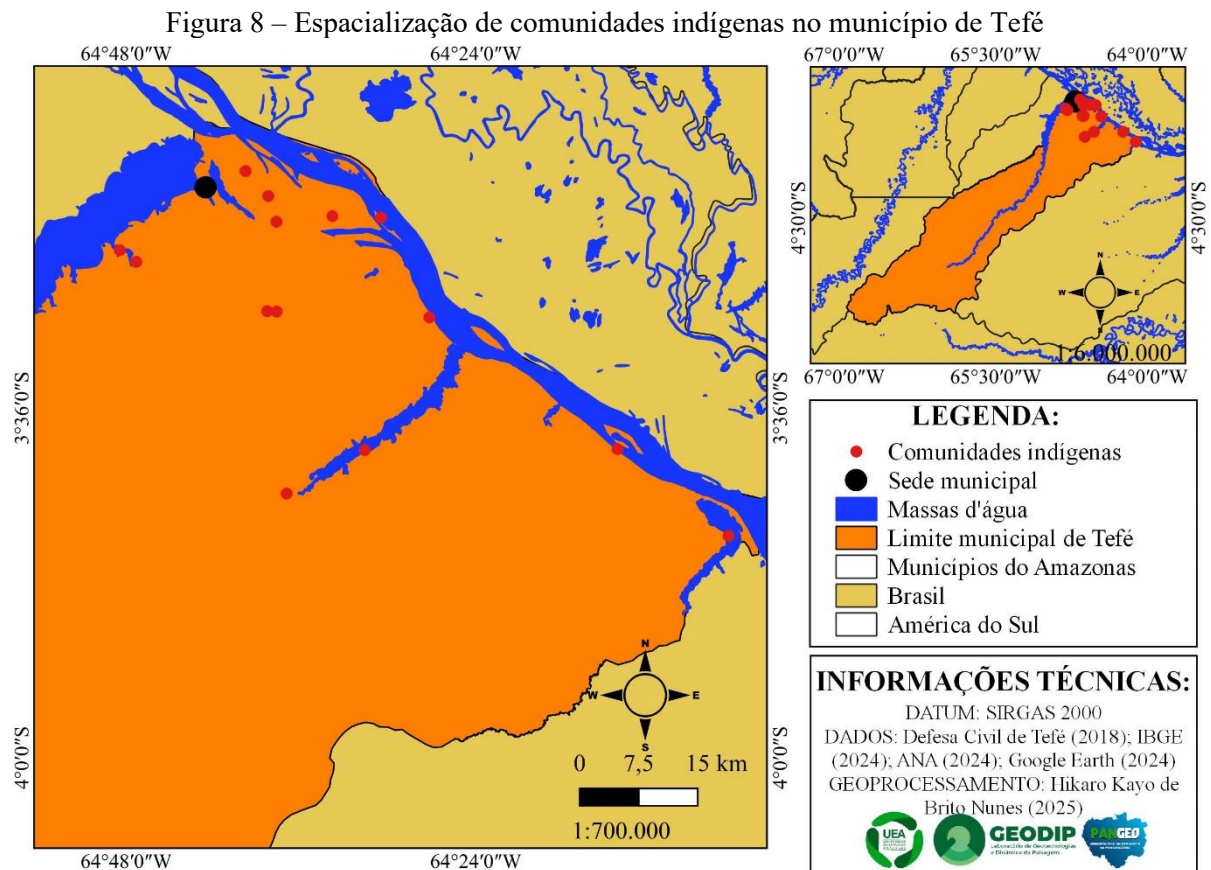


Fonte: Dellore (2018); Torrezani (2018). Organização: os autores (2025).

Os indígenas, por exemplo, são considerados povos que vivem dos recursos que retiram da floresta para sobreviver, mas sem causar grandes danos à natureza. Desse modo, as relações dos indígenas com a natureza são reconhecidas como exemplo quando falamos em modelo sustentável de extração de recursos. Além dos povos originários, os quilombolas são abordados como outro exemplo de grupos em que suas práticas causam pouca degradação ao meio

ambiente. Esses dois grupos, em virtude da estreita e direta relação com os recursos naturais, se tornam bastante vulneráveis com as grandes modificações feitas no ambiente natural, e seus modos de vida são afetados de forma considerável.

Para Tefé, por exemplo, de acordo com dados de 2018 da Defesa Civil Municipal, existem aproximadamente 18 comunidades indígenas (figura 8), a exemplo das comunidades Patauá, Barreira da Missão de Baixo, Icanamã, Kanata-Ayetu, de etnias como Kambeba, Tikuna e Kokama, ao longo dos rios Solimões, Tefé, Caiambé e Catuá.



Fonte: organizado pelos autores (2025).

Portanto, integrar a Educação Ambiental aos aspectos étnico-raciais possui grandes potencialidades, tendo em vista que a utilização do modo de vida indígena e quilombola como exemplos de boas práticas na extração das riquezas naturais – e esclarecendo como a exploração descontrolada e a poluição do meio afetam estes – permite não apenas a valorização e o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, como também, sob forma de inspiração, a criação de práticas sustentáveis de exploração dos bens da natureza para garantir que os mesmos que encontramos hoje também possam ser aproveitados por gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança. [...] Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu [...] (Mello, 2001, s/p).

Como observado, a transversalidade é um caminho que pode ser trilhado para uma visão de totalidade tendo como recorte a Geomorfologia Fluvial, a Educação Ambiental e as Questões Étnico-Raciais, neste estudo salientando particularidades de Tefé/Amazonas, com ponto de partida a ótica geográfica. Um dos apontamentos e provocações importantes foi considerar a necessidade do despertar para novas possibilidades de integrações entre temas e *locus*, como parte de uma conscientização e promoção de novos conhecimentos, principalmente ao se considerar uma visão totalizadora e suas compreensões.

De posse desta noção, as pessoas terão condições de analisar, por exemplo, até que ponto um determinado meandro abandonado interfere no cotidiano de comunidades ribeirinhas, aliando conhecimento empírico e o científico, com reflexos imediatos e efetivos. Paradoxalmente, infere-se no mesmo passo, o intercâmbio destas possibilidades de investigações ao notar similaridades, diferenças e elos analíticos.

Este é um campo amplo e aberto para estudos. Há ainda muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Rodrigo Freitas; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros; SILVA, Danielle Gomes da. Tempo e magnitude nos processos geomorfológicos. **Geografia**, v. 41, n. 1, p. 17-31. 2016.
- AUGÉ, Marc. **La construction du monde**. Paris: Maspero, 1975.
- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 11-33, 2015.
- BARROS, Luiz Fernando de Paula; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; Morfogênese fluvial. In: MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; BARROS, Luiz Fernando de Paula (Orgs). **Hidrogeomorfologia: formas, processos e registros sedimentares fluviais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BATAIER, Catarina. **Amazônia: mais de 1,5 mil comunidades estão isoladas na região do médio Solimões por causa da seca**. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/09/17/amazonia-mais-de-1-5-mil-comunidades-estao-isoladas-na-regiao-do-medio-solimoes-por-cao-da-seca/>> Acesso em: 11 de jun. de 2025.

- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Edgar Blucher, 1981.
- DELLORE, Cesar Brumini. **Araribá mais**: Geografia – 7º ano. São Paulo: Moderna, 2018.
- FONSECA, Valdelúcio; CARACRISTI, Isorlanda. Os princípios geográficos e suas relações com a consolidação da ciência geográfica. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, v. 3, n. 2, p. 144-157, 2009.
- GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Souza Sampaio; PONTES, Ana Lúcia. Temas transversais: território, cultura e política. In: GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Souza Sampaio; PONTES, Ana Lúcia. **Atenção diferenciada**: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557080115.0004>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: indígenas: alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- JODELET, Denise. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 1258-1271, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143845>
- KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018
- LANZA, Fabio; SILVA, Claudia Neves da; NEVES JUNIOR, José Wilson Assis; ALMEIDA, Villenon Edlon de Oliveira; BUSTOS, Vinícius dos Santos Moreno (Orgs.). **Pesquisas em ciências humanas e sociais**: introduções metodológicas. Londrina: UEL/Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades, 2017.
- MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; BARROS, Luiz Fernando de Paula; COTA, Guilherme Eduardo Macedo. Morfodinâmica fluvial. In: MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; BARROS, Luiz Fernando de Paula (Orgs.). **Hidrogeomorfologia**: formas, processos e registros sedimentares fluviais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- MELLO, Amadeu Thiago de. **Os estatutos do homem**. São Paulo: Vergara & Riba, 2001.
- MORAWSKA, Catarina; CAMPOS, Ana Cecília; CARDOSO, Bruno Campos; PAULINO, Carlos. A transversalidade entre ciências sociais e áreas tecnológicas: por uma ecologia das práticas na política científica nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, 2021. p. 1-19. DOI: <https://doi.org/10.1590/3610704/2021>
- NUNES, Hikaro Kayo de Brito. Cartografia da vulnerabilidade ambiental urbana em Tefé - Amazonas - Brasil. **Caminhos de Geografia**, v. 25, n. 100, p. 158-175, 2024. DOI: DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG2510070913>
- NUNES, Hikaro Kayo de Brito; AMORIM, Wagner Vinicius. Sobrevoos teórico-conceitual e metodológico em torno da(s) Geografia(s) Humana(s) francesa(s): notas provocativas. **Terra Livre**, v. 2, n. 55, p. 10-38, 2021. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2020.2095
- OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto; CAMPOS, Neio Lucio de Oliveira. Totalidade e Espaço: ensaio metodológico. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15., 2015, Havana. **Anais...** Havana: Inversiones Gamma, 2015.
- PENALVA, Gilson; PENALVA, Lorena de Carvalho. Amazônia, amazonidade e transversalidade: em busca da construção de um conceito. **Organon**, v. 35, n. 70, p. 1-13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.103827>
- PESSOA, Lucas da Silva; ALENCAR, Hygor Rodrigues Brasil; NUNES, Hikaro Kayo de Brito. A representatividade étnico-racial em livros didáticos de Geografia adotados em Tefé e

Codajás (Amazonas). In: NOBRE, Rosalvo Carneiro (Org.). **Anais do I Congresso Brasileiro de Didática da Geografia: significados**, elementos e o lugar da linguagem. Sobral: SertãoCult, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ. **Torneio de motocross com apoio da prefeitura volta a agitar a Praia da Ponta Branca**. 2024. Disponível em: <<https://tefe.am.gov.br/torneio-de-motocross-com-apoio-da-prefeitura-volta-agitar-a-praia-da-ponta-branca/>> Acesso em: 11 de jun. de 2025.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista De Geografia**, v. 1, n 104, p. 1–22. 2020.

ROSSATO, Máira Suertegaray; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A pesquisa no ensino de geografia como possibilidade de diálogos trans e interdisciplinares. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 57-76. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499411033>

ROSSI, Rafael. Espaço, Totalidade e Método. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p.578-585, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-48456>

SANTOS, Antonio Bispo dos. Somos da terra. **Piseagrama**, n. 12, 2018, p. 44 - 51.

SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, José Roberto da; SILVA, Adeilton José da; SANTOS, Antônio Hélton Vasconcelos dos. A transversalidade da Educação Ambiental no ensino de Geografia. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 19, n. 9, p. 350-368, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2024.v19.16598>

SILVA, Tamna Gadelha da Silva; RABELO, Francisco Davy Braz; NUNES, Hikaro Kayo de Brito (2024). Geomorfologia fluvial e geodiversidade do Lago de Tefé (Tefé, Amazonas, Brasil). **Revista Brasileira De Geografia Física**, v. 17, n. 4, p. 2396–2411. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v17.4.p2396-2411>

SOUZA, Josenildo Santos de; SANCHES, Camilo Torres; CASTANHEDA, Germán Palácio. Aspectos conceituais, históricos e legais da educação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 6, n. 11, p. 5-17, 2015.

STEVAX, José Cândido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Debate contemporâneo: Geografia ou Geografias? Fragmentação ou Totalização?. **Geographia (UFF)**, v. 1, p. 16-23, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13815>

THORNDYCRAFT, Varyl Robert; BENITO, Gerardo; GREGORY, Kenneth John. Fluvial geomorphology: a perspective on current status and methods. **Geomorphology**, v. 98, p. 2-12, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2007.02.023>

TONINI, Ivaine; GOULART, Ligia Beatriz; SANTANA FILHO, Manoel Martins de; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; COSTELLA, Roselane Zordan (Orgs.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber: Geografia – 7º ano**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

VEIGA, Mariane. **Capital do médio Solimões, Tefé investe e se destaca no turismo.** 2025. Disponível em:<<https://bncamazonas.com.br/municipios/capital-do-medio-solimo-es-tefe-investe-e-se-destaca-no-turismo/>> Acesso em: 11 de jun. de 2025.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **Piseagrama**, n. 14, 2020, p. 110 - 117.

CAPÍTULO 5

DA ILHA PARA O “CONTINENTE”: O DIREITO AO LUGAR GEOGRÁFICO DO CATRAIEIRO NA TRAVESSIA PELAS ÁGUAS DO IGARAPÉ XIDARINI, EM TEFÉ, AMAZONAS

Mateus Feliciano da Luz
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Sandra Freitas Santos
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é construído e reconstruído constantemente pelas práticas sociais, culturais e econômicas dos sujeitos que o habitam. Dentro desse contexto, no município de Tefé, o papel dos catraieiros na mobilidade sobre as águas surge como uma atividade espontânea e essencial para a comunidade local. Esse serviço não é desempenhado em todo o Estado do Amazonas, ele encontra-se presente em algumas localidades da região. Sendo assim, o catraieiro traz a forte influência indígena em sua prática, a qual perpassa pelo uso da canoa e da possibilidade de através dela integrar-se a este lugar.

A catraia é uma pequena embarcação (uma canoa) movida a motor rabeta (figura 1) que, simplesmente, desempenha a função de meio de transporte coletivo para a população, sobretudo, a mais popular. Assim sendo, o uso deste transporte permite desenvolver uma ponte entre a ilha e o centro urbano de Tefé, “continente”, como é popularmente intitulada pelos moradores do Abial (bairro popular do município de Tefé e se encontra localizado à margem direita do Igarapé Xidarini.). Esse trajeto é a principal rota realizada pelos catraieiros.

O município de Tefé centraliza diferentes realidades, as quais possibilitam o acesso à bens e serviços essenciais à população. Uma dimensão que pode ser compreendida com a explanação de algumas instituições presentes nesta localidade e que estão ausentes em cidades próximas, há exemplo: “Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; INSS; IBGE; Secretaria da Receita Federal; Secretaria Estadual de Educação, Universidade do Estado do Amazonas, Polícia Militar; Força Aérea, Marinha e Exército, dentre outras” que contribuem com a produção do espaço geográfico na região e, sobretudo, faz de Tefé uma centralidade para os mais diversos públicos que tem no catraieiro o meio para acessar este espaço (Queiroz, 2015, p. 171).

Figura 1 – Atividade laboral dos catraieiros, no lago de Tefé, durante o período de estiagem, em Tefé, Amazonas

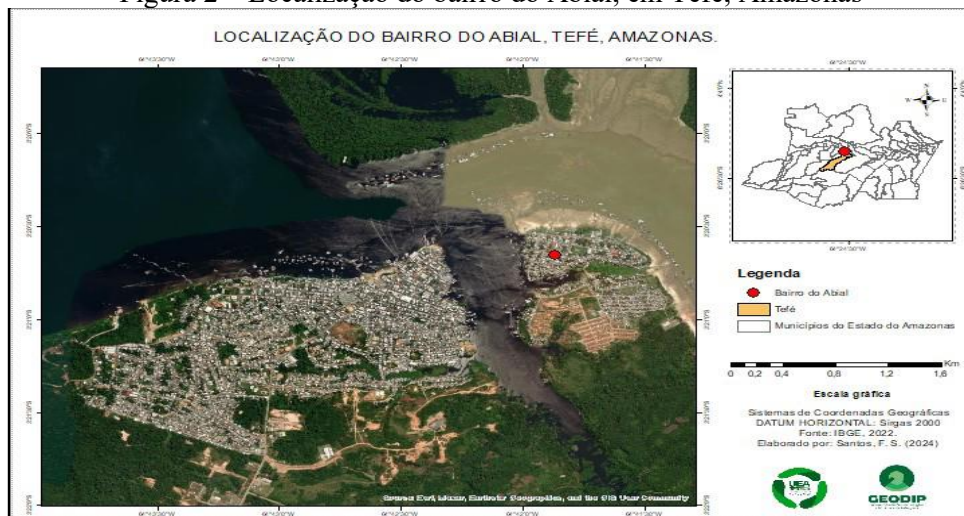


Fonte: Luz, 2024.

Essa atividade é desempenhada, em sua maioria, por moradores do bairro do Abial (figura 2). Uma localidade separada dos demais bairros de Tefé, por estar entrecortada pelo Igarapé Xidarini (Castro, 2019). A condição principal que justifica o surgimento desta profissão, ou seja, a natureza impulsionou, em certa medida, a adaptação de uma prática ancestral dos povos originários (a travessia pela drenagem por canoa) ao transporte coletivo. Tendo em vista, que o acesso a esta embarcação não é dado a todas as famílias tefeenses.

Neste sentido, o catraieiro torna-se um agente fundamental na construção e ressignificação do lugar, conferindo significado e vitalidade a esse território de transição (tradição x modernidade). E, por isso, transforma-se em ameaça às investidas modernizantes do município, que na contramão vem escolhendo contribuir com a desvalorização desta profissão, com propostas estruturais que afetarão a manutenção desta atividade e da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Xidarini.

Figura 2 – Localização do bairro do Abial, em Tefé, Amazonas



Elaborado por: Santos, 2024.

Por constatar, as fragilidades que essa profissão enfrenta, no dia a dia, pensou-se na seguinte problemática: Qual motivo leva a uma prática essencial a sociedade tefeense, ser tão desvalorizada pelo poder público municipal e por moradores?

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a importância do catraieiro na travessia sobre as águas do igarapé Xidarini considerando-o como agente que participa da construção do espaço geográfico, da dinâmica socioeconômica e do fortalecimento da cultura tefeense. Nesta perspectiva, os objetivos específicos desdobram-se por: I) reconhecer de que maneira a prática do catraieiro se configura como patrimônio cultural dos moradores de Tefé, sobretudo, daqueles que tem nesta profissão o fortalecimento de suas relações com o lugar; II) apresentar a contribuição desta atividade para a integração entre o bairro do Abial e o centro urbano de Tefé, enfatizando o papel desse agente na promoção da mobilidade e no acesso a oportunidades socioeconômicas e culturais. Além disso, este estudo pretende III) entender os principais desafios enfrentados por estes trabalhadores no convívio com as mudanças sazonais que afetam o município.

Sendo assim, é importante ressaltar que a conectividade entre as localidades de Tefé dada pelos catraieiros contribui para criar um espaço de trocas e interações que possibilita a circulação de saberes, tradições e experiências, que fortalecem a identidade local, o sentimento de pertencimento dos habitantes a este ambiente e, conseqüentemente, favorece a preservação do meio ambiente.

Portanto, acredita-se que este trabalho apresenta importante contribuição para o entendimento da importância do papel do catraieiro e da necessidade da preservação desta profissão cuja valorização emerge urgentemente. Valorizar e reconhecer a relevância desta prática à sociedade tefeense é uma alternativa contra a invisibilidade que os trabalhadores sofrem por estarem, totalmente, desassistidos. O papel que desempenham são funções essenciais e contribuem para a organização do espaço geográfico de Tefé e para o fortalecimento da identidade amazônica. Essa que está imbricada à dinâmica da natureza.

A metodologia adotada neste trabalho foi cuidadosamente estruturada para garantir a compreensão aprofundada da realidade do catraieiro na travessia pelas águas da bacia hidrográfica do Xidarini. Nesse sentido, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2017), a pesquisa qualitativa e quantitativa é indicada para estudos que buscam compreender fenômenos sociais e suas significações a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Essa abordagem permitiu explorar em profundidade a vivência e a percepção dos catraieiros e dos usuários deste serviço, focando nas experiências, narrativas e

sentidos atribuídos à prática cotidiana daqueles que trabalham e utilizam deste meio de transporte na travessia.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito através da elaboração de hipóteses. Já a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinado fenômeno ou população. Assim, a pesquisa exploratória possibilitou compreender a dinâmica da atividade dos catraieiros, enquanto a descritiva permitiu detalhar os aspectos geográficos, culturais e sociais que envolvem a travessia pelas águas do igarapé Xidarini.

Para a coleta de dados foram utilizadas técnicas de observação participante. A observação participante, conforme Chizzotti (2018), permite que o pesquisador se insira no contexto estudado, compreendendo de forma mais profunda as práticas e interações sociais. Através desta técnica, foi possível observar o cotidiano dos catraieiros, suas rotinas de trabalho, a dinâmica da travessia e a relação com os passageiros.

O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em três etapas principais: A primeira etapa consistiu em realizar uma revisão de literatura sobre os conceitos de lugar e espaço geográfico; cultura e identidade; mobilidade, segregação socioespacial e direito ao lugar baseando-se em autores como Corrêa (2000), Santos (1996) e Claval (2011). Essa seção foi fundamental para respaldar teoricamente a pesquisa e compreender o papel do catraieiro no contexto geográfico da Amazônia.

Na segunda etapa, foram realizadas visitas ao bairro do Abial e às áreas consideradas como pontos de catraia na orla urbana da cidade de Tefé. Nesses espaços ocorreu a observação participante. O trabalho de campo permitiu a coleta de dados primários e a compreensão da realidade vivenciada pelos catraieiros e pelos usuários deste transporte. A observação e os diálogos com os catraieiros possibilitaram aproximar da dinâmica do espaço e as relações que se estabelecem na travessia entre Abial - Centro e Centro- Abial.

A última etapa envolveu a análise e interpretação dos dados coletados, com base na análise de conteúdo. Bardin (2016) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas que permitiram interpretar e sistematizar as informações coletadas de forma coerente e aprofundada. Os dados foram organizados em categorias temáticas que permitiram identificar padrões, significados e relações que compõem o fenômeno estudado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Conceito de Lugar e Espaço Geográfico

O conceito de “lugar” e “espaço geográfico” são os alicerces fundamentais para a análise da atividade dos catraieiros que realizam a travessia do Abial para Tefé. A compreensão desses conceitos são cruciais para entender como os sujeitos interagem, constroem e atribuem significados ao espaço em que vivem, sobretudo, em contextos que envolvem dinâmicas de deslocamento e integração, como é o caso dos catraieiros.

A compreensão de lugar como espaço vivido é aprofundada por Tuan (1983), que destaca que os lugares são construídos a partir das experiências, percepções e emoções dos indivíduos que os habitam. No contexto dos catraieiros, a travessia se torna uma extensão do próprio cotidiano, um espaço, no qual, eles estabelecem suas práticas, trocas sociais e significados. Cada viagem entre o Abial e Tefé não é apenas um ato de locomoção, mas um momento de construção de identidade e de reafirmação de sua presença naquele espaço geográfico.

O espaço geográfico, por sua vez, é compreendido como um produto das relações sociais que se estabelecem ao longo do espaço-tempo. Para Corrêa (2000), o espaço é o resultado da interação entre ações humanas e a natureza, constituindo-se em um sistema dinâmico em constante transformação. Assim, o espaço geográfico não é estático; ele é produzido e reproduzido pelas práticas, atividades e relações sociais que ocorrem em seu interior.

Milton Santos (1996) contribui para essa compreensão ao afirmar que o espaço é uma instância de coexistência de objetos e ações – Espaço geográfico como um sistema composto por objetos (infraestruturas físicas) e ações (relações e práticas sociais) em interação contínua. Para Santos (1986), não se pode separar o espaço físico do social; ambos se transformam mutuamente a partir de suas interações –, sendo constantemente modificado pela atuação dos sujeitos sociais. No caso dos catraieiros, as canoas e embarcações que utilizam representam os “objetos”, enquanto as práticas de travessia e a própria relação estabelecida com o rio, que nesse caso é um rio perene, denominado igarapé do Xidarini, configura as “ações”. É na interação entre esses elementos que o espaço da travessia ganha significado e se transforma em um “lugar” com identidade própria.

A relação entre lugar e espaço geográfico é dialética, na medida em que um influencia e é influenciado pelo outro, e, portanto, expressam as contradições existentes entre os agentes internos e externos que organizam o espaço urbano de Tefé. O lugar é a materialização das experiências humanas, e o espaço geográfico é a totalidade das relações sociais que nele se

manifestam. Como observa Corrêa (2000), os lugares são formados por múltiplas relações que se conectam, não apenas em termos locais, mas também globais. Isso significa que o lugar da travessia dos catraieiros é afetado por diversas relações, sejam elas econômicas, culturais ou sociais, que se estendem além do próprio espaço da travessia.

Nesse sentido, o espaço da travessia se configura como um espaço de resistência frente às mudanças e transformações impostas por processos econômicos e sociais. Corrêa (1989) ressalta que a produção do espaço é, muitas vezes, um processo de luta e contestação, no qual os sujeitos buscam afirmar seus direitos e identidades frente às forças hegemônicas. No caso dos catraieiros, sua prática representa uma forma de resistência e de luta pelo reconhecimento de sua importância na dinâmica socioespacial da região de Tefé.

Portanto, o “lugar” e o “espaço geográfico” na prática dos catraieiros são elementos indissociáveis que se complementam e se reforçam mutuamente. O lugar da travessia é construído a partir das experiências, identidades e resistências dos catraieiros, enquanto, o espaço geográfico é moldado pelas práticas cotidianas que dão forma e significado à travessia entre o Abial e o centro urbano de Tefé.

A Geografia Cultural e a Identidade dos Catraieiros

A geografia cultural tem como um de seus principais objetivos compreender como as práticas humanas, crenças, valores e tradições se manifestam e se expressam no espaço geográfico. Nesse contexto, as atividades dos catraieiros na travessia do Abial para Tefé não podem ser vistas apenas como um simples deslocamento de pessoas e mercadorias, mas, sim, como uma prática cultural que reflete uma identidade construída ao longo do tempo e que está intrinsecamente ligada ao espaço que ocupam e às relações sociais que estabelecem.

Segundo Claval (2002), a geografia cultural busca compreender como a cultura influencia a maneira como as pessoas percebem, organizam e utilizam o espaço geográfico. Dessa forma, o espaço não é apenas um cenário neutro onde ocorrem as interações humanas, mas sim um elemento que é moldado e transformado pela cultura daqueles que o habitam. No caso dos catraieiros, o espaço da travessia não é apenas um ponto de conexão entre dois lugares; ele é um território que carrega histórias, memórias e significados que foram construídos ao longo do tempo.

A prática dos catraieiros é um exemplo da maneira como a cultura local se manifesta no espaço, refletindo valores como a solidariedade, a resistência e a conexão com a natureza, uma vez que, a existência desta atividade está relacionada a dinâmica sazonal do “inverno amazônico” que permite a navegabilidade pelo igarapé Xidarini. A atividade dos catraieiros

pode ser entendida como um "ritual" que reafirma diariamente sua identidade e seu pertencimento a um grupo social específico. Nesse sentido, os catraieiros constroem uma identidade que é intrinsecamente ligada ao ato de atravessar pelo igarapé Xidarini, tornando-se parte da paisagem cultural da região de Tefé.

A geografia cultural também nos permite entender como os catraieiros resistem às transformações socioeconômicas e às pressões externas que ameaçam sua forma de vida. Para Leite (1998), a identidade é, muitas vezes, construída na tensão entre a assimilação e a resistência, ou seja, entre a necessidade de se adaptar a novas realidades e o desejo de manter práticas e valores que são considerados fundamentais para o grupo.

A relação entre cultura e espaço é um dos elementos centrais para a compreensão da identidade dos catraieiros. Conforme afirma Bartoly (2011), o espaço geográfico é uma construção cultural que reflete as práticas, valores e significados atribuídos pelos sujeitos que nele vivem. Assim, o espaço da travessia do Abial para o Centro urbano é um reflexo da cultura dos catraieiros e, ao mesmo tempo, um elemento que contribui para a formação e manutenção de sua identidade.

Por fim, a geografia cultural oferece um importante referencial para a valorização e preservação da identidade dos catraieiros. Ao reconhecer a travessia como uma prática cultural carregada de significados. É possível compreender a importância desse grupo para a construção e manutenção do espaço geográfico da região de Tefé. Para Claval (2011), a cultura é um elemento que confere sentido ao espaço, transformando-o em um lugar que é dotado de significado e de valor para aqueles que o habitam.

Portanto, a geografia cultural, ao destacar a relação entre espaço e cultura, nos permite compreender a profundidade e a complexidade da identidade dos catraieiros. Ela nos mostra que a travessia não é apenas um deslocamento físico, mas um ato carregado de significados que reflete uma identidade ancestral construída a partir da interação entre o homem, meio (o rio) e a cultura local.

Mobilidade, Segregação Socioespacial e o Direito ao Lugar

A mobilidade, a segregação socioespacial e o direito ao lugar são temas interligados que revelam as dinâmicas complexas presentes na organização do espaço urbano e nas relações sociais que nele se estabelecem. A partir de uma perspectiva geográfica, compreende-se que o acesso ao espaço e aos processos de deslocamento da população estão profundamente conectados às estruturas de poder, desigualdades socioeconômicas e políticas públicas que determinam quem tem ou não o direito de usufruir de determinados lugares na cidade.

O direito ao lugar é um conceito que emerge da luta por justiça espacial e da reivindicação do acesso igualitário aos espaços e recursos da cidade. Lefebvre (2008) destaca a importância do “direito à cidade” como uma reivindicação fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos têm o direito de participar e usufruir dos espaços urbanos de forma plena e digna.

A mobilidade tem o potencial de ser um instrumento de inclusão social, na medida em que permite o acesso a oportunidades, bens e serviços que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida. Segundo Corrêa (2000), a mobilidade é uma condição necessária para que os indivíduos possam se apropriar do espaço urbano e participar da vida social, política e econômica da cidade.

A atuação dos catraieiros no transporte e travessia pelo igarapé Xidarini demonstra como a mobilidade está diretamente relacionada à economia solidária e ao sustento das famílias que dependem dessa atividade para sobreviver. Suertegaray, et al. (2016) destacam que as atividades econômicas desenvolvidas de forma coletiva, como as organizadas por meio de associações e cooperativas, fortalecem as redes de solidariedade e de apoio mútuo, contribuindo para a geração de renda e para a autonomia das populações envolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dilemas enfrentados pelos catraieiros em Tefé: o direito ao exercício do transporte coletivo de catraia

Como já é sabido, os catraieiros desenvolveram a sua profissão atrelada à dinâmica da natureza. Os aspectos da sazonalidade é um critério que influencia no desenvolvimento da atividade do catraieiro. Na região do médio Solimões, bem como, em toda a bacia hidrográfica amazônica, a distribuição pluviométrica, interfere na navegabilidade pelos rios, igarapés e lagos deste sistema hídrico. Desse modo, reconhecer o regime pluviométrico do município de Tefé, ajuda-nos a entender os dilemas enfrentados pelos catraieiros nos períodos de cheia e estiagem.

Entre os meses de junho a outubro, o regime pluviométrico apresenta níveis mais baixos. O que acarreta mais perda do volume hídrico pela evapotranspiração, do que reposição hídrica de rios, igarapés e lagos. Essa fase é acentuada no conhecido verão amazônico que se dá entre os meses de junho a setembro (Morengo; Nobre, 2009). Um momento, em que, o regime de vazante dos rios emblema as transformações na paisagem desta região, em que, estiagem e cheia determinam atividade do catraieiro (Figura 3). A natureza impõe aos catraieiros à necessidade

de se adaptarem a este interstício, por isso, as atividades laborais por eles desempenhadas carecem de maior suporte político para que continuem atuando, em meio, a estiagem.

Figura 3 – Cenários da cidade de Tefé no período de estiagem e cheia dos seus mananciais



Fonte: Google Earth Pro, 2024. Elaborado por: Santos, 2024.

A estiagem, em anos de normalidade, tem duração de 5 meses, iniciando-se em maio e finalizando em setembro, sendo abril e outubro meses de transição. Entretanto, em períodos de anomalias climáticas, em que, flutuações da dinâmica atmosférica como o El Niño – Oscilação Sul (ENOS), potencializados pelo aquecimento excepcional do Oceano Atlântico Tropical Norte, contribuem com a extensão do período de seca (INPE, 2024; Marengo e Nobre, 2009).

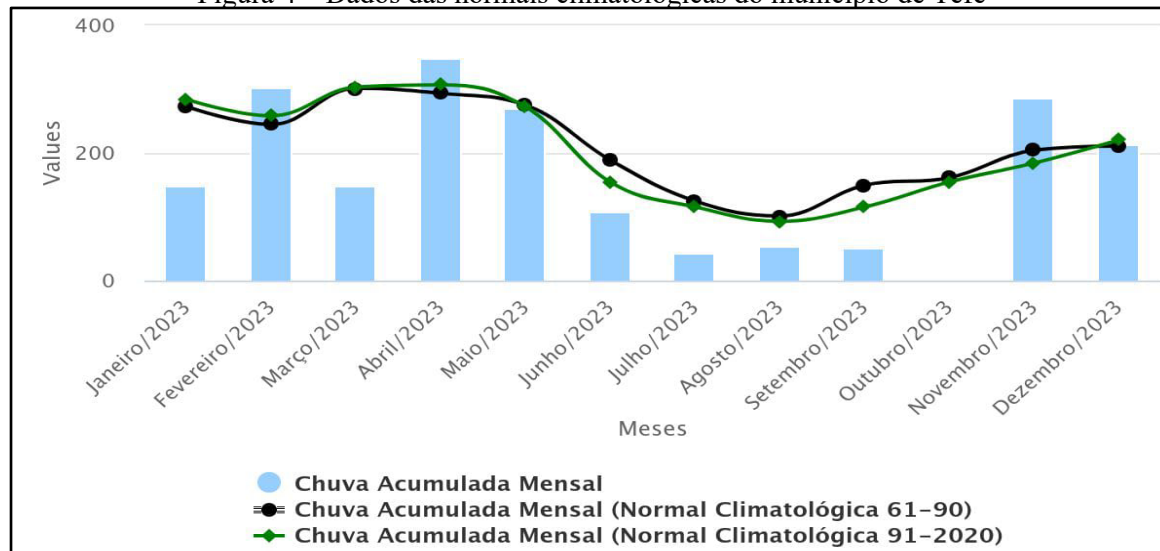
Porém, a interpretação sobre o agravamento do período de estiagem, não pode estar restrito a dinâmica atmosférica. É preciso observar que as derivações antropogênicas negativas que vêm interferindo no equilíbrio dinâmico do maior domínio florestal do mundo. As queimadas, desmatamentos, garimpo, monocultivo, urbanização, dentre outros, aspectos vêm potencializando os efeitos da seca neste ecossistema.

Através da análise dos dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (figura 4) foi possível visualizar que durante os períodos de 1961-1990 e de 1991-2020, os acumulados de chuva mensal (Normal climatológica) registraram um padrão de chuvas, sem grandes variações, na distribuição do regime pluviométrico de Tefé. O entendimento de um clima equatorial úmido mostra-se característico.

Sendo assim, em 2023, os dados fornecidos destacam o acentuado período de seca, marcado pela redução dos valores de precipitação à níveis muito mais abaixo do que o esperado, sobretudo, no mês de julho. O que evidencia uma certa alteração no padrão de precipitação, que provavelmente teve relação com a influência do ENOS. O El Niño – Oscilação Sul é uma oscilação climática interanual e de escala global do oceano-atmosfera, responsável por “produzir alterações na Temperatura da Superfície do Mar (TSM), na pressão, no vento e na

convecção tropical, principalmente no oceano Pacífico, mas com reflexos em muitos lugares do planeta, incluindo o Brasil”. (Grimm, 2009, p.354).

Figura 4 – Dados das normais climatológicas do município de Tefé



Fonte: INMET, 2024.

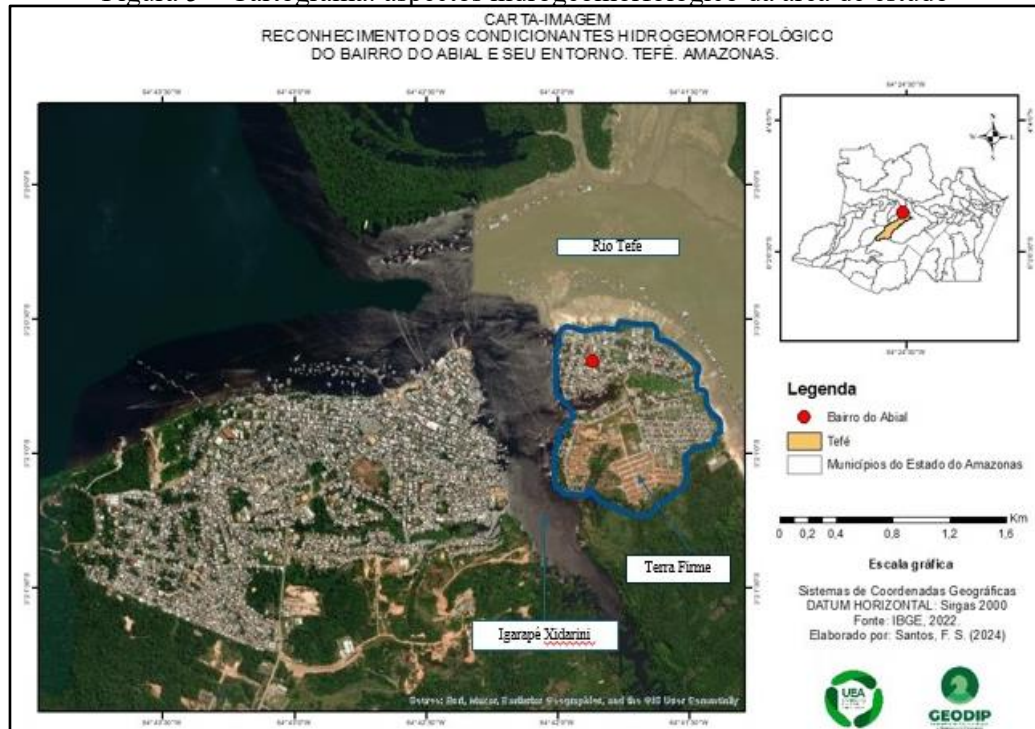
Já o período de cheia, em Tefé, é marcado pelos grandes índices de precipitação. Nos dados do INMET é possível visualizar que é no mês de novembro o início do período chuvoso, o qual se estende até março. Em 2023, o mês de novembro contabilizou valores de precipitação superiores as duas séries históricas comparativas. O intitulado inverno Amazônico é reconhecido pela ativa e intensa ação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e demais atividades convectivas (Marengo e Nobre, 2009).

Condição que favorece a retroalimentação da bacia hidrográfica do Amazonas e assim, a realização do transporte fluvial. Este que é o principal modal viável, por alcançar comunidades remotas do Estado, integrando-os à pequenas e médias cidades e por isso, bastante utilizado para a circulação de pessoas e mercadorias. Esta realidade não destoa, no município de Tefé e, portanto, imprescindível para que o tefeense se desloque e transporte suas mercadorias e produções em canoas, lanchas e barcos.

Em relação, a travessia Abial – Centro ou Centro – Abial, é importante ressaltar que o igarapé Xidarini está localizado na unidade geomorfológica “Depressão do Purus -Juruá”. Esta que apresenta características da Formação Içá que se constitui por ter, segundo Carmo (2010), “superfície desnivelada, com colinas pouco dissecadas, interflúvios tabulares” condições geomorfológicas que justificam a instalação do igarapé Xidarini e posteriormente, a ocupação da Terra Firme, formando, assim, o bairro do Abial. A bacia do igarapé Xidarini está inserida

na porção Leste-Sul da cidade de Tefé. Limita-se a norte com a bacia do rio Tefé e a Leste com o rio Solimões-Amazonas (Figura 5).

Figura 5 – Cartograma: aspectos hidrogeomorfológico da área de estudo



Elaborado por: Santos, 2024.

Desse modo, na cheia, os Catraieiros são os principais responsáveis por fazer a travessia entre o núcleo urbano de Tefé e o bairro do Abial e vice-versa, nos três turnos. O fluxo expressivo quanto aos transportes de passageiros, veículos (motos e bicicletas) e fretes para outros portos, como também, para localidades do entorno no bairro do Abial e do Centro. Tal prática possibilita observar a relação construída ao longo do tempo, entre o homem e a natureza, que neste caso, encontra-se carregada da cultura, genuinamente, amazônica, a qual, reflete a aceitação deste modal para a realização do percurso entre a “ilha e o continente”. As figuras 6 e 7, evidenciam a atividade do catraieiro viabilizada pelo sistema de drenagem, que envolve a bacia do Solimões.

Figuras 6/7 - Porto primário de catraia Centro (A) - Abial (B), período de cheia, em Tefé, Amazonas



Fonte: Luz, 2024.

Os percalços visíveis aos olhos críticos da sociedade perpassam pelo precário suporte dado pelo poder público municipal, aos catraieiros e para aqueles que utilizam deste serviço. São insatisfatórios os portos onde os catraieiros aportam as suas canoas para o desembarque e embarque dos passageiros. Como também, no que tange, a qualquer infraestrutura que preze pelas condições de trabalho do catraieiro, seja no acesso a água, devido, a intensa exposição ao sol, a ausência de banheiros químicos para trabalhadores e passageiros, a falta de apoio técnico e financeiro para a manutenção das canoas. Esta que é uma necessidade a ser ponderada devido ao risco que o trajeto pelo igarapé do Xidarini apresenta, sobretudo, em dias chuvosos. As figuras 8 e 9 representam os dois principais portos de catraia da cidade mais utilizados tanto pela população do Abial, quanto pelos moradores da sede (Tefé).

Figuras 8/9 - Porto de catraia primário Abial (A) - Centro (B) período de seca



Fonte: Borges, 2024.

No período de estiagem, a atuação do catraieiro torna-se limitada. O uso de motocicletas, carros, caminhões substituem o modal utilizado pelos catraieiros. A precária infraestrutura para pedestres e motociclistas com a construção de uma ponte de madeira ou de barras de ferro

improvisada se mantem (figura 10). A ausência de sinalização, presença de agentes de trânsito e, de qualquer outro tipo de ordenamento que reduza o risco de acidentes, não foi visto. Casos de acidentes já foram notificados.

Figura 10 - Intenso fluxo de pessoas e precária infraestrutura da ponte Abial-Centro



Fonte: Luz, 2024.

Nessa perspectiva, os catraieiros experientes, interpretam o espaço em que estão inseridos, e buscam-se adaptar-se a dinâmica da natureza direcionando suas atividades para o rio Tefé. Essas atividades versam pela realização de fretes para portos que foram construídos e adaptados para as grandes embarcações de cargas e passageiros, que estão instalados, ao longo do percurso do rio. Na cidade, portos secundários, são utilizados pelos catraieiros para a realização do transporte de pessoas para os flutuantes (balneários) e para o bairro Abial.

O porto de catraia secundário tem uma particularidade bastante interessante no seu aspecto e modelo para recepção dos passageiros. É possível observar a escadaria e uma balsa de madeira, nota-se que o transporte é destinado para os passageiros, fretes externos (fretes que não estão no trajeto do Abial e Centro) por possibilitar a mobilidade mais rápida das mercadorias para as embarcações maiores. Ou seja, o catraieiro acaba realizando a atividade de levar as mercadorias para as embarcações maiores que não conseguem chegar ao porto principal de Tefé. É importante enfatizar que neste percurso não é transportado todo tipo de material, motos, por exemplo, não são transportadas. A precária infraestrutura do porto e a declividade da colina impedem a sua maior utilização. Esse porto está localizado no Abial.

O porto secundário que faz parte do Centro urbano de Tefé, onde no período de seca encontra-se, totalmente, esquecido. Na cheia, o cenário altera-se e os catraieiros realizam suas atividades com abundância, são postas as pranchas de madeiras para acesso dos passageiros as

embarcações. O porto funciona durante todo o dia. A noite não é feita nenhuma atividade comercial ou de passageiros, em decorrência, da vulnerabilidade que se apresenta, apesar da necessidade e demanda.

Nos portos intermediários estão instaladas balsas de lanchas que fazem viagem intermunicipal. Os denominados “portos fluvial de Tefé” e “terminal das lanchas Ajato” realizam viagem para a capital Manaus e cidades do alto Solimões, rios Juruá e Japurá. Os administradores destes terminais em acordo com os catraieiros oferecem aos passageiros, sem custo adicional, a complementação do seu percurso com frete feito pelo catraieiro, que quando solicitado leva os passageiros a pontos da margem do lago de Tefé que estejam mais próximas de sua localidade, a exemplo dos moradores do Abial.

São quatro os portos intermediários que se concentram no bairro do Abial. Os dois primeiros estão localizados na “Orla do Abial”, onde o acesso geralmente é dos catraieiros que realizam a travessia pelo porto secundário, facilitando as distâncias dos usuários quanto ao seu destino, por isso são utilizados com frequência esses dois primeiros portos. Em consequente, os portos do Mercado municipal Joaquim Cardoso e o porto da Fábrica de gelo, são utilizados com a finalidade de diminuir a distância percorrida pelos passageiros, evitando utilizar o transporte de moto táxi, com isso o catraieiro faz a cobrança pelo trajeto e não pela lotação, transportando e descarregando materiais, insumos, produtos e pescados.

Os portos intermediários da colônia dos pescadores (Z4) e porto da Escadaria do morro, são portos utilizados pelos moradores locais e catraieiros que transportam cargas e passageiros, cujo valor é viável, ao invés de pegar uma condução veicular. É perceptível a forma e a maneira que os espaços são utilizados e visitados pelos moradores e catraieiros locais. Esses portos são utilizados principalmente no período de cheias dos rios, sendo quase inutilizáveis nos períodos de seca. Desse modo, a população utiliza-os para seguirem para os seus flutuantes ou não utilizam.

No período da cheia, o fluxo de pessoas que utilizam o transporte de catraia é bastante expressivo, bem como, a visualização da oferta de trabalhadores para o exercício da profissão. O maior público dos catraieiros são, em geral, os moradores do Abial, entre eles, servidores públicos, trabalhadores informais, estudantes da rede pública (municipal, estadual e federal) e privada. No período da seca, os fluxos de pessoas são menores devido a adaptação dos catraieiros em locais afastados do que se vive, o porto de catraia é improvisado para fins de realizar fretes.

Neste cenário, a Associação dos Catraieiros de Tefé torna-se basilar, pois é através desta instituição que a categoria se organiza e consegue resistir atuante nos dois períodos marcantes

da sociedade tefeense (seca e cheia). Entretanto, conforme a figura 11, é possível compreender o quanto é difícil manter a comunidade dos catraieiros atuantes. A precária estrutura da Associação dos Catraieiro de Tefé reflete o descaso que é dado à categoria. Na seca, o flutuante da associação encontra-se atracado entre os sedimentos do lago de Tefé.

Figura 11 – Flutuante da Associação dos Catraieiro de Tefé, em Tefé, Amazonas



Fonte: Santos, 2024.

Entendemos que são muitas as dificuldades enfrentadas por tais trabalhadores. No ano de 2023, a seca histórica que afetou Tefé deixou ainda mais nítido o quanto trabalhadores e passageiros necessitam de uma melhor mediação do poder público municipal para conduzir melhor a sua função. A situação vivida pelos catraieiros em 2023 repetiu-se, novamente, em 2024. O trajeto de trabalho não é interrompido pela seca, entretanto, a tabela de preços sofre alterações que impactam, diretamente, na renda mensal dos catraieiros. Nesse período, surgem muitas dificuldades e o perigo de transitar pelo rio aumenta.

Sendo assim, é importante ressaltar que as tabelas de preço das atividades de catraia sofrem alterações a partir do momento que começa o período da seca. Os reajustes são significativos e ocorrem de acordo com a aprovação da câmara municipal, que determina os valores a serem pagos pelos consumidores do serviço.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Considerando os objetivos propostos na pesquisa, conclui-se que medidas reparadoras precisam ser direcionadas para os trabalhadores e para a população que usufrui deste serviço

originário e que não pode ser precarizado pelo poder público municipal e, sobretudo, pela sociedade tefeense que historicamente necessita desta atividade. Portanto, o investimento na profissão do catraieiro é essencial e perpassa pela recuperação ou construção de portos de catraias, na regularização trabalhista da profissão, devido a jornada de trabalho por eles desempenhadas. E, dos riscos que enfrentam pela exposição as dinâmicas da natureza, seja no período de cheia, com os altos índices pluviométricos e no período de seca, com o reduzido volume hídrico do lago de Tefé e do Igarapé Xidarini. Momento, no qual, o subsídio de sua função precisa ser mais bem observado pelas instâncias governamentais.

Desse modo, é importante ressaltar que esta atividade está presente no município de Tefé há pelo menos 30 anos. E, atualmente, encontra-se organizada pela associação e sindicato dos catraieiros. Instituições importantes e que garantem a estruturação desta atividade para a sociedade, com escala de trabalho, portos improvisados e mediação da atuação do serviço dos catraieiros com donos de outras embarcações de maior porte.

Este trabalho reflete a experiência de pais e mães que se dedicam diariamente ao labor em suas catraias para sustentar suas famílias. Eles estão moldando sua cidadania e evidenciando os espaços que desenvolveram ao longo dos anos, apesar de ainda enfrentarem escasso reconhecimento e limitados direitos a reivindicar. A geografia se manifesta de diversas maneiras em suas vidas, influenciando as redes de transporte, as mudanças sazonais e a estratificação social, sendo uma parte intrínseca de seu dia a dia.

Portanto, essa classe desprestigiada, porém, tão fundamental, para os que como ela são precarizados como: os moradores dos bairros do Abial, Colônia Ventura e Comunidades ribeirinhas, que dependem, sobretudo, deste serviço para conquistar o direito de acessar pelo centro a vivência do núcleo urbano de Tefé.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, K. C. Movimentos Migratórios na Amazônia: o caso das reservas de desenvolvimento sustentável Amanã e Mamirauá no Médio Solimões. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 1385-1399, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 66-91, 2011.
- BRUCE, A. J. M.; RODRIGUES, E. A. Segregação socioambiental: estudo de caso no bairro colônia ventura/Tefé-AM a partir de uma perspectiva geográfica. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

- CARMO, Maria Rosária do. **Análise morfotectônica da região entre Tefé e Coari, Amazonas**. Manaus, AM: UFAM, 2010.
- CASTRO, R. G. C. **Impactos socioambientais causados pelas cheias extremas aos moradores da Bacia Hidrográfica Urbana do Igarapé Xidarini, médio Solimões – AM, ocorridas entre 1993 a 2018**. Dissertação. Manaus. p.117.2019.
- CLAVAL, P. C. C. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. v. 1, n. 1, 2002.
- CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n. 3, p. 005-024, 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. C.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 15-47, 2000.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FISCH, Gilberto; MARENGO, José A.; NOBRE, Carlos A. **Aspectos que caracterizam e determinam o clima da região Amazônica**. <https://www.ecodebate.com.br/> acesso em 23 out 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GRIMM, Alice M. Variabilidade Interanual do Clima no Brasil. **Tempo e clima no Brasil / Iracema F. A. Cavalcanti...** [et al.] organizadores. – São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Traduzido por Rubens Eduardo Ferreira Frias. 5ª ed. Centauro Editora, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- QUEIROZ, K. O. **Integração e globalização relativizada: uma leitura a partir de Tefé no Amazonas**. Manaus: UEA Edições, 2017.
- QUEIROZ, K. O. **Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas**. 2015. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015.
- RODRIGUES, Eubia Andreia. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do médio Solimões**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora: Hucitec. São Paulo, 1996.
- SANTOS, R. N. F. **Lugar e representação: um estudo sobre o bairro do Abial no município de Tefé/AM**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em

Geografia, Departamento de Geografia, Instituto Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2012.

SEEMANN, J. Em busca do lugar de Franz Boas na geografia cultural. **Espaço e Cultura**, n. 19-20, p. 7-21, 2005.

SILVA, A. C. C. **As cheias excepcionais e os impactos socioambientais na cidade de Tefé-AM**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2018.

SITUBA, N. S.; SANTANA, P. V. Mobilidade urbana no rio: o ir e vir das catraias do bairro do Abial ao centro da cidade de Tefé-Amazonas. **Revista Geonorte**, v. 8, n. 28, p. 145-160, 2017.

SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. (Org.). **O Lugar onde Moro: Geografia da FLONA de Tefé**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência** / Yi-Fu Tuan; tradução de Livia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL, 1983.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO 6

TRADIÇÃO, MODERNIDADE E PERIFERIZAÇÃO DA CULTURA AMAZÔNICA: A ANÁLISE DAS MORADIAS SOBRE PALAFITAS DA RUA OTAVIANO DE MELO, EM TEFÉ, AMAZONAS

Maria Glenda Araújo Ramiro
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Sandra Freitas Santos
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

A região Amazônica é marcada por processos históricos, ciclos de ocupações e desenvolvimentos econômicos que marcam as migrações, as trocas culturais, a apropriação da natureza e a formação do território. Diversos são os conflitos que se instauraram e ganharam projeções de destaque à nível global, neste que é um dos espaços geográficos mais cobiçados do mundo. O olhar global sobre o maior domínio fitogeográfico de florestas tropicas do Planeta, de dimensão aproximada de 4,2 milhões de quilômetros enfrenta transformações socioespaciais, cada vez mais significativas, ou seja, capazes de deixar cicatrizes profundas e irreversíveis neste ambiente (Ab’Sáber, 2011).

As cidades médias, como Tefé, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico da região Amazônica. Conhecida popularmente, como a princesa do Solimões, Tefé, destaca-se na região do médio Solimões por desempenhar a tida: “centralidade periférica”, conceito apresentado pelo geógrafo Dr. Kristian Queiroz (2015) em sua tese de doutorado. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente, o município detém de 73.669 habitantes (IBGE, 2022). Um crescimento populacional exponencial que diz muito da dinâmica que o município desempenha, sobretudo, nas localidades de sua órbita.

De acordo com Queiroz (2015), Tefé tem como característica ser uma centralidade periférica, devido, primeiramente, a sua posição geográfica que insere - lhe na condição de periferia, isto é, distante do centro econômico e político do país. Essa condição, ainda segundo o autor, caracteriza o papel de centralidade que a constitui por identificar que o município desempenha a função de mediadora entre as cidades pequenas e as metrópoles regionais (Trindade Jr, 2011 *apud* Queiroz, 2015, p.90). Aspectos como: “centralidade institucional

administrativa, centralidade de infraestrutura, centralidade comercial e centralidade demográfica” caracterizam as relações de fixo e fluxo que Tefê desempenha com outros municípios, tais como: Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Tonantins, Maraã e Japurá, dentre outros, responsáveis por também contribuir para o seu crescimento socioeconômico (Queiroz, 2015, p.156).

Neste contexto, atualmente, estão mais perceptíveis a influência dos interesses políticos e econômicos externos sobre a rotina das populações amazônicas. A ideia de modernidade, de progresso, de crescimento econômico vem produzindo rupturas significativas no modo de vida tradicional. A cultura amazônica é compreendida por sua interação direta com a natureza, sobretudo, com os rios e as florestas, fontes de reprodução da vida dos povos originários e dos caboclos amazonenses. Por conseguinte, a modernidade vem hibridizando – se com a tradição e impondo aqueles que vivem neste ambiente um novo modo de viver, ou seja, um modo de vida que os afasta dos fundamentos originários apreendidos como herança geracional.

Nesse sentido, a desvalorização das habitações de palafitas e dos flutuantes em detrimento da valorização das habitações de alvenaria vem modificando a concepção daqueles que habitam estas localidades. As construções de pontes de concreto, casas de alvenaria que reproduzem os modelos das casas de madeira podem ser a materialização da influência do moderno no tradicional. Sendo assim, esse termo: “moderno” designa o que é contemporâneo, “presente nos últimos decênios” (Abbagnano, 2007, p.679). Isto é, o novo, o externo, que se apresenta alterando relações socioculturais. É importante compreender que tal conflito, muitas vezes, está legitimado pelo poder público municipal que realiza intervenções que fragilizam a vida de quem habita essas áreas com projetos, inclusive, que versam pela retirada da população dos ambientes de várzea.

O interesse da população em permanecer habitando as áreas de planície de inundação (várzea) demonstra que esse ambiente propicia muito mais do que as condições de sobrevivência dessas famílias. Esse ambiente representa a identidade amazônica, ou seja, o espaço de pertencimento a esse território. Os povos das águas são referências das culturas, crenças e hábitos dos povos amazonenses, que, por sua vez, encontram nas margens de rios como Solimões, Juruá, Madeira e Rio Negro espaços de morada.

Esses povos possuem um modo de vida único, em que, a conexão com os rios e as florestas são cruciais para o desenvolvimento de seu modo de vida, o qual deriva na escolha pela habitação e pelos meios de subsistência, que tem na natureza a base de sua existência. Navarro (2022) reforça a discussão salientando que as moradias de palafitas construídas as margens de rios são comuns no continente americano. Essas habitações estão presentes nas

culturas destes povos desde um tempo profundo, o qual o autor enfatiza datar do período neolítico.

Neste contexto, compreende-se que “a relação dos seres humanos com as águas sempre foi essencial” (Pessoa, 2005, p.03). Por este ponto de vista, se defende a preservação desta convivência, uma vez que, as relações culturais são dinâmicas e para a permanência de determinada tradição, esforços devem ser despendidos para que vínculos tradicionais possam ser preservados.

No caso de Tefé, a formação socioespacial do município ocorreu de modo espontâneo, sem planejamento. Diante disso, a manutenção da tradição, da ocupação nas áreas de várzeas se dá mesclada a conflitos socioeconômicos. Segundo Rodrigues (2018), o crescimento desordenado das casas as margens dos rios e a falta de planejamento já era uma realidade desde quando o município era Vila de Ega (1541 -1854). As fragilidades que constam na atual cidade têm toda uma gênese que resultam em motivos para que essas áreas venham se tornar inapropriadas.

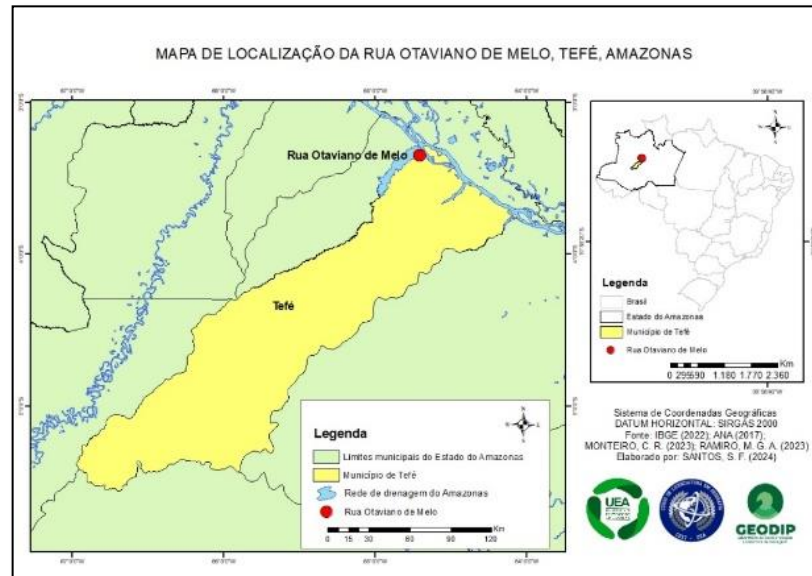
O interesse primário foi civilizar e urbanizar o território tefeense, colocando-o de acordo com os padrões modernistas da época, como a exemplo de casas de barões, comandantes e comerciantes, causando a resistência dos povos originários que permaneceram habitando e construindo casas de madeira, taipas e palafitas em quaisquer lugares da vila. As moradias de palafitas constituem o produto cultural deste processo, que desde a formação inicial do território Tefeense fazem parte enquanto modelo de habitação híbrido dos povos originários com os imigrantes que aqui chegaram.

Nesse sentido, no município de Tefé, as moradias de palafitas destacam-se margeando o igarapé Xidarini, que durante o período de cheia expande-se em volume hídrico. A relação terra-água são fundamentais para tais moradores que integrados a natureza buscam nela sua subsistência e, portanto, a convivência diária com o rio e a floresta. Exemplo de tal relação são os moradores da rua Otaviano de Melo (Figura 1), que devido as condições culturais, econômicas e sociais, construíram suas residências reproduzindo hábitos tradicionais amazônicos, mas que, infelizmente, sofrem com o projeto de periferização de suas residências, que mesmo estando localizadas próximas ao centro, não lhe são direcionadas políticas públicas eficazes que ofereçam qualidade de vida aos moradores e ambiental para fauna e flora deste ecossistema.

Em vista disso, o conceito de periferização não estará relacionado a distância dos centros políticos e econômicos, mas sim, por ressaltar o precário olhar político, social, econômico, cultural e ambiental para essas localidades. As quais, sofrem com a negligência da sociedade

tefeense e, primordialmente, do Estado, que não direciona políticas públicas eficientes para melhorar a qualidade de vida nestes ambientes, principalmente, por atender a um público pobre, carente e que necessita diretamente da natureza e, portanto, são também os principais afetados pelo desequilíbrio socioambiental da Amazônia e especificamente, na região do médio Solimões e em Tefé.

Figura 1– Mapa de localização da rua Otaviano de Melo, Tefé, Amazonas



Elaborado por: Santos, 2024.

Neste contexto, este artigo tem por objetivo geral: analisar a influência da modernidade na valorização das habitações sobre palafitas. Por identificar o crescente avanço da desvalorização do espaço, da cultura amazônica e das habitações originárias, sobretudo, aquelas que estão inseridas próximos ou sobre as águas. Para o melhor desenvolvimento deste trabalho estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: I. Entender a origem das habitações das casas de palafitas em Tefé; II. Reconhecer o sentido de pertencimento que essas residências constroem com a geografia do Amazonas; III. Identificar como a modernidade vem ressignificando as relações e as concepções sobre habitar esses espaços. Por identificar que a tradição das casas de palafitas vem sendo substituída por uma política de periferização que transforma o modelo sociocultural de habitação dos moradores inseridos as margens dos rios no Amazonas. O que levou a pensar as seguintes problemáticas de pesquisa: quais transformações geográficas impulsionadas pela modernidade vêm influenciando a tradição da habitação de palafita na cidade de Tefé? Por que esta cultura está sendo ressignificada?

Para tais questões é necessário entender que as casas de palafitas são habitações apropriadas para a preservação e desenvolvimento cultural, ambiental, social e econômico dos

habitantes dessas áreas. A valorização dessas moradias pelo poder público reduziria os problemas sociais e ambientais desses espaços, trazendo qualidade de vida e preservação ambiental para moradores deste ecossistema. Em razão disso, torna-se oportuno ressaltar a distinção entre tradição e modernidade. De acordo com Abbagnano (2007, p.966) a tradição pode ser compreendida como “Herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra”. Enquanto a modernidade, que também perpassa pelo campo da experiência humana, distingue-se por tentar unir todo o gênero humano. Inserir-lo em uma “unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: envolve-nos a todos num redemoinho perpétuo de desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (Berman, s/ano *apud* Anderson, 1984).

Sendo assim, a hipótese deste trabalho é que a divergência entre tradição e modernidade acompanha o desenvolvimento territorial de centros que são frutos do processo de colonização, como Tefé. De acordo com Rodrigues (2019) no período colonial era obrigatório por lei que as moradias de palafitas fossem modificadas para os modelos portugueses porque a tradição e o moderno não se misturavam, tanto que algumas comunidades ribeirinhas próximas da vila de Ega foram contra a essa decisão. O que evidencia o quanto é oportuno esse debate e quanto a Geografia possibilita tais reflexões.

Portanto, a discussão terá na Rua Otaviano de Melo o recorte desta investigação por possibilitar a aproximação da realidade daqueles que habitam localidades que margeiam igarapés. E que, portanto, enfrentam a dinâmica da natureza, suas transformações, percebidas durante a sazonalidade (período de estiagem e cheia), os dilemas e as bonanças de viver em casas de Palafitas.

Conforme Pessoa (2005, p. 133), as áreas inundáveis, em Tefé, sempre foram ocupadas por moradias de madeiras, consideradas palafitas. Atualmente, acredita-se que aumentou o número de famílias residentes nessas habitações de palafitas, de acordo com o último levantamento da Defesa Civil de Tefé. A quantidade de famílias são de, aproximadamente, 59. O que vem acendendo o alerta para problemáticas que colocam em risco a vida dos moradores, uma vez que, o descaso do poder público e a falta de uma educação ambiental tem construído um cenário complexo onde a presença de resíduos sólidos e líquidos e doenças de cunho sanitário vem precarizando a existência dos moradores dessas comunidades.

Sendo assim, em meio aos cenários desesperançosos, os moradores insistem em permanecer ocupando essas áreas mesmo com os riscos que emergem. A possível explicação para tal permanência está no sentimento de pertencimento que este lugar constitui na cultura do amazonense. Portanto, torna-se imprescindível um olhar cuidadoso para esses ambientes que

configuram a identidade do povo amazônico, tendo em vista, o conflito que se instala com a imposição da modernidade sobre essas moradias. Haja vista que, “ninguém está fora dos padrões da globalização” (Queiroz, 2015, p.21), entretanto, é possível resistir às investidas da modernidade lutando pela dignidade de viver e morar em conformidade com o meio que traz sentido a existência dos povos no Amazonas.

Nesta perspectiva, o trabalho foi desenvolvido seguindo os seguintes procedimentos metodológicos: primeiramente, revisão bibliográfica, que consistiu no levantamento de trabalhos que versassem pela discussão sobre a formação territorial de Tefé, as moradias de palafitas no Amazonas e do entendimento dos conceitos: tradição, modernidade e periferização, os quais, foram pensados a partir das leituras dos livros, como o de Moraes (2011), que tornou-se abordagem fundamental para interpretação desta realidade; Queiroz (2015) responsável por subsidiar a construção da leitura histórica e econômica da cidade de Tefé; Porro (1940) que forneceu a excelente discussão sobre os povos habitantes das margens dos rios no Amazonas; Rodrigues (2020) e Pessoa (2013) com argumentos sobre a cidade de Tefé no período colonial.

No segundo momento, centrou-se no levantamento cartográfico, documental e fotográfico. Para tanto, utilizou-se das ferramentas do geoprocessamento: *Environmental Systems Research Institute* (ARCGIS) para a confecção do mapa de localização da área de estudo. Os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as imagens de satélites no Google Earth Pro (2024). Além, da realização das atividades campos que possibilitaram realizar diversas visitas à Rua Otaviano de Melo para verificação de dados e construção da análise espacial. Foi realizada uma visita a defesa civil da cidade de Tefé com a intenção de buscar informações sobre área de estudo. Desse modo, foram elencadas as etapas da pesquisa. Essa que é considerada qualiquantitativa. E, por último a sistematização dos resultados encontrados.

REFERENCIAL TEÓRICO

As habitações sobre palafitas e o contexto da formação territorial de Tefé, Amazonas

A Amazônia encanta por suas particularidades, as quais não estão restritas à admiração aos aspectos físico-naturais. Elas perpassam por considerar o modo como as sociedades originárias ocuparam, se relacionaram e construíram sentido as suas existências, mesmo entre os entraves substanciais que interferiram nas culturas daqueles que nesta localidade habitavam. Nesse sentido, percebe-se que as habitações sobre palafitas no Amazonas apresentam uma

conotação diferente das que são identificadas em outras partes do território brasileiro, sobretudo, nas áreas urbanas.

Navarro (2022) sabiamente fez essa observação, ao pontuar que esse tipo de habitação, além de ser antiga, representa o modo como povos tradicionais optaram por ocupar áreas alagáveis, como às várzeas de floresta tropical. Portanto, repleto de identidade e valorização cultural, por ser um ambiente atrativo para o desenvolvimento da vida, por ofertar o acesso aos peixes, ao rio e a floresta. Condição diferente dos grandes centros urbanos, onde essas habitações denunciam às desigualdades socioespaciais, à pobreza, a negligência política e econômica, dentre outros aspectos.

Com a expansão do processo de colonização para a Amazônia, a lógica do ordenamento territorial pelos agentes europeus ganhou ainda mais intensidade, pois visava-se o estabelecimento das fronteiras e da integração nacional, enquanto parte da gênese da formação de um país e do reconhecimento de suas transformações, ao longo do espaço-tempo. A periodização histórica, a influência do meio político, a dominação e estruturação da hierarquia socioespacial constituem elementos da análise territorial (Moraes, 2009).

Desse modo, Moraes (2011, p.17), define que: “a formação territorial desenha-se como um objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas”. Sendo assim, o território passa a ser um caminho de investigação da formação histórica. Tendo em vista, que a herança colonial pode ter sido, a primeira grande manifestação de desvalorização da tradição amazônica, para que, emergisse o novo território sob a lógica da valorização colonial do espaço.

Portanto, a valorização colonial do espaço dar-se-á pelo valor de uso e valor de troca. Os quais, consistem na distinção do valor no espaço e do valor do espaço. De acordo com Moraes (1984, p.123-124), o valor do espaço equivale ao valor intrínseco, a um elemento que não foi produzido pelo trabalho humano, ou seja, é “riqueza natural”. Entretanto, a partir do reconhecimento do valor do espaço define-se a possibilidade de um valor no espaço.

“[...] o espaço, aqui, a despeito de conter valor prévio, não ultrapassa a função de mero palco de processos que nele ocorrem, ou, em outras palavras, como substrato da vida material. Nesse caso, desenvolve-se sobre ele uma teia complexa de relações sociais de produção, não diretamente espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre. O espaço terrestre apresenta uma série enorme e complexa de fenômenos naturais e sociais que se estendem sobre o espaço concreto. A espacialidade, então, não pertence à esfera deste ou daquele lugar, mas é uma característica imanente de qualquer processo, seja ele social ou natural. Nesse sentido não cabe uma

ontologia do espaço, pois este é um atributo dos seres e não um ser. A espacialidade, enquanto atributo, está contida em todo processo de criação de valor”. (Moraes, 1984, p.128)

Nesta perspectiva, o território de Tefé foi constituído. Em meio, a uma grande disputa entre Espanha e Portugal. O município de Tefé localiza-se na margem esquerda do rio Solimões, na região denominada Médio Solimões, no interior do Estado do Amazonas. O nome Tefé deriva da palavra tapi que significa fundo em “Tupi”. Nos primórdios da formação territorial, a cidade foi reconhecida como sítio ou missões e, posteriormente, vila de Ega. Na categoria de sítio, a ocupação estava centrada pela presença dos povos originários das etnias: curuziraris, omáguas, jurimaguas e aisuares. Com o avanço do processo de colonização, os religiosos tornaram a localidade uma base expansionista, que possibilitou acesso a outras localidades circunvizinhas. O crescimento da cidade levou-a a ser classificada como vila de Ega (1541 a 1854) por meio da criação de povoações/aldeias pelos espanhóis e posteriormente, pelos portugueses, como uma forma de controlar e gerir o território. No século XIX, em 15 de junho de 1855, através da lei nº 44, a vila é elevada à categoria de município (Queiroz, 2015).

A cidade de Tefé cresceu às margens do Rio Tefé e do igarapé Xidarini. De acordo com Porro (1995, p.19) “desde 1000 a.C. até 1500 d.C., os povos originários vêm ocupando as margens dos rios Amazônicos”. Uma inter-relação que construiu costumes, hábitos e crenças, que durante o processo de territorialização entrelaçou-se de modo conflituoso, com outras culturas. Sendo assim, no passado, o governo português e a igreja Católica buscaram impor uma nova forma de organização espacial, ditada pelos parâmetros da metrópole, intitulado, aldeamento (figura 2). Esse modelo tinha a finalidade favorecer o acultramento dos povos originários, sobretudo, de crianças através da prática do proselitismo.

Figura 2 – Representação espacial do aldeamento católico em Tefé.



Fonte: Castro, 2019.

Segundo Porto (2011), a ocupação da cidade de Tefé se deu de forma desigual. As preferências pelas áreas de terra firme, atualmente, ocupadas pelo centro urbano de Tefé, foram no passado desejadas e ocupadas por comandantes, militares, comerciantes e barões. Enquanto, as populações mais carentes foram direcionadas para os setores onde a dinâmica fluvial encontrava-se mais presente, como as áreas de várzea. Para Correa (1986) as áreas periféricas são formadas por grupos de pessoas de pouco poder aquisitivos, sempre inseridos em locais alagadiços e sujeitas à riscos ambientais.

Neste contexto, desde que Tefé era Vila de Ega diversas foram as tentativas de “modernizar” as casas de palafitas incentivando a troca dessas residências por construções de alvenaria. De acordo com Queiroz (2016), em visita a vila, os Alemães Johan Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Philip Von Martius, por volta de 1819, descrevem-na ressaltando, justamente, a estrutura moderna da cidade.

“[...] as casas da vila de tefe, numa rua ao longo da margem, são todas de pavimentos só construídas em taipa, como venezianas de madeira as janelas em vez de vidraças, e cobertas de folhas de palmeiras. Só pelo tamanho e pelas fechaduras das portas é que se diferenciam das choças que tínhamos visto em algumas aldeias de índios. Elas formam uma rua irregular, ao longo da margem do lago, algumas viradas de la para dentro e formando praças livres em volta da igreja e da casa do comandante militar” (Queiroz (2016, p.57) *apud* Spix e Martius (1976, p.160/161).

Essa descrição também pode ser vista na ilustração (figura 3) do naturalista, Jacques Burkhardt, o qual descreve Tefé seguindo a mesma lógica dos alemães, ou seja, ressaltando a espacialidade construída pelos colonizadores. Entretanto, na imagem, também é possível localizar elementos da tradição originária. O hibridismo cultural marca a formação territorial. A posição das casas próximas as margens do lago e as canoas desenhadas remetem à origem indígena, ou seja, ao modo de vida originário.

Nesse sentido, Said (2011) chama a atenção para a relação entre cultura e imperialismo e como ambas, na experiência imperial moderna, manifestam-se validando e moldando o modo como a sociedade se identifica, se relaciona e valoriza de modo desigual o espaço geográfico que habita. Assim, a desvalorização dada a casas sobre palafitas, em Tefé, está relacionada a “maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções de presente” (Said, 2011, p.36).

Figura 3 - Ilustração de Jacques Burkhardt de Tefé, em 1865.



Fonte: Freitas, 2001.

Nesse sentido, a modernidade, no contexto do movimento histórico, avança sobre o território de Tefé inserindo novos padrões de desenvolvimento e organização espacial para o município. De modo, desigual e combinado, as ações políticas-administrativas vão se propagando e aperfeiçoando o aculturamento e o distanciamento das bases originárias. A cultura tradicional passa a ser negada e desvalorizada. O olhar descuidoso para as áreas ribeirinhas é uma realidade que vem ressignificando as relações dos moradores de áreas de várzeas. A concepção de uma área periférica emerge para uma localidade que se encontra próxima ao centro urbano de Tefé.

A classificação de periferia indica à carência de políticas públicas, de planejamento, de infraestrutura urbana, de problemas ambientais, de acesso à qualidade da água encanada e de energia elétrica (Correa, 1986). Uma realidade possível de ser acompanhada na rua Otaviano de Melo, que pela sua condição no ambiente urbano está sujeita aos percalços socioambientais.

Pensar as habitações sobre palafitas na região Amazônica perpassa por considerar o papel importante da floresta como meio para o desenvolvimento da vida, uma vez que, é fornecedora de matéria prima para a construção de moradias. As moradias em casas de palafitas são resultado da cultura amazônica, possíveis de serem compreendidas nas pequenas, médias e grandes cidades do interior e da capital Manaus.

De acordo com Castro (2019, p.19) “as cidades amazônicas, historicamente, se estruturaram ao longo dos rios e lagos desta bacia hidrográfica, de forma que este traçado urbanístico é uma herança do período de conquista e colonização do território Amazônico”. As moradias sobre palafitas (figura 5) são estruturas elevadas construídas sobre estacas e projetadas para enfrentar à sazonalidade da Amazônia.

Figura 5 – Representação das moradias de palafitas em Tefé, Amazonas, no período da estiagem, em 2023



Fonte: Ramiro, 2023.

Nessas residências é possível acompanhar tal dinâmica, pois as águas deixam marcas, níveis que representam o seu alcance. Geralmente, são reconhecidas como moradias anfíbias, devido a sua adaptação as dinâmicas hidrográficas. Pessoa (2005, p. 120), afirma que entre os anos de 1960 e 1970, o número de casas de madeiras, em Tefé, era entorno de 131 residências. Essas que estão localizadas na periferia do centro da cidade, ou seja, na área de várzea, onde a sazonalidade impacta diretamente as moradias ali construídas. Por isso, o autor ressalta a importância das estruturas de madeira para a confecção das residências, tendo em vista a facilidade de manutenção, ao invés da estrutura de alvenaria, cujo valor torna-se exorbitante aos padrões sociais da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os desafios enfrentados pelos moradores da Rua Otaviano de Melo no contexto da modernidade periférica em Tefé, Amazonas

Com base no entendimento de que a cultura é um produto social (Laraia, 1986), optou-se por analisar os dilemas enfrentados pelos moradores da Rua Otaviano de Melo considerando que as transformações do sentido cultural dado à essas moradias estão associadas aos processos e formas espaciais que a sociedade tefeense vem ressignificando, ao longo, do movimento histórico. Corrêa (2000, p.31), explica que a organização espacial é resultado das relações da “sociedade concreta que cria o seu espaço geográfico para nele se realizar e se reproduzir, para ela própria se repetir”. Sendo assim, é nos terrenos baixos, relativamente, planos e próximo ao igarapé Xidarini que se encontra a Rua Otaviano de Melo. Uma localidade, que ao longo dos anos, vem expandindo-se sem o devido suporte do governamental. As figuras 6 e 7 indicam tal preposição ao apresentar a evolução da expansão da área, cujo investimento público não acompanha tal crescimento.

Figura 6 e 7 - Evolução da ocupação da Rua Otaviano de Melo, em 2004 e 2024.



Fonte: Google Eart Pro, 2024. Elaborado por: Rabelo e Santos, 2024.

Os dilemas estruturais enfrentados por tais moradores perpassam por dois cenários: primeiramente, no contexto da seca, no qual, a redução dos índices de precipitação acarreta a concentração de resíduos sólidos abaixo das residências, o aumento do risco da altitude das palafitas que sustentam o alicerce das residências, devido, a possibilidade de acidentes com os moradores, sobretudo, de crianças que brincam e correm sobre as pontes improvisadas. A ausência de saneamento básico que nesse cenário onde a drenagem não está presente agravam-se as condições sanitárias dos moradores por terem os dejetos domésticos expostos abaixo das suas residências, o que atrai insetos, roedores, aves e consequentemente doenças, sobretudo, intestinais.

Figura 8/9 - Ausência de saneamento básico na Rua Otaviano de Melo, Tefê, Amazonas



Fonte: Ramiro, 2023.

No período das altas pluviosidades, a retroalimentação hídrica favorece a expansão da vazão do igarapé do Xidarini e a inundação da área de várzea. Nesse cenário, os moradores enfrentam dificuldades referentes ao acesso à água potável, a poluição da drenagem, em decorrência, dos resíduos sólidos e líquidos e com a cheia emergem flutuando em meios as residências. Ainda, nesta fase, a perda de bens materiais, a exemplo, móveis e eletrodomésticos

são constantes, pois com os avanços dos níveis das águas, as casas tornam-se vulneráveis as inundações.

Figura 10 - Pontes de madeira como improviso no período de enchente



Fonte: Defesa Civil, 2022.

Situação que exige dos moradores a construção de pontes improvisadas, o soerguimento do piso das casas para níveis mais altos, além do alerta para a aproximação com a fiação elétrica (figuras 11 e 12). Esta que é construída de modo precário e desorganizado, o que provoca preocupações nos moradores que temes casos de incêndios nas suas residências e de seus vizinhos, uma vez que, o limitado espaço, a grande concentração de residências e as estruturas de madeira tornam-se combustíveis para um cenário desolador caso ocorra uma situação deste tipo. Habitar esse ambiente também exige a convivência com os fortes temporais, que nesses períodos tornam-se mais constantes. A intensidade da chuva, os fortes ventos provocam banzeiros que afetam as estruturas das palafitas, a destruição de casas, a falta de energia, o aumento da temperatura interna e a perda total da residência.

Figuras 11 e 12: Distribuição da fiação elétrica na Rua Otaviano de Melo



Fonte: Ramiro, 2023.

Nestes cenários, notou-se algumas intervenções, pontuais, na Rua Otaviano de Melo por parte do poder público municipal. A construção de pontes de concreto (figura 13) e, pela Defesa civil de Tefé, o apoio material para famílias que precisam, na cheia, de madeiras para o reparo de suas casas (figura 14), cestas básicas e auxílio vale enchente no valor de 300 reais. A prefeitura, em tempos passados, efetuou propostas que visou a retirada dos moradores desta localidade, sem sucesso. O retorno da população para as margens do igarapé Xidarini ocorreu logo depois de tal ação.

Figuras 13 e 14 - Intervenções da prefeitura municipal de Tefé na rua Otaviano de Melo: construção de ponte de concreto e cadastramento para o recebimento de madeira



Fonte: Ramiro, 2024; Defesa Civil, 2022.

Sendo assim, percebeu-se que mesmo enfrentando tamanhas dificuldades para habitar o ambiente de várzea, em uma cidade média, como Tefé, a população que reside na Rua Otaviano de Melo, em sua maioria, deseja continuar residindo nesta região da cidade. A justificativa para tal permanência versa pela facilidade de acesso ao centro comercial, aos espaços de trabalho, ao rio, lago e igarapé, pois muitos moradores são pescadores e agricultores, e, portanto, ex-moradores de comunidades ribeirinhas, Além da identidade cultural com as águas. Essa que se mantém resistente, em meio, as investidas modernizantes de desvalorização desta localidade e consequentemente, da tradição dos povos das águas no Amazonas.

A busca por melhores condições de moradia para esta localidade é o desejo daqueles que residem na Rua Otaviano de Melo. Tendo em vista, as diversas possibilidades de se pensar e executar ações voltadas para o planejamento ambiental e urbano desta localidade, uma vez que, o desejo de permanecer supera as ações impositivas de suas retiradas. As figuras 15 e 16

evidenciam as necessidades de estudos que pensem, não somente, as moradias sobre palafitas, mas sim, a totalidade e complexidade que o ambiente de várzea suscita.

Figuras 15 e 16 - Final da Rua Otaviano de Melo e integração com o ponto de catraia



Fonte: Ramiro, 2023.

O convívio com os flutuantes, com residências que reproduzem o modelo de palafitas, mas que são construídas de concreto, bem como as vegetações aquáticas, animais e demais organismos precisam ser mais bem observados no conjunto deste cenário. Além, da circulação de pessoas e mercadorias que se dá pelo ponto de catraia que está localizado na margem direita da Rua Otaviano de Melo. Um importante ponto de acesso da população a outros bairros de Tefé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos estabelecidos, a pesquisa desenvolvida conclui que a cultura amazonense passa por transformações profundas na forma como ocupa as áreas próximas a corpos hídricos. Assim, mesmo com as investidas inevitáveis da modernidade, a tradição da construção de casas sobre palafitas permanece enquanto alternativa de pertencimento aos espaços geográficos da região e, sobretudo, dos espaços urbanos. Onde a organização socioespacial manifesta-se de acordo com o valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, as áreas de várzeas tornam-se mais acessíveis aqueles que são socialmente vulneráveis.

Dessa forma, a fragmentação e a segregação de bairros, localidades e comunidades deve ser combatida, a fim de, buscar uma equidade nos padrões de habitação e respeito as formas ancestrais de viver em contatos com as águas amazônicas. A tradição é um elo cultural com o movimento originário daqueles que habitaram primeiramente esse espaço geográfico e, portanto, constituem parte da memória territorial deste lugar. As políticas públicas devem versar pela valorização destas localidades e incentivar através de projetos, pesquisa, estudos

interdisciplinares e do diálogo com a comunidade, a melhor maneira de habitar esse ambiente na seca e na cheia, ou seja, o melhor modo de conviver neste ecossistema.

REFERÊNCIAS

AB SÁBER, Aziz Nacib. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2011.

CASTRO, Raiane Gonçalves. **Impactos socioambientais causados pelas cheias extremas aos moradores da bacia hidrográfica urbana do Igarapé Xidarini, Médio Solimões, Amazonas, ocorridos entre 1993 a 2015**. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. Editora: Ática, São Paulo, 1986.

FREITAS, Marcus Vinicius de Freitas. **Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial 1865-1878**. Editora: Metalivros. São Paulo, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **1932. Cultura: um conceito antropológico**. 1ª edição. Editora: Zahar, Rio de Janeiro, 1986.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2ª edição. Editora: Amablume, São Paulo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. Editora: HUCITEC, São Paulo, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil**, Editora: HUCITEC, São Paulo, 2002.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa Dávila dos Tupebas – Tefé**. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 2005.

PORRO, Antonio. 1940. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1995.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Integração e globalização relativizada: uma leitura a partir de Tefé no Amazonas**. Manaus: UEA Edições, 2017.

RODRIGUES, Eubia Andréa (Org.). **Geografia urbana e ensino de geografia: olhares, reflexões e ações**. Curitiba: CRV, 2020.

SAID, Edward. W. **Cultura e Imperialismo**. Editora: Companhia de Bolso. São Paulo, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. Editora: UNESP, São Paulo, 2004.

CAPÍTULO 7

A INFLUÊNCIA DA DINÂMICA DA NATUREZA NA COMUNIDADE DO BOIADOR, FONTE BOA, AMAZONAS: UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA CAPACIDADE ADAPTATIVA DOS RIBEIRINHOS

Daiane Nunes Monteiro
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

Sandra Freitas Santos
Universidade do Estado do Amazonas – CEST/UEA

INTRODUÇÃO

A relação sociedade e natureza caracteriza o objeto de estudo da ciência Geográfica. Essa que é a área do conhecimento voltada para compreender as relações espaciais percebidas no ambiente concreto e analisadas considerando as contradições que são inerentes deste processo que a constitui. Os estudos geográficos estão, cada vez mais, direcionados para entender a complexidade desta relação, no que tange, a problemática ambiental. Tão emergente na contemporaneidade. Dessa forma, o convite a responsabilidade de todos com o ambiente em que vivemos faz parte da função da ciência geográfica, “que se preocupa com o espaço socialmente construído e reconhece que os lugares constituem síntese de combinações indissociáveis entre natureza e sociedade” (Cardoso et al. 2020, p.10).

O fator sociocultural versus o físico-natural aparentemente vistos como dicotômicos precisam ser compreendidos de modo relativo-relacional, uma vez que, os respectivos sistemas abertos interferem e sofrem as interferências das suas correlações que são identificadas, ao longo do espaço-tempo, de modo, complexo e conflituoso.

Desse modo, a produção e reprodução da vida para além das bases existenciais vêm configurando um cenário de muitas dificuldades para as comunidades tradicionais, cuja relação com a natureza apresenta-se integralmente correlacionada. O acesso precário às políticas públicas e, muitas vezes, o distanciamento dos centros urbanos coloca-os em condições limitadas de acesso às técnicas e tecnologias, ao ensino e a ciência. Um cenário que evidencia as difíceis condições dos povos originários, ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, seringueiros, dentre outros povos tradicionais.

Entretanto, o que não lhes falta é a capacidade de adaptar-se a dinâmica da natureza, para assim, permanecer nos seus respectivos territórios. A área de estudo está situada na região do médio Solimões, intitulada comunidade do Boiador, a qual está localizada no município de Fonte Boa, na zona rural, um lugar situado no ambiente de Várzea onde os fenômenos, como, das terras caídas, causam cenários desafiadores para os moradores do Boiador. Neste contexto, a compreensão das leis da natureza, bem como, da dinâmica socioambiental que forma e interage com o ambiente de Várzea são cruciais para a realização deste trabalho.

É, nesse cenário, que a problemática da pesquisa foi elaborada, sendo que a dinâmica da natureza na Amazônia destaca-se por ser um importante agente transformador da paisagem na região, uma vez que, a forte vazão dos rios, os altos índices pluviométricos, a qualidade do solo, a vegetação densa e a grande biodiversidade biológica que a constitui expressa a difícil e prazerosa tarefa de habitar esse lugar. Neste contexto, os ribeirinhos enfrentam cenários distintos ao longo do ano. Os períodos de cheia e seca configuram realidades que exige daqueles que escolhem habitar as áreas de várzea, a capacidade de adaptar-se a tais quadros. Nesse sentido, quais são as realidades vividas pelos ribeirinhos da Comunidade do Boiador no período de cheia e seca na várzea amazônica?

Segundo Christofletti (1980, p. 75), as planícies de inundação, conhecidas como várzeas na toponímia popular do Brasil, constituem a forma mais comum de sedimentação fluvial encontrada nos rios de todas as grandezas. A designação é apropriada porque nas enchentes toda essa área é inundada, tornando-se uma extensão do leito do rio. Conforme Duarte et. al (2018, p. 200), “a várzea amazônica é formada por inúmeros processos geomorfológicos, dentre os quais destaca-se o fenômeno das terras caídas, que é um processo fluvial característico dos rios que formam a bacia amazônica”. Sendo assim, reforça-se que no verão, o volume das águas do rio atinge o nível mais baixo tornando visível extensas praias situadas ao longo do seu curso. No inverno, período das chuvas, o nível das águas atinge o volume máximo ampliando o leito do rio que cobre as áreas de terras mais baixas.

Um contexto que evidencia a importância da paisagem enquanto categoria geográfica central desta investigação, por possibilitar compreender as transformações sazonais e de acessar o modo como os moradores da Comunidade do Boiador se relacionam com o meio. A convivência com o meio natural para os povos tradicionais é uma prática de bases geracionais, ou seja, é construída sob saberes compartilhados de geração para geração. Logo, a paisagem é “herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (Ab’Saber, 2003, p. 09).

Neste aspecto, o interesse pelo estudo deste ambiente e especificamente, da realidade da Comunidade do Boiador (Figura 1) que não está distante das necessidades de outras comunidades ribeirinhas amazônicas que convivem e se adaptam as transformações impostas pela natureza para que continuem habitando este ambiente.

Figura 1 – Mapa da localização da Comunidade do Boiador, Amazonas



Fonte: Google Earth Pro, 2024; IBGE, 2022; MONTEIRO, C. N., 2023.
Elaborado por: SANTOS, S. F., 2024.

É relevante mencionar que a pesquisa foi realizada considerando o seguinte objetivo geral: analisar a capacidade adaptativa da comunidade do Boiador à dinâmica da natureza. E para alcançar tal objetivo elaborou-se os seguintes objetivos específicos: A) entender a dinâmica da natureza no entorno da comunidade do Boiador; B) reconhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos nos períodos de altas e baixas pluviosidades; C) identificar as estratégias de adaptação adotadas pelos ribeirinhos para conviver com a dinâmica da natureza.

Neste contexto, os estudos geográficos voltados para o entendimento da interrelação sociedade e natureza na região do médio Solimões ainda são escassos. A partir da busca por artigos e livros, constatou-se poucas produções desenvolvidas sobre o tema estudado. Além de serem trabalhos elaborados por pesquisadores externos a região amazônica, uma realidade que não se configura como um problema, mas que evidencia a necessidade de termos a maior participação de pesquisadores amazônicos fortalecendo o entendimento do espaço geográfico da região, a fim de, trazer para o debate contribuições que versam pela associação entre o conhecimento científico e o do lugar, o qual está relacionado a experiência do vivido.

No que tange aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi dividida em três momentos. No primeiro momento, realizou-se a coleta de dados bibliográficos sobre o tema proposto. As leituras de obras e artigos como o de: Ab'Saber (2003); Christofolletti (1936); Suertegaray (2014), possibilitaram compreender o conceito de paisagem e da dinâmica da natureza no Amazonas. No segundo momento, realizou-se atividade de campo na comunidade do Boiador com o intuito de observar os processos da natureza e aplicar um sucinto questionário aos moradores, a fim de, compreender a origem, o movimento e os dilemas enfrentados por eles nos períodos de seca e cheia. A visita a comunidade foi realizada durante os anos de 2023 e parte de 2024, como pode ser visto no quadro 1. Nesta perspectiva, foram selecionados três moradores, sobretudo, os idosos, devido, a experiência com o convívio com os processos naturais da região. Suas contribuições foram essenciais para o avanço do trabalho, os registros coletados são fontes primárias importantes de serem trabalhadas.

Quadro 1 - Datas do trabalho de campo

Campo	Data
Campo I – Reconhecimento da área de estudo	21/ 05/2023
Atividade de campo	14/09/2023
Fotografia do campo	25/09/2023
Aplicação de questionário	10/04/2024

Elaborado por: Monteiro, D. N. (2024); Santos, S. F. (2024)

Posteriormente, foram coletadas fotografias e realizado o georreferenciamento da comunidade e do seu entorno utilizando o aplicativo Geo tracker, com a finalidade de reconhecer o limite territorial da comunidade do Boiador. A partir dessas informações confeccionou-se mapas temáticos que contribuíram para a espacialização dos dados da natureza na localidade. As fontes utilizadas para a obtenção dos dados cartográficos foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); INPE/Topodata; Agência Nacional das Águas (ANA); USGS. Esses dados foram tratados utilizando o Sistemas de Informações Geográficas (Arcgis). Com a confecção da base cartográfica foi possível observar, ainda mais, a relação da natureza com a população ribeirinha nos períodos de seca e cheias, além de propiciar a construção da parte descritiva e interpretativa de dados importantes para a pesquisa na comunidade do Boiador, ou seja, descrever com detalhe a realidade e interpretá-la a partir do olhar geográfico, para assim, confeccionar o artigo.

A comunidade do Boiador é um exemplo da vivência nas várzeas e da importância do modelo de vida dos ribeirinhos para a preservação da Amazônia. Entretanto, a precariedade das condições de vida e de moradia eficazes para prevenir, conviver e diminuir os impactos das

relações sociedade e natureza nesta região precisam ser mais bem observada pelo poder público. Por isso, a hipótese da pesquisa versa por identificar que a limitada disponibilidade de áreas para as construções de moradias e a tradição das famílias amazônicas de habitar nas margens dos rios leva-os a adaptarem a dinâmica da natureza para conseguir permanecer habitando neste ambiente.

Portanto, os dados contidos nesta pesquisa foram coletados, a partir das características acima mencionadas. Buscou-se apresentar de maneira clara, as intencionalidades deste artigo dando ênfase a relevância deste estudo para a comunidade do Boiador, a ciência geográfica e toda a sociedade amazônica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A dinâmica da natureza na área de várzea: o ambiente geográfico da comunidade do Boiador

Como dito anteriormente, a Comunidade do Boiador (figura 2) encontra-se localizada na zona rural do município de Fonte Boa - Amazonas. O nome faz menção a oferta de peixes que, abundantemente, boiavam sobre a drenagem localizada em frente a comunidade. Essa que se originou de populações ribeirinhas que para lá se deslocaram. Observa-se que muitos dos seus moradores são adeptos de práticas tradicionais, como a agricultura e a pesca, herdadas dos antigos povos originários da Amazônia e da hibridização com outras populações que migraram para a região, há exemplo, dos nordestinos. Em suma, a referida comunidade tem uma história rica e significativa, marcada por desafios e conquistas.

A comunidade foi fundada por famílias que buscavam melhores condições de vida, porém acabaram se estabelecendo-se em uma área de difícil acesso. Uma condição que, inicialmente, dificultou o seu desenvolvimento. No entanto, a resiliência e a união dos moradores foram fundamentais para superar as adversidades. A história da comunidade foi marcada por mobilidades constantes das casas provocadas pelas ações da natureza em decorrência do fenômeno das terras caídas, um evento natural que marca, profundamente, as transformações da paisagem desta região.

Figuras 2 – Comunidade do Boiador, localizada na zona rural do município de Fonte Boa – Amazonas



Fonte: USGS Earth Explorer. Monteiro, C. N (2023). Elaboração: SANTOS, S. F. (2024).

Desse modo, pensar a dinâmica da natureza exige reconhecer que este conceito denota naqueles que se debruçam sobre este tema o entendimento de que: movimento, dinâmica, transformação e mutação são características fundamentais para a sua percepção. Esses conceitos acompanham as formulações do pensamento científico moderno, sobretudo, após Bacon, Descartes, Newton, Humbolt e Darwin. Importantes intelectuais do pensamento ocidental europeu que transformaram a concepção de natureza, anteriormente, posta pela igreja católica, a qual, tinha Deus, como criador transcendental.

Nesta fase, a Natureza é concebida como externa ao homem: rios, florestas, aves, rochas, dentre outros, componentes estariam subordinados a mediação humana. Uma perspectiva que Fontenele (2013) e Springer (2010) descrevem considerando o aporte ideológico cristão, filosófico, científico e econômico que tornam a concepção de natureza recurso no período mercantil/industrial. Sendo assim, a compreensão da Natureza como meio de vida estaria relacionada:

As sociedades, ao reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com a natureza, as quais, em meio ao desenvolvimento histórico desvendam a objetividade e a materialidade dessas relações em suas sociedades ao produzirem e reproduzirem sua condição material de existência fazem como unidade com dois elementos: valor de uso e valor de troca (Fontenele, 2013, p.36).

Desse modo, a Comunidade do Boiador constrói a sua existência devido ao valor de uso e o valor de troca que a floresta Amazônica constitui. Segundo Fontenele (2013, p.36), “o valor de uso da natureza, como meio de vida, tem-se como uma propriedade da riqueza independente de sua forma histórica”. Já, o valor de troca, está relacionado à “determinação histórica (mercantil) bastante clara, que com o advento do capitalismo a natureza passou a ser entendida como recurso, fonte inesgotável de lucro”. Logo, compreende-se que apesar das transformações pelas quais a natureza na região Amazônica passou e passa, as potencialidades que esta riqueza permite acessar e reproduzir em forma de produtos para a subsistência de ribeirinhos talvez seja o impulso para permanecer neste território.

Sendo assim, a dinâmica do maior domínio fitogeográfico de florestas tropicais remanescentes do planeta é complexa e por isso, precisa de um olhar atento as suas transformações. Considerando o livro: “Ecossistemas do Brasil”, escrito por Aziz Ab’Sáber (2011), o autor destaca a rica biodiversidade deste ecossistema e ressalta a importância e necessidade de melhor preservação por parte dos brasileiros, por evidenciar o quão complexo e difícil é alcançar o equilíbrio ambiental.

A comunidade do Boiador encontra-se inserida na grande planície do Solimões, um ambiente, onde as Terras baixas, sofrem com as inundações de seus terraços, devido, ao padrão fluvial que se altera conforme a dinâmica pluviométrica deste setor da Amazônia. Esse ambiente é também conhecido como várzea. Segundo Guerra (2010, p.633), a várzea é caracterizada pelos seus: “Terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens dos rios”. Esse ambiente, também classificado por Aziz Ab’Sáber (2011, p.74) como: “Terraços ribeirinhos”, justamente, por ser, predominantemente, ocupado por esses grupos tradicionais, que considera o ambiente de várzea apropriado para sua ocupação.

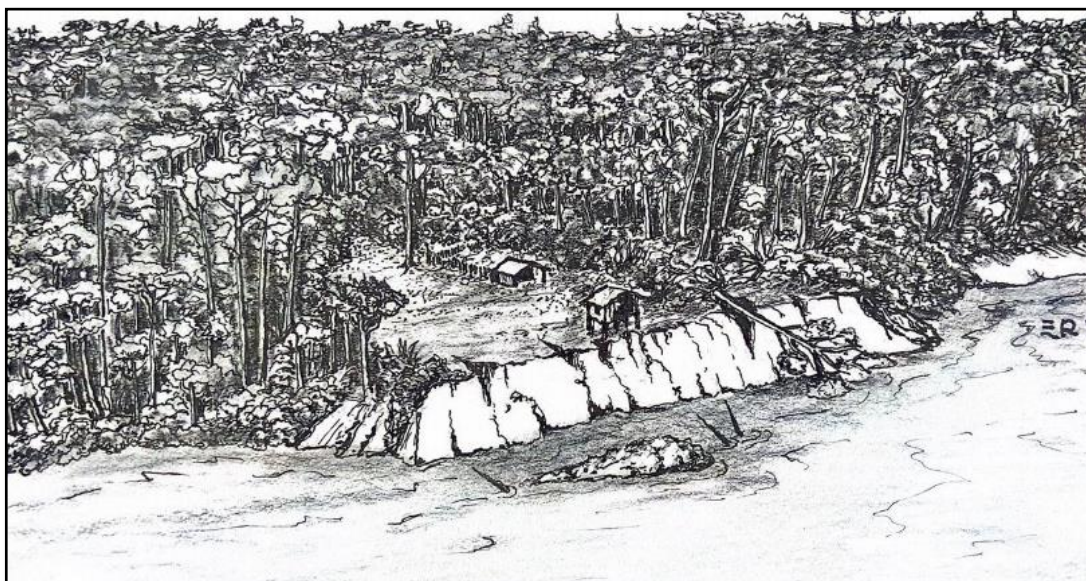
Sendo assim, é neste lugar que a população constrói suas casas e desenvolve-se as relações culturais e de trabalho, bem como, manifesta-se os riscos do convívio com os corpos d’águas. O geógrafo Ab’Saber (2003) ainda salienta que a escolha dos ribeirinhos por essa área acontece devido à:

A fertilidade das terras ribeirinhas: as planícies fluviais dos rios brancos são tidas como mais férteis, e seus lagos mais piscosos, pois a matéria orgânica depositada pela dinâmica dos rios sempre facilitou o plantio para a subsistência e comercialização do caboclo amazônico. A maior parte da rede hidrográfica da Amazônia brasileira é constituída por rios de planície (Ab’Saber, 2003, p. 70).

Segundo Christofolletti (1980, p.76), “a planície de inundação é a faixa do vale fluvial composto de sedimentos aluviais, bordejando o curso de água e periodicamente inundada pelas águas de transbordamento provenientes do rio”. Esta dinâmica é responsável pela manifestação do fenômeno das Terras Caídas, que nada mais são, do que o solapamento da vertente do relevo pela força da vazão do rio. Esse fenômeno, predominantemente, é identificado no período de cheia.

De acordo com Suertegaray e Rossato (2014, p. 54), Terras Caídas (figura 3) é o “movimento coletivo de massas de terra marginais aos cursos d’água”. Portanto, causam danos consideráveis aos ribeirinhos que são, muitas vezes, surpreendidos com a retirada rápida de extensas faixas de terra, as quais afetam “moradias, roçados e currais”, além de transportar sedimentos para o leito do rio formando assim, ilhas flutuantes, que são desestruturadas pela dinâmica das águas fluviais”.

Figura 3 – Representação do fenômeno das Terras Caídas na região Amazônica



Elaborado por: Suertegaray (2012) e Bellanca (2014).

O rio Solimões apresenta grandes dimensões, forte correnteza e águas barrentas, as quais, transportam grandes quantidades de sedimentos. Além disso, é conhecido por seu regime de cheias e vazantes sazonais, que influenciam diretamente na vida das comunidades ribeirinhas que dependem dos recursos naturais do rio para suas subsistências. Essas comunidades têm um estilo de vida moldados pela proximidade com as águas e pela dependência dos recursos naturais da região, sobretudo, dos elementos que estão diretamente relacionados a drenagem.

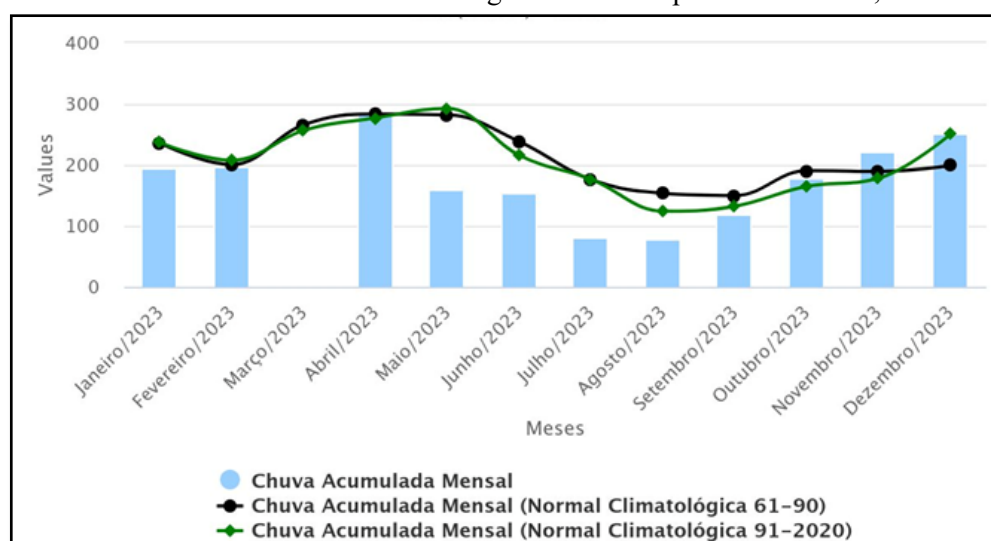
A retroalimentação hídrica deste sistema de drenagem dar-se-á, principalmente, pela quantidade de precipitação distribuída durante o ano. Isto é, as chuvas são as principais fontes

de abastecimento dos mananciais da região amazônica. De acordo com Marengo; Nobre (2009), no verão, o clima da Amazônia é constituído por vários sistemas meteorológicos de convecção. As mais atuantes são a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) importantes sistemas geradores de precipitação. A umidade também alcança a região pelos Jatos de Baixos Níveis (JBN). Ainda durante o verão amazônico, a circulação atmosférica na zona equatorial vai contar com a contribuição dos ventos alísios responsáveis por transportar umidade do Atlântico Tropical para o Amazonas.

No inverno, a dinâmica atmosférica caracteriza-se pelo padrão de circulação atmosférica de altos níveis, como: o jato subtropical de altos níveis. Em baixos níveis, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) está posicionada mais ao norte, juntamente com a baixa pressão equatorial e as águas superficiais mais quentes do Atlântico Tropical Norte. Nos padrões de circulação de superfície mostra-se atuante as massas de ar frio e seco de latitudes mais altas do Hemisfério Sul, que pode afetar a Amazônia do oeste, produzindo as chamadas friagens (Marengo; Nobre, 2009).

A distribuição de chuvas na região de Fonte Boa, Amazonas, vem se mostrando ao longo dos últimos anos, sem grandes variações. Como pode ser visto, no gráfico 1, nos dados de Normal Climatológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), referente as duas séries históricas (1961 – 1990) e (1991-2020) e ao acumulado mensal de chuvas em 2023, o que evidencia um padrão de anomalia dos índices de chuva da região.

Gráfico 1 - Dados das normais climatológicas do município de Fonte Boa, Amazonas



Fonte: INMET, 2024.

Nas duas séries históricas (1961-1990) e (1991-2020) fornecidas pelo INMET, confirma que a localidade do Boiador está inserida no Clima Equatorial Úmido com altos índices pluviométricos de dezembro a maio, alcançando acumulados mensais de até 300 mm. Segundo Marengo; Nobre (2009, p. 201), o setor da região Amazônica localizado a noroeste do Estado apresenta índices pluviométricos acima de 3.000 mm/ano. Condição que se justifica pela condensação do ar úmido trazido pelos ventos de leste da ZCIT. Entretanto, os dados catalogados dos índices de chuva, no período da realização da pesquisa, 2023, que o padrão pluviométrico mensal teve uma considerável alteração. Os índices de chuva foram mais baixos do que o esperado, com a ênfase no prolongamento do período de seca, que se iniciou no mês de maio, estendendo-se até outubro. Fatores como o El Niño – Oscilação Sul (ENOS) são apontados pelos cientistas como a causa principal de tal mudança.

O ENOS afeta o posicionamento da ZCIT e assim, influencia na distribuição de chuvas nas regiões norte e sudeste do Brasil. Embora, fatores antropogênicos também estão sendo cogitados entre os intelectuais, uma vez que, o aumento do desmatamento, das queimadas e a expansão da fronteira agrícola vem se intensificando na Amazônia. Esses fatores antropogênicos alteram todo o ecossistema. De acordo com Freitas, (2009, p. 46):

Os fatores antrópicos têm seu grau de contribuição no que concerne aos desmatamentos das margens, nas construções de obras nas margens para o atracamento de transporte fluviais e embarque/descargas de materiais e por meio de embarcações que cada vez mais potentes provocam deslocamento de massa líquida formando banzeiros cada vez maiores, aumentando a capacidade de solapamento das margens.

As comunidades ribeirinhas do rio Amazonas têm uma relação especial com o território onde vivem realizando a pesca, extrativismo, agricultura e, eventualmente, a comercialização de seus produtos (Cunha, 2021, p. 5). Essas populações são conhecidas por sua forte ligação com a natureza e seu modo de vida tradicional, que inclui o uso de barcos e canoas, como meio de transporte, pela construção de casas de madeira, construídas em palafita e o cultivo de roças familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A capacidade adaptativa dos moradores do Boiador: os dilemas enfrentados pelos ribeirinhos no convívio com a natureza no período de cheia

A dinâmica dos moradores da comunidade do Boiador no período de cheia, conhecido popularmente, como o inverno Amazônico (de novembro a maio), inicia-se com as perdas das áreas de cultivo (figura 4), em decorrência da expansão do leito do rio Solimões. As enchentes e os processos erosivos (Terras Caídas) marcam também esse período. Assim, as altas pluviosidades também dificultam a atividade pesqueira por limitar a saída dos moradores de suas casas para pescar. Essa que é uma problemática, pois, algumas famílias dependem das atividades pesqueiras para subsidiar a alimentação familiar.

Nesse período, as atividades agrícolas se tornam mais escassas e mais difíceis de serem desenvolvidas, pois, nesse período, os cultivos são realizados, somente, por meio de canteiros suspensos. Nos quais, os ribeirinhos conseguem evitar que a água chegue às plantações, apesar, de algumas espécies cultivadas conseguirem se adaptar e reproduzir-se abundantemente. No que tange a criação de animais, uma grande força tarefa é necessária para realizar a transferência dos animais para uma balsa ou pequeno flutuante de madeira. Por ser um ambiente de várzea, esse deslocamento demanda planejamento e investimento, além de ser uma prática de risco, devido, ao limitado acesso a alimento que pode acarretar a morte de uma grande quantidade de animais nessa época.

Figura 4 - Perda das áreas de cultivo no período da cheia, na Comunidade do Boiador, Fonte Boa, Amazonas



Fonte: Monteiro, 2024.

As variações dos níveis das águas, no tempo de cheias, influenciam na vida daqueles que possuem residências instaladas no ambiente de várzea, apesar de estarem adaptados à essa sazonalidade, o desgaste das moradias é inevitável e ocorre de modo gradual, ao longo, do tempo. Na figura 5, é possível visualizar o estado das casas após o período de cheia acabar. É importante ressaltar que é no período de estiagem que os reparos nas casas são realizados.

Figura 5 - Desgaste da casa de palafita no período de cheia, na Comunidade do Boiador, Amazonas



Fonte: Monteiro, 2024.

Outra realidade que marca esse período é a atividade pesqueira. A pesca, além de ser uma fonte de renda extra para os ribeirinhos, ela é a base da alimentação desta comunidade. Os peixes pescados são essencialmente e direcionados para autoconsumo e, às vezes, quando se tem um excedente na produção, vende-se uma pequena quantidade. Na figura 6 é possível visualizar o pescador e morador da Comunidade do Boiador exercendo a sua atividade laboral.

Figura 6 - Morador da Comunidade do Boiador pescando, em Fonte Boa, Amazonas.



Fonte: Monteiro, 2024.

A rotina de trabalho dos pescadores (figura 7) durante a cheia geralmente envolve atividades como a preparação dos barcos e equipamentos, a navegação pelos lagos e rios e afluentes alagados, a pesca dos peixes e a venda ou consumo dos produtos capturados. Durante a cheia, os pescadores podem enfrentar desafios adicionais, devido, à elevação do nível da água. Os principais peixes por eles pescados durante esse período na comunidade são o pirarucu, o tambaqui, a aruanã, o jaraqui e o piau. Durante a cheia na comunidade os pescadores podem capturar esses peixes que são, facilmente, encontrados em áreas alagadas e próximos às margens dos rios.

Figura 7 - Atividade pesqueira e a comercialização do excedente da produção, Fonte Boa, Amazonas



Fonte: Monteiro, 2024.

Durante a cheia a comunidade fica alagada, o que permite a entrada de nutrientes provenientes das águas dos rios. A vegetação se adapta ao excesso de água, desenvolvendo raízes especializadas para sobreviver às condições alagadas. Segundo Queiroz et al. (2018, p. 112), “durante a cheia os ribeirinhos enfrentam dificuldades impostas pela natureza, mas, ações

antrópicas também afetam o seu cotidiano durante os meses de cheia, como relata um ribeirinho da comunidade”. Dentre os principais problemas identificados pelos moradores da comunidade está o desmatamento para o desenvolvimento da agricultura, cujo modelo vem acelerando a degradação da natureza. Neste contexto, associado a erosão fluvial, a comunidade do boiador vem movendo-se ao longo de sua formação.

Segundo Silva e Noda (2016, p. 378) “o valor das águas está na sua contribuição para manutenção na vida de diversas espécies vegetais, animais, humanas e pela produção de um solo fértil, rico em nutrientes como os encontrados nos agroecossistemas de várzeas”. Apesar das transformações na paisagem, a constante mobilidade, as perdas materiais e simbólicas, e o desaparecimento de importantes referências espaciais para conservação da memória, os moradores da comunidade do Boiador entendem que estão dando continuidade ao lugar que foi construído pelos ancestrais.

Com o tempo os moradores se mudaram para outros locais onde começam tudo de novo. Diante dessas mudanças, os moradores da comunidade de várzeas, são obrigados a conviver com a possibilidade de se movimentar, ou seja, de não se fixar em um determinado local. Apesar de reconhecer que este movimento, não se dá, em longas distâncias, permanecendo assim, nas imediações.

A estiagem na comunidade do Boiador: os dilemas do convívio com a seca.

No período de estiagem, a redução dos níveis de precipitação transforma a paisagem. A estação seca inicia-se em julho e termina em outubro, um intervalo de, aproximadamente, quatro meses. Nesta fase, com o recuo do volume da drenagem, os solos da área de várzea por receberem os depósitos sedimentares transportados pela drenagem do Solimões caracterizam-se, geralmente, por serem férteis. Importantes, então, para o desenvolvimento de atividades agrícolas e para a criação de animais. Foram identificados a criação de pequenos animais domésticos, como aves (galinha e pato) e suínos (figura 8).

Figura 8 - Criação de animais na Comunidade do Boiador, Fonte Boa, Amazonas.



Fonte: Monteiro, 2024.

E referente a agricultura (figura 9) são cultivados: mandioca, milho, melancia, macaxeira, banana, pepino, cebolinha e pimenta. Cada família constrói as suas plantações, entretanto, alguns núcleos familiares organizam-se e trabalham coletivamente. Essas plantações são adaptadas às condições de baixa pluviosidade e contribuem para o aumento da diversidade alimentar, por isso, os ribeirinhos aproveitam a área da frente de suas moradias para construir as suas plantações.

Figura 9 – Atividade de cultivo desenvolvida por moradores da Comunidade do Boiador



Fonte: Monteiro, 2024.

Outra prática realizada pelos moradores na estiagem é o improviso com a utilização de pedaços de madeira para melhorar a passagem dos moradores por áreas lamosas, no qual, o solo, muitas vezes, rico em argila, dificulta a locomoção dos moradores para o roçado, para as margens de rios, lagos e igarapés. Essas pontes de madeira (figura 10) ajuda-os a circular com mais tranquilidade na várzea.

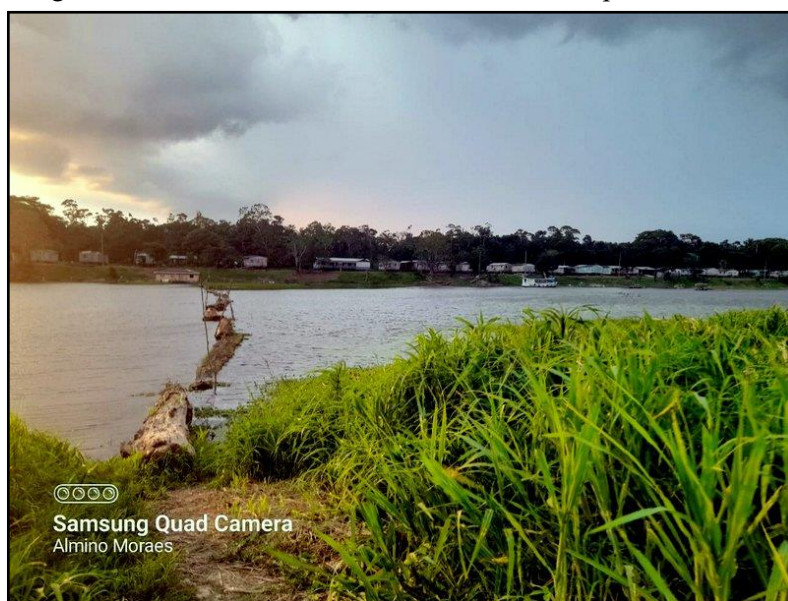
Figura 10 - Ponte provisória pelos moradores da Comunidade do Boiador durante a seca



Fonte: Monteiro, 2024.

Esse é o percurso habitual dos ribeirinhos até alcançar o rio Solimões. Sendo assim, não é à toa que as casas estão localizadas a uma curta distância das margens do rio. O intuito é facilitar o acesso ao porto, principalmente, no verão quando o nível da água fica muito baixo e o leito fica distante das margens, exigindo que as pessoas façam longas caminhadas para coletar água para o uso diário e para o transporte de produtos. Os moradores apresentam muitas dificuldades na época da vazante, como é possível visualizar na figura 11, que evidencia a situação dos moradores da comunidade para alcançar embarcações.

Figura 11 - Acesso a comunidade do Boiador no período de seca



Fonte: Monteiro, 2024.

Diante das dificuldades encontradas em frente da comunidade descrevo aqui a fala de um morador: *“Antes não existia essa praia aí na frente, quando eu era criança não era assim, de ano para ano ela vai crescendo, estamos ficando sem porto, só tem porto na cheia, quando é seca os barcos encostam lá embaixo, na frente fica só um atoleiro, e sedimentos que fica em frente da comunidade, dificultando o embarque e desembarque”*.

O rio Solimões é o principal agente que contribui com as mudanças nas margens do seu leito, em curto espaços de tempo. O que provoca mudanças rápidas na vida dos ribeirinhos. Os moradores da comunidade do Boiador (figura 12) deslocaram-se por esse território, a pelo menos, quatro vezes, segundo depoimentos dos moradores.

Figura 12 - Capacidade adaptativa da Comunidade do Boiador



Fonte: Google Earth Pro, 2024; IBGE, 2022; Monteiro, Cleuton N., 2023; Monteiro, Daiane, 2023.
Elaborado por: Monteiro, D., 2024 e Santos, S. F. 2024.

Além do movimento realizado pela comunidade no período de seca. A presença de grandes extensões de bancos de areia torna-se um problema para os moradores que acabam sendo forçados a deixar seus barcos e canoas distantes de suas residências (figura 13) e por isso, ficam sujeitos aos roubos de suas embarcações. Nesse período, os ataques de criminosos são mais frequentes, o que torna o transporte marítimo ainda mais arriscado. Além disso, a dificuldade com o transporte de mercadorias que foram cultivadas ou compradas na cidade, é uma questão que necessita ser mais bem pensado por moradores e o poder público.

Figura 13- Dificuldade do atracamento das embarcações no período de seca, na Comunidade do Boiador, Fonte Boa, Amazonas.



Fonte: Monteiro, 2023.

Sobre o consumo de água, a Comunidade adaptou-se a esse período de escassez através da construção dos sistemas da captação de água da chuva. O que vem permitindo a conservação da água potável e o abastecimento de água para toda a comunidade durante os períodos mais críticos, pois quando não tem água da chuva os comunitários vão pegar água na beira do rio para beber. As comunidades rurais ribeirinhas amazônicas estão assentadas em áreas de grande disponibilidade de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proporcionou um melhor entendimento sobre a dinâmica da natureza na região de Fonte Boa/AM, município onde a comunidade do Boiador está inserida. Por isso, constatou-se que tal relação comunidade do Boiador e Natureza é conflituosa, devido, as intensas transformações do leito do rio Solimões, sobretudo, no período de cheia, quando a presença do fenômeno das Terras Caídas impacta, diretamente, na permanência dos ribeirinhos nas margens do rio. Forçando-os a se moverem para espaços mais seguros.

O movimento que tais moradores desempenham em seu entorno é que garante a continuidade da comunidade nesta região. Um espaço importante para o desenvolvimento de suas atividades tradicionais, como: pesca e agricultura, como também, de afetividade. Haja vista, o desejo de quem mora nesta localidade de permanecer residindo próximo às margens do rio Solimões.

Tornaram-se uma realidade no cotidiano das populações ribeirinhas, tais mudanças se expressam na forma de cheias e vazantes dos rios, nas mudanças no ciclo de chuvas, além dos dias e noites com temperaturas elevadas. Essas alterações geram impactos diretos na pesca e na produção dos comunitários, os quais causam problemas variados às populações ribeirinhas que dependem diretamente dessas atividades.

Fazer pesquisa na região Amazônica demanda logística, conhecimento local e científico, principalmente para chegar no local/comunidade, pois o rio é dinâmico e a existência das comunidades são formadas para dentro Ilha em que o acesso se dá pelo rio Solimões.

REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, A. N. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2011.

AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENCAR, E. F. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. **Revista teoria & Pesquisa** vol. VXi nº 02 de jul/Dez de 2007.

CARDOSO, C; D. S; M. S; Guerra, A. J. T. **Geografia e os riscos socioambientais**. Editora Bertrand Brasil, 2020.

CARNEIRO, D. S. Souza, J. C. R. de. Et al. Morfodinâmica do rio Solimões e implicações sociais: uma proposta de educação ambiental com o suporte das geotecnologias e do conhecimento tradicional. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 2381-2387.

CARVALHO, J.A.L. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera, Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara-AM. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia do Instituto de Ciências Humanas e Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006. 142p.

CHISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo, Edgard Blucher, 2ª. Edição, 1980.

CUNHA, S, B. e Guerra, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil** / Sandra Baptista da Cunha, Antonio José Teixeira Guerra (organizadores). – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

DUARTE, J. C. S. REZENDE, M. G. G. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **A Materialização da territorialidade na comunidade São Francisco (Careiro da Várzea/AM)**. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2018. p. 198 a 209.

FREITAS, F. T. de. **Análise multitemporal da modalidade erosiva do tipo —terra caída na Região do Médio Solimões – Coari/AM**. Manaus: UFAM, 2008.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.Apostila.

GUERRA, A. J. T. Silva, A. S e Botelho, R. G. M. **Erosão e Conservação dos Solos: Conceitos, temas e aplicações** / Antonio José Teixeira Guerra, Antonio Soares da Silva, Rosângela Garrindo Machado Botelho (organizadores). – 4ª ed. – Rio De Janeiro. Bertrand Brasil. 2009. 340p.

FONTENELE, A. C. F., **Natureza, políticas públicas e (re)ordenamento do espaço: interfaces das políticas ambientais em Sergipe**. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013. p.357.

GUERRA, A.J. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MARCONI, MA. L, em. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORENGO, J. A. NOBRE, C. A. **Tempo e clima no Brasil**/ Iracema F.A Cavalcanti... [et al.] organizadores. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

PEREIRA, M. S. WITKOSKI, A. C. **Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas**. v. 15, n. 1, p. 273-290, jun. 2012, ISSN 1516-6481.

QUEIROZ, M. S; SOARES, A. P. A; NETO, A. G. T. Comunidades rurais ribeirinhas e as águas do rio Solimões no município de Iranduba – Amazonas. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.4, n.1. 108-119 (2018).

SANTOS, C. R. G. SALGADO. M. S. PIMENTEL. M. A. S. **Ribeirinhos da Amazônia: Modo de vida e relação com a natureza**. Pará. 2012.

SILVA, S. H; NODA, S. N. A dinâmica entre águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas. **Ver. Ambiente. Água** vol. 11 n. 2 Taubaté – Apr./ jun. 2016.

SOARES, L. de C. Hidrologia. In: **Geografia do Brasil**; Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SUERTEGARAY, D. M. A; ROSSATO, M. S. **Feições do Brasil**. (organizadoras); Eri Tonietti Bellanca (ilustrador). – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso, 2014. 120 p.: il.; 30 cm.

SALAIB, K. S. A concepção de natureza na geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 9, núm. 18, janeiro-abril, 2010, pp. 159-170.

ORGANIZADORES



HIKARO KAYO DE BRITO NUNES

Doutor (UECE), Mestre (UFPI) e Graduado (UESPI) em Geografia. Especialização em Educação Especial Inclusiva e em Gestão e Educação Ambiental, ambas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Professor Adjunto na Universidade do Estado do Amazonas (UEA/CEST) desenvolvendo ações junto ao Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP), atuando como vice coordenador do mesmo. Líder do Observatório de Geografia da Pan-Amazônia (PANGEO/CNPq). Tem experiência na área de Geografia, com estudos relacionados às seguintes áreas: Geomorfologia, Espaço Urbano, Vulnerabilidades, Análise Geoambiental, Antropoceno e Ensino de Geografia. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

E-mail: hnunes@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4402777971908483>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6868-1285>



WAGNER DA SILVA DIAS

Possui doutorado em Educação (UFJF), mestrado em Geografia Humana (USP), licenciatura e bacharelado em Geografia (2005), ambos pela USP. Atualmente é professor do magistério superior na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no curso de licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST). Tem experiência com formação de professores de Geografia, ensino de Geografia, Geografia Escolar. Membro do Observatório de Geografia da Pan-Amazônia (PANGEO/CNPq).

E-mail: wddias@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3865162691048416>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0654-0281>

AUTORES(AS)



AUGUSTO MONTEIRO OZÓRIO

Pós doutor pela Faculdade de Educação da USP, Doutor em Educação (Currículo) PUC-SP, Mestre em Metodologia do Ensino FE-USP, Bacharel e Licenciado em Geografia - FFLCH - USP. Professor e pesquisador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e autor de obras didáticas. Atuação na área de Currículo e Metodologia de Ensino na perspectiva do Trabalho como princípio educativo para o Ensino Médio Integrado. Coordenador do Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPQ: GPEMI: Grupo de Pesquisa do Ensino Médio Integrado.

E-mail: monteiro.augusto@ifsp.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8946741255015096>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3812-3690>



DAIANE NUNES MONTEIRO

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEIO).

E-mail: daianenunesmonteiro29@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5418649563597710>



ERIKA DE SOUZA CASTRO

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA).

E-mail: edscs.geo20@uea.edu.br



JANDERSON MARTINS SUTERIO

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEIO).

E-mail: jms.geo22@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3191577402362781>



LUCAS DA SILVA PESSOA

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEO).

E-mail: ldsp.geo22@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6106442899947670>



MARIA GLENDA ARAÚJO RAMIRO

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEO).

E-mail: mariaglendaaraujoramiro915@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2163007094915847>



MATEUS FELICIANO DA LUZ

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEO).

E-mail: mfdl.geo18@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1516035363524804>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8622-392X>



MICHEL HUDSON GOMES MORAES

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA) e membro do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Observatório de Geografia da Pan Amazônia (PANGEO).

E-mail: mhgm.geo22@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4733505366300911>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5015-5471>

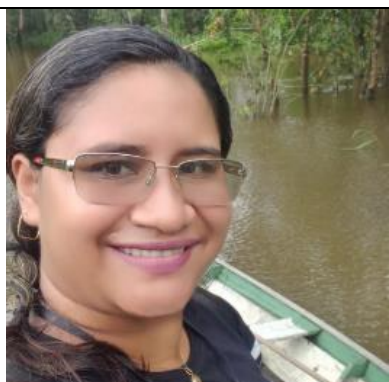
**SANDRA FREITAS SANTOS**

Especialista em Ensino de Geografia (UFAL); Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Mestre em Geografia pela (UFS), Licenciada em Geografia (UEFS). Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Professora Assistente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA/CEST) na área de Geografia Física e Ensino de Geografia. Desenvolve pesquisa sobre as seguintes temáticas de interesse: Epistemologia e História da Geografia Física com ênfase em Geomorfologia; Dinâmica ambiental, Ensino de Geografia (Geografia Física), além de participar como coordenadora do Grupo de Estudos em Neil Smith (GENS), do Laboratório de Epistemologia e História da Geografia - LEHG - UNICAMP, do Laboratório de Geotecnologia e Dinâmica da Paisagem - GEODIP - UEA e membro do Observatório de Geografia da Pan-Amazônia (PANGEO/CNPq).

E-mail: sfsantos@uea.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4850407924945380>

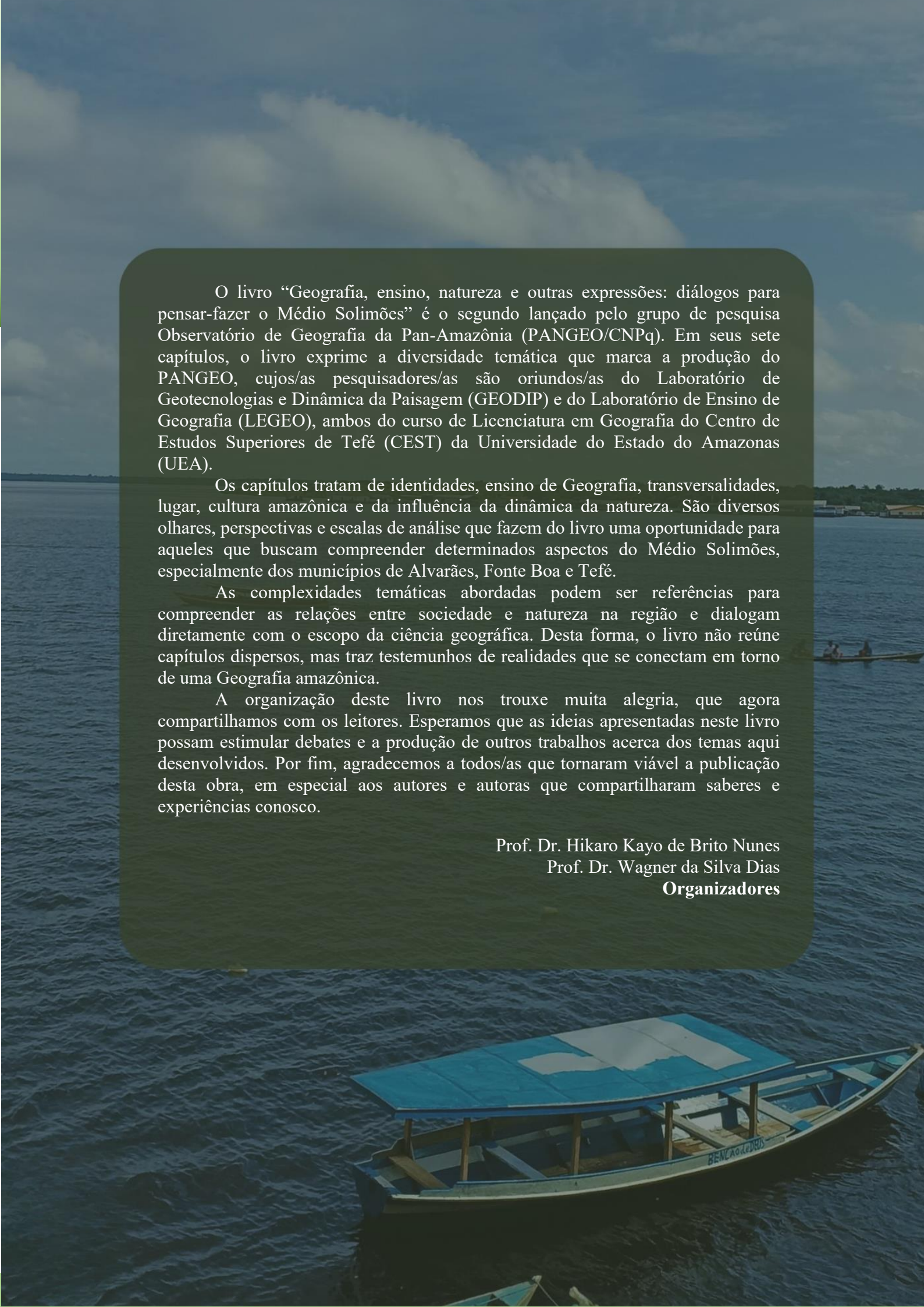
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6298-3880>

**TALINE CARLA PROTÁSIO LEANDRO**

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA).

E-mail: talinecarlaleandro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4857137551895453>

The background image shows a wide river under a blue sky with scattered white clouds. In the foreground, a long, narrow boat with a blue roof and wooden frame is on the water. The name 'BENICAGUENS' is visible on the side of the boat. In the distance, another smaller boat with people is visible on the right side of the river. The text is overlaid on a semi-transparent dark green rectangular box in the center-left of the image.

O livro “Geografia, ensino, natureza e outras expressões: diálogos para pensar-fazer o Médio Solimões” é o segundo lançado pelo grupo de pesquisa Observatório de Geografia da Pan-Amazônia (PANGEO/CNPq). Em seus sete capítulos, o livro exprime a diversidade temática que marca a produção do PANGEO, cujos/as pesquisadores/as são oriundos/as do Laboratório de Geotecnologias e Dinâmica da Paisagem (GEODIP) e do Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO), ambos do curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Os capítulos tratam de identidades, ensino de Geografia, transversalidades, lugar, cultura amazônica e da influência da dinâmica da natureza. São diversos olhares, perspectivas e escalas de análise que fazem do livro uma oportunidade para aqueles que buscam compreender determinados aspectos do Médio Solimões, especialmente dos municípios de Alvarães, Fonte Boa e Tefé.

As complexidades temáticas abordadas podem ser referências para compreender as relações entre sociedade e natureza na região e dialogam diretamente com o escopo da ciência geográfica. Desta forma, o livro não reúne capítulos dispersos, mas traz testemunhos de realidades que se conectam em torno de uma Geografia amazônica.

A organização deste livro nos trouxe muita alegria, que agora compartilhamos com os leitores. Esperamos que as ideias apresentadas neste livro possam estimular debates e a produção de outros trabalhos acerca dos temas aqui desenvolvidos. Por fim, agradecemos a todos/as que tornaram viável a publicação desta obra, em especial aos autores e autoras que compartilharam saberes e experiências conosco.

Prof. Dr. Hikaro Kayo de Brito Nunes
Prof. Dr. Wagner da Silva Dias
Organizadores